

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LEUSA ALVES DE MOURA SILVA

EDUCAÇÃO POPULAR E SINDICALISMO

O Movimento de Educação de Base (MEB) e o Sindicato dos Trabalhadores
Rurais de Itauçu/GO

Goiânia
2006

LEUSA ALVES DE MOURA SILVA

EDUCAÇÃO POPULAR E SINDICALISMO

O Movimento de Educação de Base (MEB) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu/GO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Estado e Políticas Educacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Margarida Machado

Goiânia
2006

LEUSA ALVES DE MOURA SILVA

EDUCAÇÃO POPULAR E SINDICALISMO

O Movimento de Educação de Base (MEB) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu/GO

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), para obtenção do grau de Mestre, aprovada em ____ de _____ de 2006, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Maria Margarida Machado (UFG)
Presidente da Banca

Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa (UFG)

Prof. Dr. Osmar Fávero (UFF)

EXODO RURAL

Waldir Coelho Braga

O pobre cabocro sem terra
Que vive no sertão
Com sua família humilde
Trabalhando neste chão
Depois de ter perdido sua roça
Resolve naquele instante tomar uma decisão

Procurar o sindicato de sua classe
Para fazer uma reclamação
Depois de muito tempo de espera que ajuizou a causa
Sai a lastimosa decisão
O máximo que o trabalhador ganha
É uma migalha de indenização

As autoridades que deturpam
A nossa legislação
Ficam frio diante dos problemas
Dando causa ganha ao patrão
O pobre lavrador derrotado
Mergulha em uma grande solidão

Como é dura essa realidade
Como fica esta situação
Pra onde vai o cabocro
Quando sai de seu chão
Um futuro negro te espera
Uma favela e continua a marginalização

Lá começa outra história
Surgindo novas confusão
A policia vem derruba os barracos
Do pobre meu irmão
Este é um problema social
Que afeta toda nossa nação

Para acabar com este dilema
Temos que unir e fazer uma reivindicação
Que o Inbra faça uma reforma agrária
Em todo o nosso rincão
E que ela seja maciva e radical sem interferência do patrão.

A três grandes trabalhadores rurais que já não mais estão entre nós, mas que mesmo na ausência têm presença constante neste trabalho: Waldir Coelho Braga, Oscavú José Coelho e Genosin Barbosa de Moura.

AGRADECIMENTOS

Mesmo com o receio de esquecer nomes, eu tenho muito a quem agradecer pela realização deste trabalho, não podendo deixar de mostrar o meu reconhecimento aos que tornaram possível a consolidação deste estudo.

À Profa. Maria Margarida Machado, em especial, pela paciência, atenção e pela orientação segura.

À Elisabeth Maria de Fátima Borges, pela sugestão inicial do tema, pelo incentivo e pelas fontes documentais cedidas.

Ao Prof. Dr. Jadir de M. Pessoa e à Profa. Dra. Ângela Cristina B. Mascarenhas, pela contribuição extremamente valiosa no exame de qualificação.

A todas as pessoas que me cederam pacientemente o seu tempo para as entrevistas, e de modo muito especial aos ex-monitores do Movimento de Educação de Base (MEB): Oscavú, José Moreira e Parcival. Aos membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Itauçu, Anadir e Maria José, também pelos documentos cedidos.

À coordenação, aos professores e aos funcionários do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), pela competência que desempenham suas funções.

Ao esposo João, que mesmo na distância, soube me apoiar e incentivar. Às filhas, Nathalie e Lorrany, a minha gratidão e as desculpas pelos momentos roubados de nosso convívio.

LISTA DE SIGLAS

AP	Ação Popular
Cang	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
Cedac	Centro de Ação Comunitária
CEN	Comissão Executiva Nacional do MEB
CDE	Conselho Diretor Estadual do MEB
CDN	Conselho Diretor Nacional do MEB
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPCs	Centros Populares de Cultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EE	Equipes Estaduais do MEB
EL	Equipes Locais do MEB
Fago	Frente Agrária Goiana
GREI	Grêmio Recreativo Itauçuense
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JUC	Juventude Universitária Católica
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
PC	Partido Comunista
Setas	Secretaria de trabalho e Ação Social
Setergo	Sistema Educacional Tele-Radiofônico de Goiás
STRI	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu
Supra	Superintendência da Reforma Agrária
Utag	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

RESUMO.....	09
ABSTRACT.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I: GOIÁS NO SÉCULO XX – O CONTEXTO DE SURGIMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAUÇU.....	17
1.1 Itauçu: palco de movimentos sociais no contexto da expansão da fronteira.....	25
CAPÍTULO II: A EDUCAÇÃO NO MEB E SUA INTERAÇÃO COM OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	32
2.1 MEB e Freire: uma união que deu certo.....	36
2.2 MEB: o movimento de educação entre outros movimentos	40
CAPÍTULO III: A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SINDICATO COMO MOVIMENTO SOCIAL.....	63
3.1 O contexto do sindicalismo rural.....	
3.2 Comunidade Serrinha: onde tudo começou.....	
3.3 CEBs: fé a serviço da comunidade.....	
3.4 STR DE Itauçu: educação para além da escola	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114
ANEXO I	118
ANEXO II.....	123
ANEXO III	
ANEXO IV	

RESUMO

O presente texto é resultado de uma pesquisa que teve como objetivo analisar a política democratizadora do MEB em Itauçu-GO, como um dos fatores que influenciou o sindicalismo naquele município, ressaltando a correlação entre ambos. O problema parte das políticas educacionais implantadas pelo Estado no início da década de 1960, momento em que o MEB foi criado para fins de escolarização da massa de trabalhadores rurais, mas sua criação se desdobrou na formulação de políticas sociais mais amplas, gerando especificamente no município de Itauçu, um grupo de trabalhadores rurais com um nível de conscientização que superou a tradicional escolarização de adultos. As análises aqui apresentadas partiram de referenciais como Gramsci, Wanderley, Peixoto, Castro, Amado, Brandão, Pessoa, Mascarenhas, Gohn, Loureiro e outros. A metodologia utilizada foi de estudo de caso, numa pesquisa qualitativa que se utilizou de fontes documentais: dentre eles os arquivos do MEB Nacional e Goiás, do STR de Itauçu, artigos de jornais e boletins informativos, cartilhas, letras de músicas e poesias; entrevistas e depoimentos. Após a análise dos dados encontrados cheguei a constatar que o MEB implantou um processo pedagógico democrático, incluindo alunos e monitores e foi um movimento que representou uma mudança da Igreja Católica, no município de Itauçu/GO, em relação aos trabalhos realizados com as classes populares. A partir do MEB, estes trabalhadores rurais conseguiram se organizar politicamente para a defesa de seus direitos e sua ação, juntamente com outros sujeitos, levou à conquista da ferramenta maior do trabalhador rural, o STR de Itauçu. Enfim, minha pesquisa indica a dimensão educativa dos movimentos sociais, mostrando a luta sindical como forma de adquirir conhecimento.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca refletir sobre a relação da educação com o mundo do trabalho na zona rural na década de 1960, enfocando a atuação do Movimento de Educação de Base (MEB). O MEB surgiu como uma proposta de educação de adultos desenvolvida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1961, e que teve o apoio do governo federal. O estudo de caso foi realizado no município de Itauçu, no estado de Goiás, lugar em que o MEB teve uma forte atuação, e exerceu influência na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu (STRI). Busca compreender, ainda, a dimensão educativa do MEB, como movimento social, que se revela na atuação dos sujeitos envolvidos nesse processo educacional, superando uma visão tradicional de escolarização de adultos no campo.

A atuação do MEB no município de Itauçu demonstra como a educação, pelo processo de ensino-aprendizagem, influenciada pelos pensamentos de Paulo Freire (1921-1997), mudou a maneira de pensar de muitos trabalhadores rurais, tornando-os sujeitos críticos e ativos. Essa análise corrobora a hipótese de que esse movimento levava os trabalhadores a discutirem as suas experiências existenciais, sob o estímulo e orientação do monitor, remetendo-os a refletirem sobre seus problemas (por exemplo, arrendo da terra) para a investigação de suas origens no modo de organização da sociedade brasileira.

O trabalho desenvolvido pelos sujeitos que atuaram naquela comunidade trouxe inúmeros benefícios para a população local, sobretudo para os trabalhadores rurais, com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Itauçu, anos mais tarde. As lideranças não se tornaram passivas com o fim do movimento e nem com a repressão, advinda do golpe militar de 1964, que desencadeou a prisão de 22 trabalhadores rurais que atuavam naquele município. Apesar de todas as barreiras, os líderes encontraram apoio na Igreja, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nas quais tiveram espaço para dar continuidade às práticas voltadas para a luta pelos direitos dos trabalhadores rurais. Novos sujeitos entraram em cena, somados aos muitos que resistiram e que persistiram na luta até conseguirem a ferramenta maior para se defenderem, o STRI, fundado em 1980.

Segundo Beisiegel (1986), a educação popular, naquele contexto, para Freire, deveria estar relacionada à luta pela dignidade de todos os seres humanos, acreditando que o povo deveria controlar o seu próprio destino. A educação para Freire tinha uma realidade política, porque poderia ajudar a construir uma nova sociedade que viesse mudar a realidade do ser humano. O processo de aprendizagem de Paulo Freire foi utilizado no MEB, em razão de novas formas de trabalho desenvolvido pelo educador junto às classes populares, e que vinham ao encontro das propostas educacionais do catolicismo progressista. Gutiérrez (2000) elogiou o trabalho de Paulo Freire, descrevendo-o como um dos esforços mais criadores e fecundos realizado na América Latina.

Paulo Freire foi o mais importante dos intelectuais que estimularam novos processos de ensino-aprendizagem de educação popular, entre 1958 e 1964. Sua pedagogia salientava o respeito pelas classes populares e por suas capacidades. Criticava, veementemente, os elitistas que negavam que as *massas* tivessem capacidade crítica. Para ele, o principal propósito do educador deveria ser o diálogo com o analfabeto sobre situações concretas, e a ação educativa constituiu em oferecer aos educandos os instrumentos para que ele se alfabetizasse. Para esse educador, a alfabetização deveria ter como ponto de partida a situação de vida concreta, com a utilização de palavras do cotidiano do povo e não uma linguagem inacessível, intelectualizada (MAINWARING, 1989).

Levando em conta as várias leituras acerca do tema proposto na pesquisa, ou seja, a política educacional do MEB e sua influência no sindicalismo, questões importantes apresentam-se: o processo de ensino de Paulo Freire conseguiu de fato não ser uma imposição, estabelecendo uma relação de igualdade na sociedade? O MEB conseguiu implantar um processo pedagógico democrático, que permitisse aos alunos desempenharem um papel central nesse processo? O MEB representou uma mudança de atuação da Igreja Católica, no que se refere ao tipo de trabalho junto às classes populares? O MEB e Freire desenvolveram um trabalho de conscientização que foi capaz de levar o povo a enxergar seus problemas como parte de um todo? A intenção do MEB e de Freire de colocar em prática uma educação baseada na troca entre professores e alunos foi alcançada? Como o MEB foi fundado com o

objetivo de trazer formação humana, política e educacional ao trabalhador rural, como se deu a sua aceitação junto a esse grupo de trabalhadores? Como os trabalhadores rurais organizaram-se politicamente, após a atuação do MEB, para a defesa de seus direitos? Necessário se faz ainda, verificar a repercussão da ação dos sujeitos que atuaram no município de Itauçu, após o fechamento do MEB, em Goiás.

O objetivo geral da pesquisa da qual derivou o presente texto foi a de analisar a política democratizadora do MEB em Itauçu, como um dos fatores que influenciaram o sindicalismo rural naquele município, identificando a relação entre ambos. Procurou-se então identificar a influência do MEB junto aos trabalhadores rurais de Itauçu, realçando os aspectos sociais, políticos, culturais e ideológicos. Para tanto, analisou-se o contexto social do período, 1960 a 1980 observando os principais anseios dos trabalhadores do campo, bem como a política adotada para a solução de seus problemas, e como o MEB desenvolveu o seu trabalho para que fosse resgatada a dignidade do trabalhador rural. A hipótese de trabalho é de que a política de educação popular implantada pelo MEB, no município de Itauçu, influenciou a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu.

O recorte cronológico tomado foram as décadas de 1960, 1970 e 1980. A primeira década analisada contempla alguns elementos significativos para a história da educação no Brasil, caracterizando um período em que o Estado e a Igreja Católica se voltaram para a educação básica de jovens e adultos, marcada pela fundação do MEB em 1961. A segunda década marca um período transitório na pesquisa, com o fechamento do MEB em Goiás, em pleno regime militar repressivo, entretanto, período em que os trabalhadores rurais buscaram alternativas para organizar-se na luta por seus direitos. E a última década analisada, reporta-se ao marco da pesquisa, em que a ação dos sujeitos naquela comunidade levou à conquista da ferramenta maior dos trabalhadores rurais, que é a fundação do STR de Itauçu.

Na pesquisa foram utilizados referenciais teóricos para compreender conceitos como fronteira, organização capitalista no campo, educação e emancipação, papel do Estado e dos movimentos sociais, hegemonia, dentre outros. Os que possibilitaram um conhecimento sobre o espaço da fronteira com base na expansão da frente pioneira, foram os estudos de Léna (1988),

Lenharo (1986), Borges (1990; 1996 e 2000) e Ferreira (1988). A leitura desses trabalhos contribuíram para a percepção de como se deu a ocupação e a expansão dos espaços produtivos que foram responsáveis pela implantação do capitalismo no campo, e que resultaram na luta dos trabalhadores rurais para lá permanecerem.

Outros estudos, como os de Wanderley (1984), Peixoto (2003), Castro (1992) e Amado (1991; 1996) contribuíram para a compreensão da atuação da Igreja Católica e do MEB. As análises de Brandão (1984; 2004), Pessoa (1999; 2004), Mascarenhas (2004) e Loureiro (1988) mostraram a dimensão educativa presente nos vários movimentos sociais existentes e permitiram perceber o caráter educativo dos sindicatos que contribuem para a conscientização e politização dos sujeitos.

As reflexões de Gramsci (1978) também indicaram pistas para a análise desta pesquisa, que se realiza com base em estudos sobre a educação popular no Brasil. A perspectiva apreendida na obra desse autor indica uma reflexão sobre educação popular, segundo a qual as classes subalternas elaboram e divulgam, de acordo com os seus interesses, sua concepção de mundo, não sendo assim, a educação, apenas instrumento ideológico das classes dominantes para a conquista ou manutenção de sua hegemonia. Para Gramsci (1978), a única possibilidade de haver uma reforma moral e cultural seria as camadas populares unirem-se contra a classe dominante. O autor analisa ainda a função social dos intelectuais orgânicos, ressaltando que as classes subalternas também podem produzir os seus intelectuais orgânicos, que têm condições de assumir a direção na luta por seus direitos.

No aspecto metodológico, foram utilizadas fontes documentais, dentre elas, documentos primários, de diversas ordens, como os arquivos do MEB Nacional e do MEB-GO, da Arquidiocese de Goiânia, do STR de Itauçu, bem como artigos de jornais e boletins informativos.

Foram ainda realizadas entrevistas e colhidos depoimentos de pessoas que viveram o contexto investigado, tais como lideranças do MEB e do STR de Itauçu, líderes religiosos, moradores das fazendas do Município de Itauçu (anexo 1). Dessa forma, foi possível obter informações sobre os modos de ver o mundo, as interpretações sobre a luta, que não estavam registrados. Essas

informações, foram confrontadas com documentos oficiais e com o referencial teórico por nós utilizado.

Outras formas de evidência da cultura popular e das manifestações dos trabalhadores envolvidos com a atuação do MEB e do STR de Itauçu, como registros audiovisuais (fotografias, gravações sonoras, cartilhas, letras de músicas, poesias) foram também usadas. Caldart (1987) assinala a importância do uso de poesias como fonte histórica, uma vez que ao compreender o seu significado pedagógico e político, é possível perceber também como o trabalhador rural se educa para a luta e se comunica por meio da poesia.

A apresentação da pesquisa está sistematizada em três capítulos. O primeiro capítulo mostra a ocupação do espaço da fronteira, inserindo Goiás nesse contexto, no momento em que o estado se integra ao mercado nacional. A história da formação do povoado que se transformou na atual cidade de Itauçu, evidencia que, no município houve fortes atuações de seus sujeitos, tanto no MEB como no STR local.

No segundo capítulo, apresenta-se o papel do Estado e da Igreja Católica para enfrentar dificuldades encontradas, no campo, no século XX. Descreve-se como se deu a educação de jovens e adultos na zona rural desenvolvida pelo MEB, na década de 1960, e como os sujeitos coletivos elaboraram suas estratégias de atuação para uma maior conscientização do trabalhador rural.

No terceiro capítulo, analisa-se a luta sindical como forma de aquisição de conhecimento, expressando sua dimensão educativa, e ainda, o desenvolvimento do MEB no município de Itauçu que desencadeou, pela ação dos sujeitos (intelectuais orgânicos), a fundação do STR de Itauçu.

As considerações finais apontam reflexões acerca das hipóteses levantadas inicialmente, bem como de outras que surgiram no processo.

CAPÍTULO I

GOIÁS NO SÉCULO XX – CONTEXTO DE SURGIMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAÚÇU

A história da formação do território brasileiro é marcada pela expansão do espaço produtivo, mediante a incorporação de novas áreas ao processo de produção. Foi assim desde a época da Colônia até os dias atuais. Ao longo do tempo a expansão se deu de formas diferentes e com características próprias, imprimindo no território novas formas de ocupação, de produção, de uso da terra de apropriação do espaço.

Ignez Costa B. Ferreira

Ocupação do espaço vazio (demográfico, econômico ou jurídico) é um dos conceitos sobre fronteira. No Brasil, a *frente pioneira* (FERREIRA, 1988) foi marcada pela expansão das pequenas propriedades e da produção em áreas virgens de matas e cerrados. O avanço da fronteira, a partir dos anos 1950, expandiu o espaço produtivo, contribuindo para a formação de um novo processo de produção, ligado principalmente à tecnificação da agricultura, às grandes áreas de monoculturas e à formação das grandes propriedades, implantando as bases capitalistas no campo, trata-se de um período em que a expansão da fronteira significava a ampliação do mercado, atraindo capital estrangeiro, tendo, portanto, um significado mais econômico que político.

Muitos autores têm realizado uma análise acerca do significado de *fronteira*. Segundo Borges (2005), um conceito acabado, pronto, sobre fronteira, ainda não existe, pois ele é construído em cada época da história do Brasil. De acordo com a autora,

nos anos de 1920, fronteira significava o espaço ocupado pelo café; nos anos de 1940, significava a construção da nação (identidade nacional), conceito fundamental para se construir a unidade nacional, a fronteira como panacéia da identidade brasileira visando aproximar o litoral do sertão; nos anos de 1960-1970, passa a significar a inserção da Amazônia no mercado nacional; hoje, significa a incorporação do espaço à economia global, a globalização (BORGES, 2005, p. 19) .

No Brasil, a fronteira sempre foi uma realidade presente. Desde a colonização, ela foi espaço de ocupação indiscriminada, tendo como vítima, inicialmente, o índio. Depois da independência do Brasil, criou-se uma ordem social diferente, sobretudo no tocante à produção no campo. Houve uma remodelação desse espaço e passou-se a investir na produção de café. Nesse contexto, quem veio, depois, a sofrer com a ocupação da fronteira agrícola do café foi o camponês.

No âmbito do sistema capitalista, o conceito de fronteira é regido por uma grande contradição, porque uma de suas características é justamente não ter fronteiras, pois o capitalismo ocupa sempre novos espaços. Dessa forma as fronteiras mudam e são constantemente reconstruídas.

A década de 1930 iniciou-se sob forte conteúdo ideológico, em que a fronteira passou a ser vista como panacéia do Brasil Novo e como única saída para a construção de uma identidade nacional, idealizada pelo poder político. A ocupação dos espaços vazios era fundamental para o desenvolvimento do país. Criou-se então o mito da fronteira – o mito fundador da nação brasileira. Nesse período, o governo foi subsidiado por uma corrente idealista de letrados como Cassiano Ricardo, influenciado por Turner, que considerava a conquista do sertão de fundamental importância para a integração da nação. A união do litoral e do sertão era vista como síntese do nacionalismo brasileiro. A fronteira tinha uma função emancipadora, por isso considerada uma utopia pioneira. As terras livres eram consideradas uma válvula de segurança para desafogar os centros industrializados, evitando os conflitos sociais (WEGNER, 2000). A fronteira, então, tornou-se o portão de escape para a opressão do capital e para o acirramento dos conflitos sociais.

A categoria *sertão* foi redefinida, nesse contexto, com a literatura nacionalista. Desconstituiu-se uma visão negativa e se constituíram como grandiosidades épicas *o sertão e o sertanejo*. O litoral era considerado o detentor do poder econômico, e o sertão, o símbolo da pureza. A união dos dois deveria resultar na formação da nação (Lenharo, 1986)

Sobre o significado de fronteira no Brasil, Léna (1988), afirma:

O caráter histórico da “fronteira” no Brasil, sua permanência, sua importância na vida do País, fazem dela um fato social total, concreto mas também político, ideológico e psicológico. Há uma dimensão cultural da fronteira. Ela é a expressão das características e das contradições da sociedade nacional como um todo, refletindo ao mesmo tempo também os interesses em jogo na economia internacional. Isto explica sem dúvida a extrema diversidade das interpretações da fronteira, como também a tentação permanente de reduzi-la a um esquema explicativo simples que leva em conta apenas um ou outro de seus aspectos. (...) para compreender a “fronteira” em toda sua dimensão, não podemos contentar-nos em analisar seus aspectos sócio-econômicos e espaciais; é indispensável incluir seus atores com suas motivações. A “fronteira” é também, em oposição à sociedade codificada e controlada, o lugar de liberdade, do acaso (logo, da sorte), o momento de uma possível redistribuição das cartas (p. 92).

Os atores sociais, na ânsia de melhorar sua condição de vida, criam, até de forma irrealista, fantasias, desejos e esperanças de que vão encontrar na fronteira o espaço e recursos naturais que lhes possibilitarão a acumulação de bens materiais e, com isso, conseguir alguma promoção social, assegurando dessa maneira o futuro dos filhos (às vezes encorajados e manipulados pelo poder público). Essa forma individual de analisar a trajetória do processo migratório confere à fronteira um caráter instável e inacabado, em que representa o sofrimento humano e esperanças frustradas, mas não se deve esquecer de que há sempre espaços novos para a esperança (LÉNA, 1988).

Lenharo (1986), ao investigar os projetos de colonização gestados em especial nos anos 1930, discute as políticas de colonização e trabalho, aplicadas pelo Estado Novo. Ocorreu, no período, a implementação de uma política de colonização, marcada pela intenção de conquista territorial e de integração espacial do país. Difundiu-se também intensa propaganda ideológica, em um clima de emoção nacional, de participação política, emotivo e ilusório. Lenharo (1986) refere-se à política trabalhista de Vargas como cínica, pois pouco fez para a massa de trabalhadores rurais:

Não será difícil para o leitor perceber o cinismo da chamada política trabalhista de Vargas, que pouco fez efetivamente pela massa de trabalhadores rurais, - a parte mais numerosa da população trabalhadora de então. A violenta exploração dos trabalhadores rurais costuma ser escondida na mesma intensidade com que a propaganda sublinha a defesa e a proteção do trabalhador urbano (p. 14).

Lenharo (1986) faz também uma crítica ao estado demiurgo, ao populismo como uma forma de compromisso entre as elites. O discurso do Estado Novo sobre o seu próprio papel na sociedade centrava-se no corporativismo, ou seja, o Estado formado por uma unidade orgânica, o corpo, sendo o Estado a cabeça. Dessa maneira, legítima, sua intervenção no mundo do trabalho. O controle estatal era feito pela legislação trabalhista e pela autoridade. Sobre o discurso do corporativismo, em que o corpo é utilizado alegoricamente, o autor ressalta:

A nação, por exemplo, é associada a uma totalidade orgânica, à imagem do corpo uno, indivisível e harmonioso; o Estado também acompanha com descrição; suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado, o território nacional por sua vez, é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem, sem conflitos; o governante, por sua vez, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em confluência entre a cabeça e o resto do corpo, imagem da sociedade (LENHARO, 1986, p. 16).

Nesse projeto de expansão da fronteira, estava implícito o projeto de desenvolvimento capitalista do país, que interessava ao setor emergente (industrial) do Brasil. Na realidade, não houve no país um projeto nacionalista de unificação da nação, mas a presença de um estado autoritário e conservador, baseado no movimento nacionalista. A Marcha para o Oeste utilizou esse discurso do corpo harmonioso, ou seja, de uma nova ordem social, uma imagem criada para legitimar o regime autoritário. Goiás entrou nesse projeto de expansão para tornar-se um lugar em que o progresso deveria chegar para dar continuidade à evolução econômica que era aberta pelas bandeiras (Lenharo, 1986)

A sociologia rural tem uma concepção diferente de fronteira. De acordo com essa área de conhecimento, para ampliação do plantio, havia a urgência em incorporar novas terras que não estão disponíveis. A origem da expansão capitalista em Goiás foi uma resposta a um impulso de expansão capitalista na região Sudeste que, de certa forma, forçou a abertura de novas fronteiras. Borges (1995) assinala:

O crescimento e a especialização da agropecuária em Goiás, a partir das primeiras décadas do século, foram o resultado lógico do avanço da fronteira agrícola do sudeste. A implantação de uma infra-estrutura de transportes, as mudanças político-institucionais após 1930 bem como a construção de duas capitais (Goiânia e Brasília) em um intervalo de poucas décadas serviram de base de sustentação e, ao mesmo tempo, foram o resultado desse avanço da fronteira agrícola no estado. Apesar da aparente autonomia da economia goiana, a especialização da produção agrária estava diretamente vinculada à dinâmica da economia industrial de São Paulo (p. 161).

O povoamento do estado de Goiás deu-se primeiramente com a entrada das bandeiras paulistas no início do século XVIII, e durou até o início do século XX, com a exploração de minas auríferas. Com a corrida do ouro, o território goiano passou a ser povoado e vasculhado à procura de minas, sobretudo por paulistas e mineiros. A ocupação humana definitiva do território goiano ocorreu durante os séculos XIX e XX, com a extensão da pecuária e da lavoura. Com a decadência das minerações, os povoados começaram a esvaziar-se, e Goiás passou por períodos de crise econômica (PALACÍN, 1989). A agricultura era apenas de subsistência em razão da falta de transportes e de mercado consumidor interno (BORGES, 2005).

Em 1913, Goiás foi efetivamente povoado com a chegada da estrada de ferro. Barsanufi Borges (1990) ressalta que

a produção cafeeira em terras cada vez mais distantes da costa torna-se possível graças às estradas de ferro. A cultura e os trilhos cresciam juntos e eram sócios na conquista de novas fronteiras... As ferrovias paulistas prolongaram seus trilhos rumo a outros Estados e, diretamente ou ligando outras linhas estaduais (como a Mogiana com a Estrada de Ferro de Goiás), permitiram a penetração da economia de mercado às regiões mais distantes do país (p. 44 - 49).

Com a estrada de ferro, chegaram as lavouras de café e as transformações econômicas no estado de Goiás, valorizando as terras e, conseqüentemente, aumentando a população. A partir de 1950 o povoamento foi marcado pela modernização da grande propriedade (BORGES, 1990).

Ferreira (1988) pontua que a frente pioneira trouxe para a região do Mato Grosso Goiano, muitas mudanças com a substituição da lavoura de subsistência pela lavoura comercial. A frente pioneira é vista como uma forma de incorporação de novas áreas ao sistema de produção, nas quais se

reproduzem as relações sociais que são a base desse sistema. As novas áreas ocupadas no Mato Grosso Goiano não devem ser percebidas apenas como uma ampliação de terras ocupadas, mas como inserção dessas áreas na divisão de trabalho no espaço, uma vez que a ocupação estava voltada para a produção e para o mercado, e a terra tornava-se mercadoria. Segundo Ferreira (1988), o movimento pioneiro fez surgir as propriedades rurais de tamanho médio e pequeno, que eram exploradas por parceiros (meeiros) ou pelo próprio dono.

A frente pioneira – vista como uma modalidade para a compreensão de fronteira –, permite uma análise da forma de ocupação do estado de Goiás, que, de certa forma está associada ao discurso ideológico da *Marcha para o Oeste*, que enfatiza o corpo harmonioso – uma nova ordem social. A fronteira era considerada a única saída para o Brasil, e nela se construiria o *novo*, sem influência européia (sobretudo do comunismo). Propunha-se a formação de um trabalhador apolítico, em um lugar onde todos teriam igualdade de oportunidades – a *terra prometida* – por isso, a sacralização do governo. Divulgava-se a ideologia de que o mundo rural estava em processo de transformação, mas, na realidade, houve mais propaganda do que realizações. Em 1936, foi fundada a cidade de Goiânia, como o portal do sertão. Na década seguinte, houve em 1941, a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang).

Goiânia faz parte do projeto do Estado Novo. A fronteira em Goiás pode ser considerada um espaço de ocupação política e econômica, em que o poder político, a propriedade privada da terra e o poder religioso procuraram estabelecer-se.

A idéia de uma agricultura nova com base na pequena produção das colônias agrícolas, não passou de falácia. O governo não tinha poder para enfrentar o latifúndio, o que se fez foi no máximo um pacto. A Marcha para o Oeste foi a forma de um governo autoritário legitimar-se.

O Oeste só foi ocupado definitivamente quando se transformou em objeto de interesse maior para o capital. Na década de 1940, o país voltou-se para o projeto desenvolvimentista, adotando a substituição de importações, e o mercado interno passou a ganhar importância. O Sudeste firmou-se como o centro, no desenvolvimento urbano-industrial. A desagregação da economia de

subsistência foi um dos fatores que levou à expulsão da população do campo, especialmente de Minas Gerais, fazendo que as correntes migratórias do sudeste ocorressem “pelas mudanças impostas ao campo pelo desenvolvimento urbano-industrial” (FERREIRA, 1988, p. 44).

Por esta época, Goiás recebe um grande fluxo migratório de Minas Gerais e de São Paulo, em razão sobretudo da escassez de terras no estado paulista. Ferreira (1988) analisa que a frente pioneira do café, em São Paulo, entrou em uma fase de esgotamento do solo e de despovoamento, impulsionando a migração para novas terras.

A autora esclarece:

A antiga frente pioneira do café também estaria gerando seus excedentes populacionais. Segundo Monbeig, a fronteira aberta pelo café em São Paulo já apresentava esgotamento de solos e sinais de despovoamento, estando o pequeno proprietário e o sitiante sempre prontos a seguir adiante, em busca de terras que lhes permitissem uma rentabilidade sem necessidade de investimentos de que não dispunham. A situação desses pequenos produtores já era precária: tendo esgotado os seus recursos com a compra da terra, não podiam se permitir pagar mão-de-obra e tinham até mesmo que suplementar sua receita como meeiros nas grandes fazendas (FERREIRA, 1988, p. 44).

Segundo a mesma autora, as terras vazias do Mato Grosso de Goiás – região de matas, não ocupadas pela pecuária –, com o declínio da mineração se transformaram na alternativa mais viável para os migrantes desenvolverem as lavouras de alimentos (arroz, feijão, milho e, especial o café) e venderem os excedentes para o mercado. Criou-se no imaginário dos que chegavam em Goiás a idéia de que os goianos eram *indispostos ao trabalho*, por apenas cultivarem a lavoura de subsistência. A inserção da área na economia de mercado, pelo incremento da lavoura, e o crescimento populacional com o povoamento do campo e a urbanização foram outras mudanças que ocorreram no período.

Para o cultivo do arroz, feijão, milho e café, terras foram sendo desmatadas e, com isso, a fronteira estendia-se, e novas áreas eram incorporadas ao sistema produtivo. Criou-se a indústria de beneficiamento de arroz e café, chamadas popularmente de máquinas de limpar arroz e café, com o objetivo de barateamento dos custos de transporte de produtos.

Na primeira metade do século XX, em virtude do esgotamento do solo, as áreas desmatadas começaram a tornar-se improdutivas. Com essa tendência da frente pioneira, a pecuária passou a dominar a agricultura (FERREIRA,1988). No final desse período, a região do Mato Grosso Goiano ainda era uma das mais importantes do estado de Goiás, como produtora de arroz, café, feijão e milho.

Sobre a transformação capitalista da agricultura, Graziano Neto (1985), afirma que ocorreram modificações no progresso técnico da agricultura, alterando a organização da produção. Goiás sofreu uma alteração profunda na produção e na distribuição populacional. As condições de trabalho na agricultura começaram a ficar difíceis, e as lavouras de café, arroz, feijão e milho tornaram-se cada vez mais escassas. Ocorreu então o processo de expulsão do trabalhador arrendatário, em razão da expansão do capitalismo no campo. Passou-se a utilizar o trabalho do *bóia-fria* e do trabalhador volante, e a forma de pagamento passou a ser o salário. O pequeno produtor foi expropriado, visto que a organização da produção passou a obedecer aos moldes empresariais.

Já no início da segunda metade do século XX, ocorreu um novo padrão agrário (MULLER, 1989), correspondendo à desagregação do complexo latifúndio-minifúndio pelo comércio, ou seja, concentração de renda ora no setor rural, ora no setor industrial. O capital revolucionou o modo de produção agrícola que era baseado na comercialização. A partir de então o mundo agrário goiano sofreu grandes investimentos de capital e superou o divórcio entre a indústria e a agricultura, desenvolvendo o complexo agroindustrial. Máquinas e implementos substituíram o trabalho do camponês, com a implantação das agroindústrias.

Como já analisado, a partir de 1912, correntes migratórias chegaram a Goiás em busca de terras férteis, iniciando a expansão cafeeira na região do Mato Grosso Goiano, marcando um período de transformação da lavoura de subsistência para a lavoura comercial. Neste contexto, fronteira significava o espaço ocupado pelo café. Nesse período, paulistas e mineiros, chegaram à região de Itauçu, que pertencia então ao município de Itaberaí (BORGES, 2005).

Em Goiás, o preço das terras crescia extraordinariamente em virtude da chegada dos imigrantes, sobretudo de Minas Gerais, que chegavam com o sonho de conseguir fartura. Cada migrante que se dirigia para a fronteira, alimentava a esperança de acumulação e promoção social. Léna (1988) relata que essa região aos poucos passou a absorver um alto índice populacional.

Costuma-se atribuir à frente pioneira de Goiás a solução de problemas nacionais que vão desde a segurança, a um meio de reduzir tensões sociais, e ainda como forma de abastecer o mercado urbano com alimentos (FERREIRA, 1998). Dessa maneira, o avanço da fronteira do Estado de Goiás foi se constituindo em um regulador de tensões advindas dos movimentos de maior ou menor apropriação da terra pelo grande capital (BECKER, 1988).

1.1 Itauçu: palco de movimentos sociais no contexto da expansão da fronteira

Segundo Borges (2000), com a implantação da infra-estrutura de transportes, o poder público criou algumas condições operacionais que possibilitaram a expansão da fronteira agrícola e do mercado interno. Em 1917, o governo estadual começou a abertura de estradas de rodagem na região de Itauçu, com a construção de uma rodovia que partia de Roncador (terminal da estrada de ferro) até Goiás (antiga capital). A estrada atual, GO - 070, passava pela região, facilitando a chegada de novas famílias.

De acordo com Coelho (2002),

o tropeiro Ernesto, que posteriormente passou a ser chamado de Coronel Ernesto, diferenciava-se dos outros tropeiros que ali se instalaram. Pois, enquanto a maioria se preocupava em trabalhar apenas para a subsistência, ele se instalou com o objetivo de cultivar a terra e fazê-la produzir, principalmente o “ouro verde” (café) que vindo do litoral do Sudeste, marchava rumo ao Centro-Oeste, seguindo as linhas da estrada-de-ferro. E, em pouco tempo, o ex-tropeiro fazia com que a paisagem da Fazenda Três Barras, fosse tomando outro aspecto, com as matas virgens sendo derrubadas a machado e substituídas pelos cafezais. E, em pouco tempo, Ernesto Magalhães passa a ser o maior produtor de café do Estado de Goiás (p. 22).

Conforme Coelho (2002), a Fazenda Três Barras passou a ser o ponto de parada dos tropeiros por ser uma região de água abundante e rica em

pastagens. Em razão da alta fertilidade da terra, alguns tropeiros decidiram instalar-se na região. O primeiro deles foi o Coronel Ernesto Baptista de Magalhães, que chegou em 1911, iniciando um novo modelo de ocupação da região, pois as lavouras existentes até então visavam apenas a subsistência. O ex-tropeiro derrubou as matas virgens, substituindo-as por cafezais, e em pouco tempo transformou-se em um dos maiores produtores de café do estado de Goiás. Sua fazenda possuía três casas-sede e várias casas de colonos, além de usina hidráulica que servia para iluminar a fazenda e fazer funcionar a serraria e a máquina de beneficiar arroz. Usava-se o sistema de venda de alimentos aos colonos, anotados em fichas, sistema denominado *barracão*.

Esta fazenda tornou-se modelo e atração no estado de Goiás, ponto de parada obrigatório de autoridades políticas estaduais e federais, como Pedro Luduvico, Juscelino Kubstcheck e outros. Autoridades religiosas também tinham suas instalações na fazenda, como é o caso de D. Prudêncio, Bispo de Goiás, e nesse local eram realizados batizados, missas e casamentos.

A população do povoado aumentava a cada dia, e muitos colonos chegavam à região, por ela ter se tornado muito produtiva. Várias famílias começaram a construir suas casas no terreno da Igreja, que foi doado em 1914 por Antônio Albino e sua esposa. Quem quisesse construir, cercava seu lote e fazia sua casa, não tinha que pagar nada, pois, as terras doadas para a santa é para este fim mesmo, assinala Coelho (2002, p.28). Em 1924, houve novas doações de terrenos para a Igreja e construiu-se a capela em honra a N. S. D' Abadia. Em 1929, o Coronel Ernesto Baptista de Magalhães, que até então era contra a construção de um povoado, arrependeu-se e levou a energia hidráulica de sua fazenda, que era próxima, até a capela e às casas do povoado, que prosperou rapidamente.

O povoado crescia e o número de crianças também, e logo surgiram as primeiras escolas.

Castro (1933) descreve:

No povoado existem seis casas commerciaes, sendo de duas fazendas, armarinhos e ferragens, e quatro de seccos e molhados. Desfructa de uma escola mixta, creada em 1929, dirigida pela professora-normalista Dona Clarisse Garcia de Lima, auxiliada pela adjunta municipal Senhorinha Olina Vito Berquó. Nella se acham matriculados 60 alumnos, dos quaes 25 do sexo masculino e 35 do

feminino. A primeira escola que existiu no Catingueiro Grande era municipal, e foi criada a 20 de Novembro de 1919, por acto n.º 128, pelo intendente Antonio Luiz da Silva Caldas. Foi posteriormente suprimida, dando lugar à estadual. A extinta escola referida, teve como seu primeiro professor o sr. Flavio José de Almeida, descendente direto daquelle que primeiro dirigiu um estabelecimento de instrução primária em Itaberahy – o mestre alferes João José de Almeida (p.129).

Segundo o depoimento de Chafi José, antes da criação da primeira escola municipal, as aulas eram ministradas por professoras particulares, em um armazém de cereais cedido por seu pai. O sistema era o multisseriada, e as aulas não eram regulares, pois durante o período de safra, os alunos tinham que ceder o espaço para o armazenamento dos grãos.

Em 1932, foi construída uma casa na qual passou a funcionar a Escola Municipal de Itaberaí e também a casa da professora.

O entrevistado descreve:

Aí depois veio... Abel Garcia, aliás, veio pra cá trouxe a D. Clarisse, que é a filha dele que foi uma das primeira professora... Foi a primeira professora daqui, Escola Municipal de Itaberaí, que funcionava aqui. Aí papai, mais tarde em 1932, construiu uma casa pra escola, essa casa ainda existe até hoje ali embaixo. Meu pai fez ela com quatro cômodo que era pra funciona a escola. E a professora morava na casa e dava aula lá (CHAFI JOSÉ, entrevista realizada em 2005, p. 2-3).

O povoado, antes denominado Catingueiro Grande foi elevado à categoria de distrito em 1936, e seu nome foi trocado para Cruzeiro do Sul. O Diário Oficial do dia 20 de outubro de 1948, publicou a Lei n.º 175, de 11 de outubro de 1948 (GOIÁS, 1948), que criava o município de Itauçu, assinada pelo então Governador do estado Jerônimo Coimbra Bueno.

O município de Itauçu é considerado palco de movimentos sociais no contexto da expansão da fronteira. O município de Itauçu está localizado geograficamente no Mato Grosso Goiano e faz divisas, atualmente, ao Norte, com os municípios de Itaberaí, Taquaral de Goiás, Santa Rosa de Goiás, Petrolina de Goiás, ao Sul, com os municípios de Araçu e Inhumas e a Leste, com os municípios de Inhumas e Damolândia, e a Oeste, com o município de Itaberaí.

Com o povoado elevado à categoria de distrito, a escola municipal deu lugar à Escola Estadual José Serafim, que depois passou a se chamar José

Ludovico. Em 1946, já contava com muitos alunos e várias professoras. Uma das professoras dessa escola, Iracema, fala como começou a trabalhar e como funcionava a escola no período em que foi professora e diretora:

Quando eu cheguei aqui eu não pensava em trabalhar de imediato. Mas o prefeito de Itaberáí tava precisando de professora aqui, e foi até lá na minha casa me convidar pra vir a trabalhar aqui, eu aceitei, porque tava precisando mesmo de trabalhar. Tinha idade. Vim, comecei aí, em 1946...(a educação) não havia muita diferença d'agora não. Só que as salas de aula já eram separadas, no fim. Já tinha cada professor na sua sala... tinha muitos alunos. A gente comemorava as datas cívicas com muito aluno (IRACEMA, entrevista em 2005, p. 5)

De acordo com o recenseamento de 1950, citado na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1957), entre os 8.790 recenseados em Itauçu, com mais de cinco anos, 2.561 sabiam ler e escrever, e 6.214 eram analfabetos, dos quais 2.992 homens e 3.222 mulheres. Esses índices evidenciam o problema do analfabetismo que também era marcante no município de Itauçu, que, no período, contava com oito estabelecimentos que ofereciam a primeira fase do ensino fundamental (antigo ensino primário). Segundo o mesmo censo, da população presente com mais de dez anos de idade, apenas 35% sabiam ler e escrever.

Em 1950, o município de Itauçu tinha, conforme o IBGE (1957), 10.707 habitantes. Daí em diante, a população foi declinando. Em toda a região do Mato Grosso de Goiás houve, a partir de então, um intenso esvaziamento do campo, e de certa forma, urbano, das pequenas cidades e vilas, pois com o êxodo rural passou a haver uma corrida para as metrópoles em busca de empregos, uma vez que as pequenas cidades não ofereciam nenhuma condição nesse sentido. O município de Itauçu refletia a situação em que o trabalhador arrendatário começava a ser expulso do campo em virtude de expansão do capitalismo, momento em que as lavouras foram sendo substituídas por pastagens, e o trabalho agrícola tornava-se cada vez mais escasso.

Conforme Borges (2005),

o capital passou a controlar cada vez mais as condições de trabalho, a propriedade da terra, expropriando o pequeno proprietário e expulsando os meeiros e arrendatários, intensificando os conflitos

entre fazendeiros e trabalhadores rurais. (...) Itauçu foi fruto do processo migratório e sofreu várias mudanças relacionadas ao processo de expansão da fronteira no estado de Goiás. (...) Os conflitos foram marcados pelas tentativas dos partidos políticos, da Igreja e do Estado de incorporarem as tensões sociais e as reivindicações dos trabalhadores rurais. Era a disputa pela hegemonia e paternidade da organização dos trabalhadores rurais (p.32).

Na região do município de Itauçu, não diferentemente do que se passava em todo o estado de Goiás e no Brasil, a expansão do capitalismo trouxe várias mudanças no mundo do trabalho rural. Começou a expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais, pois é a terra, a disputa por ela, que traz para o confronto direto trabalhadores rurais e fazendeiros, declara Borges (2005, p.33). A transformação provocada pela ação do capitalismo gerou inúmeros conflitos no campo, que por sua vez, deram base para o desenvolvimento de movimentos sociais que representaram a luta dos trabalhadores rurais por seus direitos sobre a terra.

As Ligas Camponesas, em Itauçu, representaram uma forma de organização desses trabalhadores. Na segunda metade do século XX, as associações constituíram-se na principal experiência de organização de trabalhadores rurais, com a criação de ligas camponesas no estado de Goiás. A primeira foi a Associação de Trabalhadores Rurais de Formoso¹, fundada em 30 de janeiro de 1954, e que tinha como um de seus objetivos defender os posseiros da grilagem da terra. A segunda foi a Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Itauçu, fundada em 1956 (PESSOA, 1999). As duas associações diferenciavam-se, pois em Trombas houve a luta armada, ao passo que, em Itauçu isso não ocorreu, uma vez que a luta nesse município buscava a aplicação de leis em favor dos trabalhadores rurais. A associação de Itauçu foi fundada em meio à crise provocada pela expulsão do trabalhador arrendatário para novas frentes de expansão.

Borges (2005) analisa esse processo:

A expulsão do trabalhador arrendatário para as cidades ou para o norte do Estado era o fenômeno mais marcante da região na década de 1950. Quando o capital acelerou sua expansão no município de Itauçu, os fazendeiros entregavam num prazo de dois a três anos,

¹Ver obra de Maria Esperança Fernandes Carneiro, *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia, Editora da UFG, 1988.

suas terras de matas virgens para os arrendatários, cobrando altas taxas de arrendo, para que estes formassem áreas de cultura ou criação de gado. Ao final desse prazo, o fazendeiro ficava com a terra formada sem nenhum desperdício de capital e, a partir de então, passavam a gerenciar diretamente a produção, dispensando os arrendatários e meeiros (p.36).

A Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu foi criada sob a orientação do Partido Comunista. O presidente da associação era Sebastião Bailão, militante do partido comunista, que se mudou para Itauçu com o objetivo de organizar os trabalhadores rurais. A associação reivindicava a baixa do arrendo e buscava ampliar a organização dos trabalhadores rurais, em relação à questão agrária. Em virtude da localização próxima a Goiânia, a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu servia de ponto de apoio, para outros movimentos de trabalhadores rurais, subsidiando o de Formoso e outras tentativas de resistência pela posse da terra. Essa associação foi considerada a segunda maior do estado de Goiás, exercendo grande influência sobre os trabalhadores rurais durante oito anos.

Em 1962, foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural e foram criados 34 sindicatos rurais de trabalhadores (GUIMARÃES, 1988). Esses sindicatos foram instalados rapidamente em razão de atuações do Estado, do Partido Comunista e da Igreja Católica. A Igreja Católica entrou na mobilização pelo sindicato rural pela criação da Frente Agrária Goiana (Fago) no dia 30 de março de 1962, em cerimônia realizada no então Cine Teatro Goiânia. Nessa noite, compareceu ao evento uma comitiva de Itauçu composta por trezentas pessoas. Considerando as condições do transporte da população, esse foi realmente um número significativo de participantes (AMADO, 1996). A Fago teve núcleos em Leopoldo de Bulhões, Cristalina, Jaraguá, Ceres e Itauçu, e se dedicava a organizar a atuação do laicato católico na questão agrária. A frente era declaradamente anticomunista, e atuava no campo goiano pela ação do Movimento de Educação de Base (MEB), por intermédio de seu Setor de Sindicalismo Rural, que estimulava os trabalhadores rurais a se organizarem por meio das escolas radiofônicas.

Amado (1996) descreve a atuação da Fago:

Em janeiro de 1962, o jornal **Brasil Central** assim anunciava: A exemplo do que já existe em algumas regiões, o episcopado goiano

resolveu criar e fazer funcionar neste Estado a Frente Agrária Goiana (FAGO) que tem por finalidade uma orientação para levar os cristãos a participarem ativamente na vida sindical rural e na promoção dos homens do campo, difundindo e concretizando a Doutrina Social da Igreja (p.117).

Em Itauçu houve forte mobilização dos trabalhadores rurais mediante a atuação do MEB. O trabalho realizado pelo MEB implicava a participação da Igreja junto às camadas sociais mais pobres, momento em que teve uma marcante ação social.

Ocorreu, então, uma contraposição política entre a Fago e o Partido Comunista, pois ambos lutavam pela liderança dos trabalhadores rurais. Na comunidade Serrinha, no município de Itauçu, o posicionamento anticomunista da Fago, representada pela atuação do MEB, teve uma grande repercussão, pois apesar da presença marcante do PC em Itauçu, o partido não conseguiu exercer total influência naquela comunidade, e ficou evidenciada a ação de sujeitos fortemente ligados à prática religiosa, como se pode observar no capítulo III deste trabalho.

CAPÍTULO II

A EDUCAÇÃO NO MEB E SUA INTERAÇÃO COM OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS

“O MEB que são três letras
E mais não podia ser
M que é movimento
Do progresso e do saber

O E que também é forte
Representa educação
Em toda zona do norte
O homem tem precisão

O B quer dizer base
O mesmo que suplemento
Tira o camponês do atraso
Do vício e do afobamento”

(Albertina Vaconcelos)

Durante toda a história, a Igreja Católica passou por várias transformações. Moura e Almeida (1985) ressaltam que, com a instalação da República, em 1889, ficou estabelecida no Brasil a separação entre a Igreja e o Estado, o que se tornou uma afronta para a maioria da população católica. A partir de 1930, várias transformações ocorreram na hierarquia católica no Brasil. Neste período, as ideologias e a religião da Europa, sobretudo de Roma, “influenciaram as posições no Brasil e a Igreja perde a iniciativa para o Estado e para outros grupos da sociedade civil”. (BEOZZO, 1986, p.275). A Igreja Católica passou por uma etapa de afirmação, criando movimentos leigos, para uma prática freqüente dos sacramentos e criando a Ação Católica Brasileira, cujos estatutos foram aprovados pelo Vaticano em março de 1946 e que agia em defesa da ordem e da disciplina eclesiástica.

Segundo Beozzo (1986),

além do mais, a Ação Católica veiculava o mais das vezes uma nova espiritualidade, um novo espírito litúrgico, uma militância que

provocavam retraimento e críticas dos grupos mais tradicionais. O seu recrutamento, em muitos lugares, circunscreveu-se a elementos saídos da pequena burguesia, egressos de colégios católicos e de famílias de posses. O recrutamento atingia o mais das vezes as camadas mais jovens da população (p.323).

Para Pessoa (1999a), a Ação Católica, muito contribuiu para a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 14 de outubro de 1952, mobilizando prelados, sacerdotes, religiosos e leigos engajados. O autor salienta a bifurcação de caminhos, no que se refere a problemas político-econômicos: “a hierarquia propunha reformas sociais e a vanguarda queria a revolução brasileira” (PESSOA, 1999a, p. 97). O que fez com que a hierarquia desautorizasse os grupos de ação em meios específicos da ação católica. Pessoa (1999a) assinala que esse período marcou o fim da neocristandade brasileira, pois a Igreja não atingiu as massas como desejava.

O Concílio Vaticano II foi idealizado pelo Papa João XXIII. Como consta no discurso de abertura da sua primeira sessão, no dia 11 de outubro de 1962, o Papa declarou que a finalidade pastoral do Concílio seria a discussão da “renovada, serena e tranqüila adesão a todo o ensino da Igreja, na sua integridade e exatidão” (COMPÊNDIO DO VATICANO II, p. 2). O papa afirma que ainda que o espírito cristão do católico do mundo inteiro espera um progresso na doutrina e na formação das consciências, e que a Igreja Católica por meio deste concílio deverá a verdade religiosa, mostrando-se amorosa, paciente e misericordiosa com os filhos dela separados. Ocorre o falecimento do Papa João XXIII, e o seu sucessor Papa Paulo VI, manteve a convocação dos Bispos para a realização do concílio. No discurso de abertura da segunda sessão realizada no dia 29 de setembro de 1963, o novo Papa reforçou as palavras de seu predecessor, reafirmando que a doutrina católica deve ser palavra geradora de vida e de ação, e que possam tornar a fé fecunda. Conforme Borges (2005) do Concílio Vaticano II vale destacar dois documentos:

A constituição dogmática *Lumen Gentium* (Luz dos Povos) e a constituição pastoral *Gaudium et Spes* (Alegria e Esperança). O documento *Lumen Gentium* afirmava que a Igreja não poderia se fechar em si mesma, pois ela é o povo de Deus que caminha inspirado pelo Espírito Santo. Deste documento, surgiu a abertura para a participação dos leigos na vida da Igreja. O documento *Gaudium et Spes* pregava a abertura da Igreja para o mundo,

afirmando que ela tinha que se comprometer com os problemas sociais (p. 93).

Ainda segundo Borges (2005), as determinações do Concílio Vaticano II provocaram uma verdadeira renovação no seio da Igreja Católica, a participação do leigo passou a ser valorizada e os problemas da sociedade penetraram na Igreja. Várias reuniões entre os bispos latino-americanos foram realizadas após o Concílio, dentre elas a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano na cidade de Medellín, na Colômbia em 1968 e a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Puebla, no México, realizada em 1979. Em Medellín foi reforçada a participação dos leigos e foi valorizada a importância das pequenas comunidades cristãs evangelizadoras.

Nos anos 1960 o quadro da Igreja Católica no Brasil, sofreu algumas renovações, e várias iniciativas foram tomadas, tanto pela hierarquia, quanto por movimentos leigos em decorrência do Concílio Vaticano II e da II Conferência em Medellín. A Igreja Católica, na tentativa de mostrar-se presente para a solução dos problemas enfrentados pela sociedade no decorrer da história, manteve uma posição de apoio aos marginalizados. Sua atuação não foi somente em relação à questão agrária, mas também quanto à educação e a formação crítica dos trabalhadores rurais que não tinham acesso aos estudos. Nesse quadro de renovação da Igreja Católica, pode-se observar que alguns setores da Igreja estão mais voltados para as massas, mantendo agora, uma aliança com os oprimidos, passando a ser o depositário das angústias e esperanças do povo (BORGES, 2005). Entretanto toda essa mudança não é mérito somente da hierarquia da Igreja, mas do povo que veio buscar na Igreja a sua força.

A Igreja Católica no Brasil, nas décadas de 1950 e 1960 sofreu mudanças em sua organização e em sua ideologia, advindas das modificações ocorridas internacionalmente. A Igreja Católica, nesse período, modificou sua estrutura organizacional, e assim, tanto os desdobramentos internos à instituição quanto os processos econômicos, sociais e políticos abrangentes na sociedade brasileira influenciaram opções da hierarquia católica no país. As mudanças ideológicas mostraram-se contraditórias, constituindo uma variedade de posicionamentos que se desenvolveram no catolicismo, sobretudo na América Latina (BEOZZO, 1986). Em decorrência de pressões de setores da

sociedade, a Igreja Católica no Brasil intensificou sua participação no desenvolvimento e na promoção de movimentos de educação popular.

No período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), promoveu uma política de aceleração da industrialização com um processo mais intenso de substituição de importações (o slogan do presidente era *50 anos em 5*). O desenvolvimentismo promoveu a entrada e proteção do capital estrangeiro, e um inevitável acordo entre parte do empresariado nacional e internacional. As grandes metas do populismo desenvolvimentista direcionavam-se para empregos, estradas, escolas, reforço aos aspectos da liberdade e representatividade na democracia. O populismo acabou fortalecendo os setores populares que se mobilizavam politicamente em várias áreas da sociedade civil reivindicando reformas de base. Foi um momento de grande atuação das ligas camponesas e dos sindicatos rurais que se organizavam na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, construindo uma força de pressão na tentativa de mudar as condições sociais existentes. Para efetivar o seu projeto, o Governo contou com o apoio da Igreja Católica, estabelecendo uma aliança entre ambos.

Para entender os movimentos educacionais em prol da alfabetização de adultos e adolescentes, devem-se analisar as condições estruturais e conjunturais que possibilitaram a propagação do programa nacional de alfabetização. A ruptura das bases da estrutura agrário-comercial e a formação da nova estrutura urbano-industrial caracterizam o marco histórico da industrialização e o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Todas essas transformações econômicas estão vinculadas a mudanças no plano político.

As mobilizações populares ocorridas nesse período possibilitaram que alguns setores da *classe média* que se empenharam em atuar junto aos trabalhadores rurais e urbanos, organizando-os para uma maior participação política. Esses grupos adotaram a educação de adultos ou educação de base como uma de suas estratégias de atuação. Podem-se mencionar os trabalhos na área de educação popular que vinham sendo realizados pelo Movimento de Educação de Base (MEB) e pelos movimentos de promoção da cultura popular – Centros Populares de Cultura (CPCs) da União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife (MANFREDI, 1978).

O sistema educacional no Brasil não tinha condições de absorver a demanda potencial. A luta pela democratização do sistema educacional passou a ser uma das preocupações básicas entre intelectuais, educadores e estudantes em um período de tomada de consciência em prol do desenvolvimento. O analfabetismo expressava a manutenção de privilégios, pois impedia que 40% da população brasileira participassem do desenvolvimento em curso e do sistema de decisão política. Vários movimentos educacionais originaram-se no Nordeste, justamente a região que possui um dos maiores índices de analfabetismo do país (MANFREDI, 1978).

Nesse período destacaram-se os CPCs e o MCP. Os CPCs disseminaram-se entre 1962 e 1964 nasceram com a preocupação de jovens intelectuais e artistas em propagar o *teatro político* entre as classes populares e eram vinculados à UNE. O MCP foi criado em 1960 pela prefeitura de Recife, e nasceu por iniciativa de estudantes, artistas e intelectuais, aliando-se a outros movimentos populares.

Segundo Amado (1996), na década de 1950 e meados da década de 1960 a relação entre a Igreja católica e o Estado desenvolve-se com base em um “otimismo desenvolvimentista e eclesial” (p.107), superando a aliança nos moldes da nova cristandade que surgiu na década de 1930, realizando agora a sua função com sustentação na sociedade civil. A relação da Igreja com o Estado não se processava de forma submissa, mas mediante contatos políticos para fortalecimento de sua ação na sociedade. A Igreja atuava política e socialmente por meio de minorias ativas que agiam sobre o povo. A atuação da Igreja nesse período pode ser visualizada por sua contribuição para a formulação do estatuto da terra, seu empenho pela sindicalização rural e a criação da Frente Agrária Goiana.

2.1 MEB e Freire: uma união que deu certo

Em 21 de março de 1961, foi assinado um convênio entre o governo federal e a CNBB, instituindo o MEB, que, pela sua originalidade se tornou privilegiado dentre outros movimentos de educação popular. O governo federal forneceu recursos para a aplicação do programa, facilitou a concessão de

canais radiofônicos e autorizou a requisição de funcionamento necessário para que o movimento atingisse os objetivos. A Igreja divulgava o programa na sua rede de emissoras católicas, comprometendo-se com sua implantação em áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A política educacional humanista adotada pelo MEB foi concretizada pela adoção do processo ensino-aprendizagem de Paulo Freire. MEB e Freire estavam atentos ao trabalho popular e comprometidos com a transformação da sociedade, enfatizando a conscientização, encorajando o povo a enxergar seus problemas em um contexto social mais amplo.

A Igreja popular começou a manifestar-se no processo de abertura vivido pela Igreja a partir do final dos anos de 1950, despertando sua consciência para os problemas sociais com iniciativas católicas na área de educação popular. A igreja popular teve sua prática pedagógica antecipada pelo MEB, que trabalhou com problemas concretos, atendendo as necessidades imediatas do povo. O MEB e Freire trabalharam na educação a troca entre professor e aluno. O professor partiria da compreensão popular do mundo, aprendendo com o povo. Por intermédio do MEB, a Igreja Católica no Brasil empreendeu a primeira tentativa de desenvolver prática pastoral voltada para a transformação das classes populares (MAINWARING, 1989).

Paulo Freire teve destaque na atuação em educação popular no final dos anos 1950. No início de 1960, ele propôs um processo ensino-aprendizagem para que se pudesse alcançar uma educação libertadora, em que o desenvolvimento da leitura e da escrita não aparece separado da leitura do mundo, valorizando os conhecimentos que o aluno já traz de sua realidade. A nova roupagem que Paulo Freire deu à aprendizagem foi adotada pelo MEB. Carlos Rodrigues Brandão (1994) ressalta:

A questão é que Paulo Freire não propôs um método entre outros. Um método psicopedagogicamente diferente e, quem sabe?, melhor. Antes de fazer isso ele investiu aos brados com uma educação, contra outras. Por isso, depois de falar contra que educação a sua se apresenta e como é a educação em que ele crê, é preciso dizer contra que tipo de Mundo ele acredita em um outro, e por que crê que a educação que reinventa pode ser um instrumento a mais no trabalho de os homens o criarem, transformando este que aí está (p.15).

Freire buscava a participação popular no processo de aprendizagem levando o povo a ser sujeito ativo e não apenas absorvedor de conceitos. portanto, a participação nas decisões do processo pedagógico deveria ser democrática, Freire valorizava a educação popular, porque ela criava um espaço democrático em uma sociedade desigual, mobilizando o trabalhador rural a lutar pela transformação da sociedade (MAINWARING, 1989).

O processo ensino-aprendizagem de Freire tinha o objetivo de retratar os desejos, os problemas e a realidade do trabalhador rural. Para isso concentra-se na pesquisa do universo vocabular desse trabalhador e para ele “ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário (...), não pode ser imposta” (BRANDÃO, 1984, p. 21). Portanto, a grande preocupação de Paulo Freire era reconstruir um processo de alfabetização que representasse o cotidiano do trabalhador rural.

Brandão (1994) assinala:

Esta é uma das razões pelas quais este é um método que se constrói a cada vez que ele é coletivamente usado dentro de um círculo de cultura de educadores-e-educandos. E o trabalho de construir o repertório dos símbolos da alfabetização já é o começo do trabalho de aprender. Por isso ele deve envolver um máximo de pessoas da comunidade, do lugar onde serão formadas uma ou mais turmas de alfabetizandos. A idéia de uma de uma *ação dialogal* entre educadore-e-educandos deve começar com uma prática de ação comum entre as pessoas do programa de alfabetização e as da comunidade . (...) É um trabalho coletivo, co-participado, de construção do conhecimento da realidade local: o lugar imediato onde as pessoas vivem e irão ser alfabetizadas (p. 24).

Brandão (1984) ainda ressalta que o objetivo da pesquisa do vocabulário consiste em revelar o modo como a realidade social se manifesta na vida, no pensamento e no imaginário dos seus participantes, afirmando-se como um ato criativo e não de consumo. A descoberta da vida pela fala deve ser um momento comum de descoberta.

No estado de Goiás, o MEB teve o desafio de recriar o processo de ensino-aprendizagem de Paulo Freire para as escolas radiofônicas porque o trabalho de alfabetização se processava por intermédio do rádio, com a ajuda dos monitores. Foi feito o levantamento de palavras geradoras em várias comunidades agrárias de Goiás onde o trabalho de alfabetização seria realizado. Benedito e Jovelina foram as duas primeiras palavras geradoras,

nomes comuns de pessoas e que “sugerem a possibilidade de se imaginar um casal de ‘povo da roça’, uma família” (BRANDÃO, 1984, p. 34-35). O autor ainda destaca:

As palavras geradoras são instrumentos que, durante o trabalho de alfabetização, conduzem os debates que cada uma delas sugere e à compreensão de mundo (...) a ser aberta e aprofundada com os diálogos dos educandos em torno aos temas geradores, instrumentos de debate de uma fase posterior do trabalho do círculo (BRANDÃO, 1994,p. 39).

O conjunto didático *Benedito e Jovelina* era composto por pequenos textos em uma linguagem de fácil compreensão, com pequenas ilustrações e com as palavras geradoras. Esse processo de ensino-aprendizagem reconstruído nos moldes propostos por Paulo Freire adentrava a realidade dos alunos. As palavras geradoras passam a ter vida porque se relacionavam com o trabalho do aluno, sua dor e sua fome (FREIRE, 1996), possibilitando a construção de outras palavras que aguçam a discussão de outros temas como educação, família e cidadania. “Na verdade, criou-se um novo método, utilizando cartazes (para gravuras, famílias de sílabas e descoberta de novas palavras) e fichas (para o reconhecimento e decomposição das palavras e como resumo para os alunos)”, afirma Fávero (1984, p. 293). Dessa forma o “instrumental do trabalho de alfabetização foi codificado, transformando em símbolos de uso no círculo de cultura” (BRANDÃO, 1984, p. 40). A equipe de trabalho foi treinada e estava familiarizada com os procedimentos metodológicos e sabia usá-los “com eficiência autônoma e criatividade” (BRANDÃO, 1984, p 41). Toda a experiência adquirida com o conjunto didático-pedagógico *Benedito e Jovelina*, produzido pelo MEB - Go, foi precursora de outros materiais didáticos usados em outros sistemas radioeducativos. O processo de ensino-aprendizagem, tal como propusera Paulo Freire, reflete a necessidade de uma educação libertadora a favor do oprimido buscando sua conscientização.

De acordo com Brandão (1994),

Por isso também o próprio método de alfabetização que Paulo Freire pensou funciona de tal sorte que realiza, dentro do círculo de cultura, a prática do diálogo que o sonho do educador imagina um dia poder existir no círculo do mundo, entre todos os homens, aí sim,

plenamente educadores - educandos de todas as coisas. Daí surge a própria idéia de conscientização, tão nuclear em Paulo Freire. Ela é um processo de transformação do modo de pensar. É o resultado nunca terminado do trabalho coletivo, através da prática política humanamente refletida, da produção pessoal de uma nova lógica e de uma nova compreensão de Mundo: crítica, criativa e comprometida. O homem que se conscientiza é aquele que aprende a pensar do ponto de vista da classe que reflete, aos poucos, o trabalho de desvendamento simbólico da opressão e o trabalho político de luta pela sua superação (p.108).

2.2 MEB: um movimento de educação entre outros movimentos

O trabalho realizado pelo MEB é reflexo de um contexto marcado por mobilizações populares que buscavam construir uma sociedade mais igualitária, mais justa. Wanderley (1984) classifica o MEB como um movimento histórico porque

ele só foi o que foi precisamente por ter existido num momento de nossa história com as características apontadas para os planos econômico, político, cultural e social, determinantes de sua existência e das demais experiências então existentes, e que foram influenciadas por estas mesmas experiências (p. 34).

O MEB nasceu como um movimento da Igreja, mas que secularizou-se com os conflitos eminentes da atuação dos leigos que se contrapunham com a finalidade dos objetivos dos bispos, ou seja,

das atividades usuais de uma escola radiofônica, de educação sindicalista, de treinamento de lideranças convergiu para a edificação de um poder local e popular, de uma real democracia de base, da incorporação de um projeto político de transformação. De uma postura paternalista e idílica da pureza do camponês foi-se tomando consciência de como o capitalismo ia destruindo o seu mundo (WANDERLEY, 1984, p. 45).

O MEB colocou-se como força decisiva para a libertação do camponês, ao descobrir a leitura e o valor de suas práticas sociais, teve condições para atuar em prol de si mesmo e sua ação passou a gerar conflitos com os grandes proprietários de terra, com o clero conservador e outras autoridades.

Wanderley (1984) mostra o MEB como mediação no contexto histórico da Igreja Católica e aponta as contradições existentes e as novas contradições que surgiram em razão das práticas e elaboração do MEB: no plano econômico, prevalece a lógica do trabalho a negação da lógica do capital. No plano político, a democracia popular com tendência ao poder popular, negava a democracia liberal. No plano cultural, a primazia era dada à hegemonia cultural dos grupos populares negando a cultura dominante. No plano social, dava condições para se implantar uma democracia de base, valorizando o camponês e desenvolvendo as comunidades. Ao negar certos valores,

afirmava um mundo mais humano e justo, uma sociedade igualitária, um desenvolvimento dos homens em sua plenitude, formando sujeitos livres, ativos e responsáveis, e que conduzissem à libertação das classes populares (WANDERLEY, 1984, p. 46).

No plano nacional, o MEB era composto por um Conselho Diretor Nacional (CDN), formado por bispos e leigos. Nos estados, havia um Conselho Diretor Estadual (CDE), congregado por bispos das áreas onde havia o MEB. O bispo diocesano era responsável pela orientação do sistema local de sua área. Os leigos contavam com a orientação da Comissão Executiva Nacional (CEN), que dependia do CDN, que orientava e coordenava as Equipes Estaduais (EE) que, orientava, por sua vez, as Equipes Locais (EL).

O sistema radioeducativo atingia uma determinada área que se tornava responsabilidade de uma Equipe Local, encarregada de planejar, coordenar e executar o programa local de educação de base. Todas as atividades educativas eram divulgadas por emissoras, que eram colocadas à disposição pelo episcopado e que transmitiam os programas educativos.

O sistema apresentava similaridade em todo o país apesar de cada sistema local ter sua originalidade. Essa visão de conjunto é percebida no Relatório Anual do MEB (1963), no qual aparece toda a estrutura que o movimento seguia e as práticas que eram efetuadas onde quer que fosse instalado:

O Sistema Radioeducativo é constituído por uma rede de núcleos com recepção organizada de programas educativos especialmente elaborados, com supervisão periódica, com trabalho de comunidade e escola. Para o funcionamento desses Sistemas são necessários: - um estudo prévio da área em que se vai atuar, - a escolha e o

treinamento de pessoal das próprias comunidades para a direção das atividades, - a realização de uma supervisão periódica que acompanhe o desenvolvimento das escolas e comunidades e a eficácia da programação... Teoricamente, cada Sistema deveria realizar o trabalho de produção e emissão de programas, mas há Sistemas em que as equipes utilizam a programação de um Sistema próximo por não disporem de emissora... Para elaborar seu programa de atuação, a Equipe Local empreende um levantamento da área a ser atingida, usando técnicas de estudo da área. Durante este trabalho, as comunidades são, ao mesmo tempo, motivadas para participarem da ação educativa do MEB, enquanto a equipe colhe dados para a seleção de futuros animadores voluntários das comunidades. Delimitada a área de atuação, a Equipe Local treina os futuros animadores e planeja, com eles, o trabalho a ser executado. Iniciada a ação, a Equipe mantém contatos constantes com as comunidades em que se desenvolve o programa, supervisionando e coordenando todo o trabalho (MEB NACIONAL, 1963, p.16).

Segundo Wanderley (1984), a programação das aulas radiofônicas seguia alguns critérios básicos. A alfabetização e linguagem eram dirigidas especificamente aos jovens e adultos camponeses, mas essa composição era heterogênea, uma vez que 65% dos alunos tinham entre 15 e 30 anos segundo dados de 1963 a 1964. A alfabetização foi desde o início integrado à conscientização. Os livros de leitura globalizavam as matérias e traziam mensagens de valorização do homem, de sua cultura e de seu papel diante da realidade brasileira. Toda a comunidade participava de meios para a manutenção das escolas radiofônicas (carga de pilhas, fichas de matrículas, quadro-negro, lampiões etc) fazendo rifas, leilões e trabalhos coletivos. A aritmética era aplicada com problemas enfrentados no cotidiano do lavrador para facilitar o desenvolvimento do cálculo e gradativamente era introduzida a aritmética simbólica, gráfica. Noções de saúde também eram transmitidas, utilizando-se de recursos “próprios e para evitar soluções diretivistas, orientavam-se para a solução preventiva e não curativa” (WANDERLEY, 1994, p. 55). Havia também a programação referente à atividade agrícola onde o trabalho coletivo era valorizado. Programas especiais dedicados aos monitores e à comunidade eram elaborados e abrangiam religião, atividades para as férias, arte popular etc. Todas as programações eram produzidas pelas equipes e emitidas pelas emissoras, e houve casos em que membros das comunidades, monitores e alunos participavam dos programas e até mesmo de sua produção.

Os treinamentos eram muito importantes para manter o bom funcionamento da estrutura montada para o desenvolvimento das escolas radiofônicas. Os treinamentos, segundo Wanderley (1994) objetivavam:

elevar o nível dos líderes das comunidades, dos monitores e das equipes, com uma seqüência que dependia das avaliações feitas sobre todo o processo nos Sistemas, e na busca de respostas aos problemas da realidade, bem como gerando condições para que os participantes assumissem os múltiplos trabalhos. Com a Animação Popular, eles foram forçados a propiciar atitudes críticas, desejo de mudança numa hierarquia de valores, conscientes da realidade brasileira e da necessária transformação desta realidade. Esses treinamentos, organizados sistematicamente em maior ou menor grau, serviam de fontes de abastecimento para impulsionar a ação, porém o treinamento resultante da convergência das várias práticas, cotidianamente, é que produzia os efeitos mais efetivos e de difícil mensuração (p. 57).

Uma supervisão periódica era feita às comunidades a fim de verificar se a programação estava adequada à situação local e para proporcionar uma comunicação direta com os alunos e as comunidades. A supervisão constituiu-se em uma forma participação e integração das equipes com a base. Dessa forma as equipes locais eram apoiadas pelas equipes estadual e nacional, por meio de treinamentos, encontros etc.

Em dezembro de 1962, foi realizado em Recife o *I Encontro de Coordenadores*, pois já se sentia a necessidade de explicitar os objetivos do Movimento. Esse encontro ficou como marco na história do MEB, uma vez que “foi um ponto de inflexão positivo na trajetória do Movimento, no qual se aclararam os objetivos e se começou um trabalho global mais planejado” (Wanderley, 1984, p. 58). Ali foi tomada uma opção pelo povo e se viu a necessidade de desenvolver um processo *conscientizador-politizador*. As equipes passaram a reivindicar mais estudo recebendo influência de debates travados na Ação Católica, das idéias de reforma de base do país e do movimento de Ação Popular. As carências na alfabetização foram percebidas e ficou prevista uma maior integração da escola com a comunidade, surgindo as iniciativas de cooperativismo e de artesanato. O sindicalismo passou a ser visto como uma nova proposta de conscientização do camponês.

Segundo Wanderley (1984),

um salto qualitativo foi dado com a “educação sindicalista”, ou seja, a presença do MEB no processo de sindicalismo rural, que foi sobrepondo-se às vezes, ao trabalho simplesmente educativo. Tudo isto alterou a própria programação radiofônica que mudou o conteúdo das aulas e dos programas, buscando responder à altura as novas exigências postas pelos movimentos. Os treinamentos e estudos foram crescendo em consistência e aprofundamento, avultando os temas sobre educação, subdesenvolvimento, conscientização, cultura, consciência histórica, sentido das transformações, povo como sujeito das mudanças (p. 58).

Este foi um momento muito importante na história do MEB, pois revelou aos camponeses o verdadeiro sentido da luta pelos seus direitos pela ação de sindicatos foi plantada a semente para uma nova consciência do camponês, ou seja, a partir daí o homem do campo pôde perceber que a organização e a soma de forças lhe davam condições para enfrentar as dificuldades que os cercavam.

Wanderley (1984) salienta que o trabalho de sindicalização rural se transformou numa pedra de toque do processo educativo do MEB, visto que o sindicalismo passou a influenciar as equipes dos sistemas radiofônicos nas programações das aulas, nos treinamentos, exigindo mais dos agentes. A programação das aulas dava explicações sobre o sindicalismo rural, trabalhando com idéias que evidenciavam a luta sindical tradicional, mas mostravam que diante da situação do campo qualquer instrumento de organização era um ganho.

De acordo com Wanderley (1984), cinco idéias apontavam para a necessidade de criação de sindicatos:

A primeira idéia veiculada é a da união e organização dos camponeses. A segunda liga o sindicato com a defesa de direitos assentados em lei e procurando, como contrapartida, evitar a violência, já que a desordem e o ódio fariam perder o direito logrado - “agora, nossa luta terá de ser dentro da justiça e da ordem”. A terceira aflora o risco da instrumentalização de grupos externos que tentariam envolver os sindicatos para usá-los em seu favor e não em favor dos sócios. A quarta previne contra as reações de proprietários e autoridades, esgrimindo o argumento de que eles teriam de aceitá-los e atender as reivindicações, por estarem assegurados nas leis, na Constituição. A quinta fornece o elemento positivo da organização sindical, qual seja, o dos benefícios já alcançados (p. 295).

A transcrição de uma aula da Equipe do MEB/Recife de Educação Política permite perceber como o tema do sindicalismo era trabalhado e introduzido aos alunos das escolas radiofônicas, de forma bem clara e precisa:

EDUCAÇÃO POLÍTICA – 1ª AULA

Caros amigos camponeses, cada um de vocês é uma vara, frágil, sem muita força, que todo mundo pode quebrar, humilhar, espezinhar, matar. Se vocês, porém, se unirem todos formando um feixe de varas, então a força será muito grande, ninguém poderá quebrar. Pois bem; o Sindicato é um feixe de varas. Os camponeses unidos, dentro do sindicato, dentro em pouco serão uma força que haverá de ser vitoriosa, trazendo muitos e muitos benefícios para toda a classe dos camponeses. Só assim vocês poderão vencer. Desunidos, desorganizados, continuarão sofrendo, humilhados, espezinhados, esquecidos. Vamos portanto nos unir todos dentro dos nossos sindicatos de camponeses, para o bem de toda a classe.

Hoje, o sindicato já é um movimento vitorioso.

Vamos ver o que já tem conseguido. Este movimento novo do sindicalismo, aqui em Pernambuco, foi iniciado em outubro de 1961; de lá pra cá, o sindicalismo conseguiu reunir mesmo os agricultores. Dezenove sindicatos já estão ligados à Federação, quer dizer, à associação sindical que reúne todos os sindicatos de um Estado; existem, realmente, ainda uns 8 sindicatos que não estão ligados à Federação e que também estão organizando outras atividades. Mas, atenção, procurem sempre saber quando forem convidados para alguma coisa, se está sendo orientada pela Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco.

Bem, vamos ver o que foi mais que já conseguimos.

- 1 _ Unir os agricultores, despertando neles os seus direitos; mostrando a eles as injustiças, os absurdos praticados contra eles;
- 2 – O direito de fazer greves, de reclamar, falar dos seus direitos;
- 3 – Os agricultores unidos já conseguiram o pagamento do 13º mês de salário.

E isso se está conseguindo através de reuniões, de conversas, de atendimentos entre os representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco e os representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco e os representantes das classes patronais – senhores de engenho, proprietários, fazendeiros, usineiros – Associação dos Fomecedores de Cana de Pernambuco, Sociedade Auxiliadora de Pernambuco, Sindicato da Indústria do Açúcar, também o delegado Regional do trabalho que é o representante da lei, do Governo.

É, realmente, uma nova era para os trabalhadores rurais, quando as autoridades e o governo garantem que os agricultores serão respeitados dentro do que tiverem direito por lei. Esta foi a grande vitória do Sindicalismo Rural de Pernambuco; patrões e governo ouvindo, conversando, se entendendo com os representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco.

E o trabalhador do campo começa a ser respeitado como filho de Deus e cidadão da Pátria. E isto porque o homem do campo começou a se organizar, a se unir, a ser um forte feixe de varas; o seu grito tem a ressonância de um trovão; unidos podem ser uma grande força em Pernambuco, no Nordeste, no Brasil. Aí então poderemos dar a nossa contribuição verdadeira (*apud* WANDERLEY, 1984, p. 297-298).

Essas idéias evidenciam uma prática educativa na construção do sindicato. A metáfora usada de que *o sindicato é um feixe de varas* explicita para a classe de trabalhadores rurais a importância de permanecerem unidos para alcançarem o bem comum. Há uma tentativa de se construir uma idéia do que é o sindicato expressando claramente sua dimensão educativa.

Esse processo de mudança no MEB com a introdução do sindicalismo na luta pela conscientização do homem do campo fez que os agentes amadurecessem diante das modificações internas e externas no movimento, mas acabou trazendo divergências e dando uma tonalidade mais complexa aos objetivos do movimento. Entretanto, prevaleceu a proposta de o movimento voltar-se para uma educação que pudesse levar os alunos e a comunidade à ação, dessa forma, o sindicalismo rural foi privilegiado.

Segundo Amado (1991), o MEB em 1961, visava apenas o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste. Em 1963, já estendia seus sistemas por todas as áreas subdesenvolvidas do país. Ao analisar o MEB em Goiás, Amado salienta que seu início se deu em setembro de 1961, quando foi instalado em Goiânia o Sistema Educacional Tele-Radiofônico de Goiás (Setergo), por meio da Rádio Difusora, que funcionava em caráter experimental. O MEB atuou em trinta municípios goianos, dentre eles, o município de Itauçu.

Também em Goiás, o MEB mudou a sua orientação a partir de 1963, criando o setor de sindicalismo rural no seu interior tendo atuação na fundação de sindicatos rurais. A Equipe de Sindicalização atuou de acordo com a metodologia do MEB, respeitando as aspirações dos grupos populares. Entretanto a proposta de se organização por meio de sindicatos não foi posta pelos trabalhadores mas pelos agentes do setor de sindicalização que a encaminharam aos trabalhadores rurais. A estrutura do movimento foi utilizada para o trabalho de sindicalização (CASTRO, 1992).

Conhecer o funcionamento das escolas radiofônicas é fundamental para um melhor entendimento da atuação do MEB. Uma escola radiofônica necessitava de uma estação de rádio para transmitir a programação das aulas. Havia uma equipe central cujos integrantes supervisionavam e coordenavam as escolas, preparavam monitores, promoviam cursos, elaboravam e

ministravam as aulas. Em Goiânia, sob a coordenação de Maria Alice Martins de Araújo, havia sete pessoas (AMADO, 1991).

A aprendizagem ocorria em qualquer lugar (casa, escola), e o monitor completava o que não podia ser feito pelo rádio. Para acompanhar as aulas, o aluno deveria ter mais de quatorze anos, e aprenderia a ler, a escrever, higiene, agricultura etc. As aulas eram ministradas à noite.

Segundo Amado (1991) Dom Fernando Gomes, Arcebispo de Goiânia, solicitava colaboração e apoio, para viabilizar o funcionamento das escolas radiofônicas nas paróquias. O autor ressalta os ganhos da Igreja Católica com a atuação do MEB:

Ganhou a Igreja Católica, ampliando a potência de suas emissoras de rádio, fazendo-se escutar pela grande massa, reforçando o poder hierárquico (mas levando a maturação o laicato católico) mantendo o prestígio e a força social diante do Estado e servindo-se da modernização dos meios de comunicação para garantir a sua evangelização (AMADO, 1991, p.170).

O mesmo autor conclui que a ação da Igreja Católica comporta nuances próprios e sutis, sendo percebidos quando se adentram as *obras sociais* ou quando se visualizam sua ação geral e sua ação especializada, no caso o MEB e as escolas radiofônicas.

Ao analisar o MEB em Goiás, Duarte (1998), assinala a criação do setor de Sindicalismo rural, com um trabalho político desenvolvido com uma metodologia, em que se respeitavam as aspirações e iniciativas dos grupos e comunidades.

Pessoa (1999b) analisa que por trás da rapidez na criação dos sindicatos, após sua regulamentação, estava a atuação do Estado, do Partido Comunista e da Igreja Católica. Na área de ação da Igreja encontrava-se o MEB, que atuou decididamente no sindicalismo rural, saindo da tradicional alfabetização radiofônica. Castro (1992) igualmente salienta:

A atuação na organização dos trabalhadores é então disputada pelo governo estadual, por partidos políticos clandestinos e pela Igreja Católica. A lógica da corrida era assegurar liderança entre os trabalhadores e controle do processo político no campo (p. 51).

Pode-se então perceber a ligação do MEB com o sindicalismo rural, que surgiu a partir de sua reestruturação e do contexto de abertura ao sindicalismo no Brasil. A Igreja objetivava disputar com outras entidades a criação e o controle dos sindicatos, pois eles se tornavam emergente na legislação.

O MEB tornou-se uma “forma de participação política da Igreja junto às camadas populares” (Castro, 1992, p. 54). A autora mostra a preocupação coletiva do governo e da Igreja em combater o subdesenvolvimento e como a proposta inicial do MEB mudou, surgindo uma inovadora comunicação com as massas.

Segundo a análise de Castro (1992), o objetivo do MEB era a formação de adultos e adolescentes, dando-lhes a possibilidade de se conscientizarem de sua dignidade de homens feitos a imagem e semelhança de Deus, despertando para seus problemas, buscando “soluções comunitárias para uma mudança de situação”.

A implantação do MEB em Goiás deu-se sobretudo em virtude de participação marcante de Dom Fernando Gomes dos Santos. Ele foi importante no processo de estruturação do movimento que se conduziu por *influência* de sua *personalidade*. Segundo o depoimento de Parcival Moreira Coelho (monitor do MEB) colhido por Castro (1992), o MEB só foi o que foi pela presença de Dom Fernando, que trouxe o movimento para Goiás, por ideal e não para jogar a Igreja no seio da massa. O depoimento de Oscavú José Coelho também monitor do MEB, destaca o compromisso assumido por Dom Fernando e seu empenho na implantação do MEB. Castro (1992), ao analisar a *virada do MEB*, mostra que a participação da população alvo estava intimamente relacionada a esse processo e destaca:

Dentro do conceito de educação de base, o MEB, procurava a princípio, divulgar conhecimentos relativos aos principais aspectos da vida humana: alfabetização e cálculo, educação sanitária, noções práticas de saúde, higiene, agricultura, formação para o trabalho, economia doméstica, educação cívica, religião. (...) Até 1962, o MEB vai produzir em maior extensão as experiências iniciais com maior apuro técnico. A partir do final de 62, as mudanças no pensamento cristão decorrentes da mobilização político-ideológico do período vão se refletir no MEB, que passa a buscar uma nova metodologia (p. 99).

A nova metodologia do MEB contava com a participação ativa de toda a comunidade atingida. Os problemas comuns da população passaram a ser enfocados, levando a uma *percepção crítica da realidade*, e o MEB-GO passou a estruturar melhor sua metodologia de trabalho. A Equipe Central e os monitores passaram a trabalhar de forma integrada tendo como base as aulas radiofônicas, supervisão, programas de sábado e o encontro (CASTRO, 1992).

As aulas radiofônicas e a supervisão adquiriram uma maior agilidade com uma proposta pedagógica que abrangia toda a comunidade. A supervisão melhor equipada e com maior duração possibilitou um contato mais proveitoso para monitores e alunos e para a Equipe Central, que adquiriu novos dados e maior conhecimento das pessoas e lugares com quem e onde trabalhava e na tentativa de tornar-se mais dinâmica passou a utilizar um questionário para levantamento de área, aproveitando o momento para fazer debates sobre pessoa, trabalho e cultura. Os monitores recebiam material didático e de fundamentação, para que o trabalho não se limitasse ao período de supervisão. Para que houvesse uma maior participação da comunidade a supervisão passou a ser feita com alunos de várias escolas reunidas em um mesmo local. Essa supervisão – encontro, segundo consta no Relatório do MEB-GO, tinha como objetivos:

- complementação do trabalho radiofônico;
- contato direto com as comunidades;
- revisão e planejamento conjunto;
- motivação e abertura para a comunidade (p. 4).

Da supervisão-encontro, surgiu uma nova experiência, considerada a mais original vivida pela equipe de Goiás no MEB que foi *O Encontro*. O primeiro encontro foi realizado com conteúdo próprio, diferenciando-se da supervisão normal. Esse encontro realizou-se em Itauçu, com a reunião das escolas da Comunidade Serrinha. Alguns depoimentos de participantes mostram a importância do encontro para a comunidade: “Os que lá compareceram voltaram bem mais enfluente. Tivemos bom resultado com aquele encontro” (MEB -GO, 1967, p. 05).

Serrinha realizou um novo encontro em uma segunda etapa, com características bem marcantes de animação popular, momento em que toda a

comunidade foi sacudida pelo trabalho dos monitores. O encontro foi assumido de perto por parte da comunidade e Equipe Central. A preparação era feita em conjunto, e a motivação era realizada pelo trabalho radiofônico da Equipe Central, pelos monitores e amigos ligados diretamente a comunidade.

Realizou-se ainda, em Serrinha, um terceiro encontro, como expressão do próprio encaminhamento da experiência em outras comunidades. Foi um encontro marcado por uma conscientização em um nível mais crítico e pelo fato da comunidade assumir inteiramente o encontro, desde sua preparação, realização e avaliação. A principal característica dessa fase de encontros foi a abertura da comunidade, a tomada de consciência de seus problemas e a localização de sua liderança.

Em razão da exigência das comunidades, outra experiência que evoluiu foi o *Programa de Sábado*, elaborado inicialmente para orientação do monitor: *Encontro com o Monitor* (com duração de 20 a 15 minutos). Na sua segunda fase, o programa, intitulado *Encontro com a Comunidade*, passou a contar com seções para o monitor e outras para a comunidade. A Equipe Central, posteriormente, sentiu a necessidade de separar os dois pontos de interesse, criando um programa específico para o monitor, deixando o de sábado para a comunidade. Foi dessa maneira que programas especiais passaram a ser transmitidos aos sábados com *A Comunidade se Reúne* e *Nosso Mutirão*.

O programa *A Comunidade se Reúne* desenvolvia um trabalho de assessoria pelo rádio, com um plano de desenvolvimento da comunidade. Esse programa radiofônico divulgava experiências, solicitava sugestões e debates apresentando quadros sobre os problemas comuns às comunidades. Era apresentado aos sábados, com pequenas peças de radioteatro que representavam a vida diária do camponês, e que animavam as reuniões que ocorriam aos domingos. Eram programas elaborados pela Equipe Central, por monitores e por pessoas que colaboravam, mesmo não pertencendo ao MEB, que acabaram contribuindo “para a criação de instrumentos pedagógicos que possibilitassem aos próprios monitores e líderes encaminhar soluções e buscar formas organizativas” (PEIXOTO, 2003, p. 86).

Segundo Peixoto (2003), esse programa radiofônico servia também para motivar reuniões e realização de festas com leilões, onde se arrecadava

dinheiro para a manutenção da escola e outras despesas. A fala dos monitores, presentes no Relatório do MEB-GO, confirma essa informação:

e aos sábados o encontro com o monitor estamos fazendo nas casa dos alunos ou de vizinhos que intereçarem, e vamos nestas festinhas promover leilões para as despesas da aula (...) (p. 5).
(...) acabamos de ouvir neste momento o encontro com o monitor hoje realizado aqui na casa do companheiro Oscavú, achamos-nos reunidos neste momento com muitos de nossos alunos, e grande parte de moradores aqui do arredor, está movimentado lá fora os leilões para a manutenção de nossa escola (...) (p. 5).
(...) e o quanto o programa ficou muito bom, muito bem intitulado, a comunidade se reuniu mesmo (...) (p. 6).

O programa *Nosso Mutirão* surgiu principalmente para atender aos pedidos constantes de esclarecimento, ou seja, uma maior fundamentação, e para motivar debates na comunidade, mesmo quando a Equipe Central não estivesse presente. O primeiro programa foi ao ar no dia 24 de março de 1966 e com pequenas peças de radioteatro onde eram apresentadas situações vividas pelas comunidades, como a do *Zé Goiano e Seus Vizinhos*, que teve uma grande *função didático-pedagógica* permitindo uma compreensão global do trabalho do MEB.

Conforme assinala Peixoto (2003),

o programa *Nosso Mutirão* procurava conscientizar o homem de sua ação sobre o mundo, motivá-lo para o trabalho em comum, fornecer-lhe dados acerca da realidade social e, em especial, a respeito da situação do camponês e da sua realidade concreta. Procurava também formar uma atitude de crítica diante do processo de exploração e dominação (p. 99).

O MEB em Goiás atuava em três pontos específicos: *conscientização, mudança de atitude e instrumentação das comunidades*. Esses pontos foram atingidos por estratégias de comunicação, que às vezes iam além das escolas radiofônicas, levando o movimento a um papel político de organização da comunidade. Uma dessas estratégias foram as atividades de animação popular nos encontros de comunidade.

Vários conflitos surgiram com a *virada do MEB*, que tornou-se mais politizado. A sindicalização tornou-se fonte de conflitos para a equipe, pois não havia uma unanimidade com relação ao envolvimento do MEB com o trabalho

do sindicato, como pode ser observado nas falas de Nazira F. Elias e de Alda B. Cunha:

Dentro da equipe mesmo, nós tínhamos elementos mais conservadores que consideravam que o sindicato já era um nível avançadíssimo de uma organização revolucionária e nós tínhamos elementos dentro da equipe que consideravam que o sindicato era uma organização natural das comunidades do trabalhador. [ELIAS] Isso foi uma relação até certo ponto conflituosa dentro da própria equipe (...) não é que alguém dizia que essa linha não deveria ser feita ou que isso não tinha a ver com alfabetização, ninguém explicitava isso aí, mas havia dentro da equipe pessoas que faziam esse trabalho sem incluir o restante. Era como se houvesse uma divisão social do trabalho. Algumas de nós fazíamos especificamente a questão das aulas, às vezes teorizávamos mais vezes, produzíamos os documentos. Havia uma outra parte da equipe que fazia o sindicalismo rural (...), a discussão política de sindicalismo. Não era o conjunto todo que em qualquer momento sentava pra produzir. Havia quase que uma divisão interna nesse sentido. (...) Então, eu acredito que na nossa equipe ela aconteceu, realmente, com vários níveis diferentes nessa composição. Agora, essa não chegou a ser uma coisa assim, vamos supor, de conflito, de ser rejeitado, é uma coisa que ficou como naturalmente acontecendo. Esse naturalmente entre aspas, sabe, então havia momentos, realmente, que a gente percebia esses conflitos bem próximos. Viagens marcadas pra determinada região..., quem vai? – é pessoal do sindicalismo! Mas pôxa! O pessoal do sindicalismo? Mas essa viagem o carro tinha que tá com a gente nessa outra região, como é que vai o pessoal do sindicato? Então, pequenas coisas que a gente percebia, pequenas polêmicas a respeito do carro, do motorista, do pessoal que tinha que tá reunido pra discutir era essa outra coisa da escola... – não, mais vai tá reunido em torno da discussão do sindicato? Mas não tinha ficado previsto que a gente ia fazer uma avaliação do livro, de tal coisa? Então, pequenas coisas que você percebia de que não era uma coisa tão unânime na visão da própria equipe o conjunto dessas atividades [CUNHA] (*apud* CASTRO, 1992, p. 162-163).

Outra fonte de conflitos foi o engajamento de alguns elementos do MEB com a Ação Popular (AP), por não ser explicitado formalmente essa relação. Criada em 1961, a AP exercia uma atividade política de esquerda, por intermédio de alguns católicos principalmente da Juventude Universitária Católica (JUC), e tinha o objetivo de construir uma sociedade mais justa tornando-se uma das três maiores organizações de esquerda no Brasil. A AP tornou-se influente tendo vários de seus membros como “líderes na educação popular, no trabalho sindical e na organização dos trabalhadores rurais” (BORGES, 2005, p. 81).

Em Goiás, a AP tinha o objetivo de aumentar a sua base política junto aos trabalhadores rurais, apoiando-se no trabalho do MEB. Em depoimento a

Ruth de Castro, Maria Alice Brandão diz que chegou a haver um trabalho conjunto entre a AP e o MEB, mas às vezes essa relação nem era percebida pela comunidade. Segundo o depoimento de Oscavú José Coelho, somente o pessoal mais engajado é que percebiam esses nuances. Em entrevista, Oscavú relata como se deu esse entrosamento do MEB com a AP:

A gente trabalhava também com outras organização: tinha a organização de AP, Ação Popular, que vendo assim o trabalho do MEB começou a entrosar, né. (...) a gente começou através da Ação Popular, a gente começou a fazer um entrosamento com os estudantes, tanto aqui da Federal, como da Católica, como qualquer movimento de estudante (OSCAVÚ, entrevista realizada em 2004, p.12).

Para marcar as reuniões clandestinas entre os estudantes e a comunidade os recados eram enviados por códigos transmitidos pela Rádio Difusora, como descreve Oscavú :

nóis nunca deixamo de fazer reunião, nós tinha uma mata muito grande... ainda existe até hoje, então a gente localizava os ponto de reunião por árvore, por ixemplo, tinha uma paineira muito boa onde a gente se reunia, então nós apelidava aquilo de “Fazenda Tal” e assim a gente fazia, quando ia dar anúncio na rádio, por ixemplo, eu avisava na Rádio Difusora, (...) eu precisava discutir alguma coisa com os jovem, aí eu vinha na Difusora ou mandava um recado por Claudino da Silveira que tinha aquele programa “Morão da Porteira”, aí eu falava “Alô boiadeiro Zé Bento to te avisando que no dia tal eu to com uma boiada fechada na ‘Fazenda Mangueira’ a tanta hora, e eu preciso que ocê traga um boiadeiro aqui pra nós, vê se a gente faz um negócio” (OSCAVÚ, entrevista realizada em 2004, p.12-13).

Neste caso, o *Zé Bento* era um dos integrantes da Ação Popular, e o recado continuava sempre com o uso de códigos:

“Agora eu estou com uma ciera jove, falava eu to com alguma novia que ta assim com pobrema, precisando d’arguma assistência, traga algum veterinário pra dar uma mão pra gente”. Aí é que ele (Zé Bento) recorria aqui a Federal ou a Católica e levava os estudante com remédio tudo. E dentro desse esquema a gente conseguiu tratar de muita gente e sobreviveu uma porção de tempo. (OSCAVÚ, entrevista realizada em 2004, p.13).

Dessa forma, através das reuniões, a AP fazia um trabalho de assistência médica por intermédio dos estudantes de medicina. Em 1966 a Polícia Federal prendeu 22 trabalhadores rurais no município de Itauçu. Com essas prisões encerra-se o trabalho da AP em Itauçu. Grande parte dos

trabalhadores envolvidos foram acusados de comunistas e expulsos das fazendas. As décadas de 1950 e 1960 foram de intensa organização dos trabalhadores rurais no município, contando com a mediação ora do Partido Comunista, ora da AP, ora da Igreja.

Em um contexto em que as pessoas viviam em condições de exploração e desigualdade social, foi criada em 1962, a Escola Radiofônica na Comunidade Serrinha, no município de Itauçu, tendo como primeiros monitores Oscavu José Coelho e José Moreira Coelho.

Assim como as outras escolas radiofônicas, a escola da Fazenda Serrinha era conveniada com o governo e com a Arquidiocese de Goiânia. As aulas eram transmitidas pela Rádio Difusora, por meio de um rádio a pilha com frequência única. A escola trabalhava com o processo de alfabetização de Paulo Freire e se caracterizava por uma alfabetização de base, em que se conscientizava o homem do campo não apenas com leitura, mas em todos os seus direitos e deveres, procurando envolver toda a família.

O MEB foi um movimento muito importante naquela comunidade, em pouco tempo as pessoas organizaram-se, havendo o grupo das mulheres, grupos de teatro e time de futebol, que visavam chamar a atenção e o interesse da comunidade. Por intermédio do MEB, importantes campanhas de saúde realizaram na Comunidade da Serrinha, como a campanha do filtro e das fossas. A escola entrou com o trabalho de conscientização e esclarecimento, e a Comissão de Goiânia conseguiu uma verba para a construção das fossas e a compra dos filtros para as famílias que não o possuíam.

Havia uma grande e importante participação dos monitores do MEB de Itauçu com a equipe central do MEB-GO. Afinal, o lugar ocupado pelos monitores era de fundamental importância para o bom desenvolvimento do movimento.

Segundo Wanderley (1994),

nos objetivos do Movimento, o monitor constituía-se num dos personagens-chave do processo educativo e da animação popular, o intermediário entre os agentes conscientizadores e os alunos e membros das comunidades a serem conscientizados, a ponte entre a emissão organizada e a recepção que transformava os programas do rádio em escola radiofônica, e o elemento que articulava os alunos e a escola com a comunidade (p. 410).

O monitor exercia várias atividades que se dividiam entre as realizadas na escola radiofônica e na comunidade. Era seu dever com a escola radiofônica instalar a escola, fazer as matrículas, cuidar da higiene da escola, estar presente além de anotar freqüência e ausência dos alunos e promover debates sobre os temas das aulas.

Em relação às atividades na comunidade o monitor devia fazer da escola uma vivência da comunidade e um instrumento de transformação da realidade. Deveria promover campanhas para melhorar os problemas enfrentados (saúde, alimentação) e promover outras organizações, como sindicatos, clubes, cooperativas etc., e articulá-los com a escola (WANDERLEY, 1984)

A estreita relação mantida entre os monitores e a Equipe Central era feita mediante visitas à sede e através de correspondência, nas quais eram repassadas as informações do cotidiano local. Os monitores mantinham-se atualizados pelas informações que eram transmitidas pelo rádio. A função de monitor exigia que o voluntário soubesse ler, escrever e contar, sendo complementada a sua instrução com os treinamentos e as próprias aulas. O monitor deveria ter certa representatividade na comunidade, qualidades de liderança, competência para tomar decisões e responsabilidade, estando sempre a serviço de sua promoção e da comunidade (WANDERLEY, 1984).

Segundo Wanderley (1984), inicialmente a seleção dos monitores era feita através da indicação de padres e vigários das paróquias do interior. Posteriormente, os monitores foram procurados entre os líderes locais ou por indicação de outros líderes da comunidade, melhorando sensivelmente o nível. A motivação inicial era religiosa e, a seguir, passou a apresentar um valor maior na promoção do trabalho, da luta. É importante ressaltar, que por ser um trabalho educativo, procuravam-se os mais alfabetizados e por ser gratuito eram valorizados os mais desprendidos e responsáveis.

Mesmo tendo uma preferência para os mais alfabetizados, o grau de instrução dos monitores era mínimo e a maioria completava a sua alfabetização na própria escola.

Wanderley (1994) informa:

Aproveitando a pesquisa citada de Ferrari, que entrevistou 248 monitores pertencentes a 31 municípios do interior da arquidiocese de

Natal, (...) de um total de 243 houve as seguintes respostas: '2,5% tinham apenas o 1º primário; 8,6% o 2º primário; 37,9% o 3º primário; 33,3% o 4º primário, e apenas 17,7% haviam concluído o 5º ano primário. E os monitores são escolhidos dentre as pessoas mais instruídas na localidade'. Do total da amostra, '137, ou seja, 55,3% haviam estudado pelo menos 1 ano em Escola Radiofônica: 50 (20,2%) – 1 ano; 26 (14,5%) – 2 anos; 30 (12,1%) – 3 anos; 21 (8,5%) – 4 e mais anos' (p. 413-414).

O processo formativo dos monitores ganhou consistência pelos inúmeros treinamentos que, aos poucos, foi dando a possibilidade de os camponeses sentirem-se valorizados em suas pessoas e nas coisas que faziam.

Segundo Peixoto (2003), a equipe central sentiu a necessidade de uma ligação com as raízes culturais de cada região, procurando dessa forma manifestações que representassem as populações. Dessa forma, buscaram um entendimento entre o MEB e os trabalhos culturais que a população já estivesse desenvolvendo na região. Esse trabalho conjunto muito contribuiu para as atividades do MEB. Esta parceria resultou na elaboração e seleção de músicas para os programas radiofônicos, por intermédio de Elizabeth Hermano que fazia parte da Equipe Central.

Por ser a música *caipira* uma das manifestações musicais mais importantes da zona rural, ela se transformou no *fundo musical* para os programas do MEB. Duas músicas foram elaboradas para a campanha e eram cantadas em todos os programas, uma de autoria de Elizabeth Hermano e outra de José Moreira Coelho e Parcival Moreira Coelho (PEIXOTO, 2003):

Levanto junto com o sol
E já é hora de trabalhar
Enfrento a terra com a enxada
E só de noitinha que vou descansar.

Então deixo a enxada num canto
Pego meu livro e vou estudar
Com a ajuda do monitor
Seja noite de chuva ou noite de luar.

De dia ganhando o pão
De noite livro na mão

Sabendo ler e escrever
A nossa vida vai melhorar
Estuda homem e mulher
Pois ávida que um leva o outro deve levar.

E um dia no Brasil inteiro
Toda miséria vai acabar
Porque o povo brasileiro
Sabendo o que quer haverá de lutar.

De dia ganhando o pão
De noite livro na mão (p. 68).

VAMOS ESTUDAR

Aqui vai meu convite
A vocês, companheiras:
Vamos, vamos estudar,
Correndo a largas passadas!
Agora, graças a Deus,
Não temos que pagar nada,
Aqui vai o meu conselho:
Não percam essa parada

Nossa classe camponesa
Precisa aproveitar
Esta oportunidade
Que temos pra estudar
A Escola Radiofônica
Nos estende a sua mão
Agora chegou a vez
Para o povo do sertão.

Está fazendo milagre
No Estado de Goiás
A Escola Radiofônica
Ensino muito eficaz
Não percam rapaziada!
Vamos, vamos estudar,
Agora tenho certeza
Que a vida vai melhorar.

De segunda a sexta-feira
Nosso rádio está ligado
À espera dos amigos
Que já estão convidados,
Espero que os camponeses
Estejam interessados
Tomar parte do estudo
Nosso tão cobiçado (p. 68-69).

Uma primeira fase anterior à campanha de alfabetização propriamente dita era a organização de comitês nos diversos municípios, que se responsabilizariam pela escolha de área e apresentação dos candidatos a monitor. A participação dos monitores e alunos da fazenda Serrinha nos comitês, foi importante para a instalação e a organização da escola conduzindo a futuros trabalhos. No Relatório do MEB-GO (1967), há uma correspondência

do monitor do MEB em Itauçu, José Moreira, à Equipe Central que mostra esse envolvimento:

Comunico-vos que nosso comitê está formado. Combinamos em agir na Fazenda Serrinha, as seguintes fazendas (...). Estamos muito animados, todos os que foram informados da escola estão ansiosos por saber o dia inicial das aulas, parece que vai haver uma concorrência muito boa.
(...) certo de que nossos candidatos compareçam todos temos o prazer de entregar em vossas mãos os seguintes candidatos...(p.3).

Peixoto (2003) assinala as funções desses comitês foram as seguintes:

- fazer reuniões para planejar o trabalho;
- informar as autoridades locais sobre as Escolas Radiofônicas e a Campanha de Alfabetização, e conseguir o seu apoio;
- convidar o povo e as autoridades para assistirem, reunidos, aos programas radiofônicos;
- após os programas, fazer debates com o povo sobre o problema apresentado;
- Promover reuniões e palestras de esclarecimento para o povo;
- fazer visitas de esclarecimento às famílias;
- fazer inquérito sobre a percentagem de analfabetismo local;
- usar todos os meios de propaganda disponíveis (cartazes, folhetos, alto-falantes, etc.);
- aproveitar todas as oportunidades para esclarecer o povo sobre a necessidade de escolas (p. 65).

Os comitês, além das devidas funções citadas buscavam motivar a comunidade para freqüentar as escolas radiofônicas adquirindo dessa maneira um maior conhecimento sobre o trabalho desenvolvido por esse movimento.

Segundo consta no Relatório do MEB-GO (1967), após o treinamento com os monitores, em dezembro de 1962, foi feita uma revisão crítica, com o planejamento das atividades do ano seguinte e destacou-se como instrumento de motivação uma *Campanha de Alfabetização*, que se desencadearia logo após o treinamento dos novos monitores. Esta campanha tinha como principais objetivos:

- Despertar para a necessidade do aprendizado da leitura e da escrita;
- dar conhecimento da possibilidade da instalação de escolas para adultos;
- mudar o sistema de matrícula, em que consistia na procura dos alunos pelo monitor, para uma busca da escola pelos interessados (p. 2).

Em outubro de 1963 foi realizado o I Encontro de Trabalhadores e Estudantes em Goiânia contando “com a participação de delegações dos sindicatos rurais de mais de quarenta municípios, reunindo cerca de mil e duzentos camponeses, além da participação de estudantes, operários e líderes das esquerdas e de linhas progressistas do país” (PEIXOTO, 2003, p. 108). No encontro várias teses foram debatidas, mas a questão agrária foi o principal assunto discutido.

A idéia da realização de um congresso de monitores foi surgindo a partir da realização desse encontro de trabalhadores e estudantes, com objetivos bem específicos, como pode ser verificado no Relatório do MEB-GO (1967):

Estamos planejando realizar, agora em dezembro, um congresso estadual de monitores.

É nosso costume, todos os anos, fazer em dezembro o dia do monitor, e em fevereiro um encontro de monitores antigos, para revisão e planejamento dos trabalhos. Êste ano, porém, em vez disso, pensamos fazer um congresso de monitores, pelos seguintes motivos:

1 – Realizou-se há pouco, aqui em Goiânia, o 1º Congresso de Camponeses do Estado. Estiveram presentes cêrca de 1.200 camponeses. E foi nêsse congresso que tivemos a oportunidade de ver, em tôda extensão, o rumo que vem tomando o movimento camponês no nosso estado. É impressionante ver a massificação total de que estão sendo vítimas os camponeses, por parte de grupos que se fortificam cada vez mais no campo. Depois que a gente tem uma idéia exata do que seja conscientização, chega a ser revoltante essa falta de respeito pelos lavradores, que estão sendo manipulados, usados em jogadas políticas, em interêsses de grupos. Assistimos a isso no Congresso de camponeses, e bem pudemos imaginar o que seria uma revolução brasileira nesses têrmos, sem a participação consciente do povo (p. 6).

Havia também uma grande preocupação em dotar os monitores e alunos uma fundamentação sólida para que pudessem ter uma atuação segura ao desenvolver o trabalho. Durante o congresso os problemas vivenciados na realidade do momento poderiam ser examinados à luz de uma fundamentação. Outra justificativa para a realização do congresso era a preocupação com a reação que se esboçava no momento, com relação ao trabalho desenvolvido pelo MEB, pois estava difícil a abertura de novas escolas e a continuação das já existentes, uma vez que alguns alunos e monitores já se mostravam amedrontados, como informa o relatório do MEB-GO (1967).

Torna-se necessário um esclarecimento maior, uma afirmação de pontos de vista, uma tomada de posição consciente que possibilite ao nosso pessoal enfrentar sem recuar, no próximo ano, uma luta que se anuncia difícil (p. 7).

Em meio a esse contexto de luta, de tomada de posições, de enfrentamento dos problemas que apresentava a realidade brasileira nesse período pré - ditadura havia uma grande preocupação da Equipe Central de Goiás em tornar toda a comunidade mais consciente pra evitar a sua manipulação por outros grupos que já buscavam o apoio dos camponeses. Em carta enviada pela coordenação do MEB - GO ao MEB nacional a coordenação do MEB – GO descreve a situação que motivou a realização do 1º Congresso Estadual de Monitores. A finalidade do Congresso foi debatida pela Equipe Central e de Sindicalismo e discutida com monitores e líderes sindicais e foram elaboradas as teses com a colaboração de pessoas engajadas no mesmo trabalho.

O congresso realizou-se em Goiânia nos dias 13,14 e 15 de dezembro de 1963, tendo como participantes monitores e alunos das Escolas radiofônicas, líderes sindicais, equipes nacional, estadual, central e do sindicalismo do MEB e também representantes de outras entidades como Centro Popular de Cultura, Instituto de Cultura Popular, secundaristas e universitários, em um total aproximado de 170 participantes. A temática central do congresso foram a realidade brasileira, reforma agrária e cultura e educação de base, objetivando a formação dos participantes em um nível de conscientização, instrumentização e organização. A avaliação do congresso foi feita por representantes do MEB Nacional, MEB - MG e MEB - GO, tendo como um dos resultados mais positivos o funcionamento das equipes no papel exclusivo de assessoria, permitindo, dessa forma, ampla participação dos congressistas nas discussões e uso da palavra.

A correspondência que chegava de Serrinha até a Equipe Central testemunha a repercussão do congresso naquela comunidade, desde o período de sua preparação até a realização (MEB-GO, 1967):

Hoje reuni para ouvir o programa e transmitir alguma coisa do nosso Congresso e todos ficaram entusiasmado com o movimento ao ouvir o programa e algumas explicação nossas. Pediram-me que enviarem o seus apôio de tudu que ai tratamos, já ficaram contente em saber

que o camponês pode pelo menos clamar o que está sentindo. Realizamos uma reunião no nosso ultimo programa onde lemos algumas teses e fizemos explicações diversas, e contamos ao povo as maravilhas que vimos aí no nosso primeiro congresso, o pessoal parece que impulsionou pra o MEB (p. 8- 9).

Segundo Peixoto (2003) com a realização do 1º Congresso de Monitores, o MEB teve condições de participar do processo de mobilização dos camponeses, se responsabilizando-se também pela condução das lutas pela hegemonia desse processo que estava acontecendo no estado de Goiás. A hegemonia era disputada pelos sindicatos controlados pela AP e pela Igreja e por sindicatos de outras correntes e facções de esquerda. Esse posicionamento levou o MEB a definir suas posições políticas diante do processo de mobilização, visto que neste período o movimento já deixava de ser um movimento só de educação de base e de combate à ignorância e ao subdesenvolvimento para dirigir suas atividades para o concreto das situações de vida dos grupos sociais com os quais lidava (PEIXOTO, 2003) Os temas escolhidos para os debates durante o congresso foram: A realidade brasileira, As reformas de base, A cultura e o processo de conscientização, demonstrando claramente as posições que o MEB defendia.

Peixoto (2003) afirma:

O Congresso realiza-se, assim, num clima de disputa pela hegemonia na condução das lutas que se efetivam dentro do quadro de mobilização social do país e, especificamente, do estado de Goiás. (...)O Congresso teve como principal função pedagógica explicitar as posições do Movimento diante do processo de mobilização social e deixar claras suas propostas pedagógicas na condução política desse processo. E com isso, evidentemente, ganhou aliados para as propostas e posições suas ou aquelas por ele assumidas na conquista da hegemonia e do controle dentro do movimento camponês (p.114-115).

A grande mobilização demonstra a tentativa de implantação de um processo pedagógico democrático entre os trabalhadores rurais, pois permitia que eles desempenhassem um papel nesse processo, não apenas como meros alunos passivos, mas engajando-se nas lutas pelas transformações estruturais do país. A Igreja que se contrapunha ao discurso da esquerda também tinha um discurso que contraditoriamente levantava bandeiras de expressão de esquerda em função da realidade em que ela se encontrava.

Dessa forma em Itauçu a Igreja Católica exerceu grande influência, pois, apesar de não mudar os seus dogmas, levou o povo a pensar em questões que não eram só de ordem religiosa.

Assim, naquela comunidade, os trabalhadores passaram a envolver-se cada vez mais com os problemas que faziam parte da realidade que os cercava e a buscar alternativas para solucioná-los. No próximo capítulo será feita uma reflexão sobre o sindicato, pois este se tornou um instrumento de defesa para os trabalhadores rurais do município de Itauçu.

CAPÍTULO III

A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SINDICATO COMO MOVIMENTO SOCIAL

Pobre também é gente

Quanta gente ainda vive sem regalia
Vivendo num cativo de algum dia
Sem meios pra defender o pão de cada dia
Quanta gente sem recurso/ Está sendo expulso/
Pras rodovias

Digo isto porque vejo aqui no meu sertão
O povo num desespero sem solução
Nem conhece seus direitos de cidadão
No nosso sertão goiano/ O que está mandando/
É a lei do patrão

O Brasil não desenvolve eu digo porque
Por falta de instrução pro povo viver
O pobre está esquecido sem ninguém ver
Está sendo massacrado/ E desrespeitado/ Pelo
poder

Precisamos trabalhar pela educação
Pra ver se desenvolve nossa nação
Pra tirar o camponês da escravidão
E pra vida que vivemos/ Hoje já temos/ A solução

Temos nosso sindicato pra defender
A ampla reforma agrária vamos fazer
Um sindicalismo livre queremos ter
O trabalhador unido/ E esclarecido/ Tem que
vencer

Vamos mostrar ao governo daqui pra frente
Que a classe trabalhadora é inteligente
O arrocho do sistema o povo já sente
Vamos mostrar ao nobre/ Que o povo pobre/
Também é gente.

José Moreira – 1980

A educação processa-se em outros espaços sociais e não tão-somente na escola. Loureiro (1988) analisa a luta social como forma de aquisição de conhecimento, aprendizagem e educação, e, por isso, ela caracteriza as lutas sociais como educativas.

Mascarenhas (2004) introduz bem a questão sobre as perspectivas da educação existentes nos movimentos sociais, refletindo sobre uma educação que se processa fora dos espaços convencionais de uma escola, e que se realiza em outros espaços que se constituem de significados. “O olhar sobre a educação que não se mantém no raio de abrangência da escola, que não sofre clausura, que vê um horizonte mais ampliado, capta a relação educação, cultura e vida social”, assinala a autora (2004, p. 18).

Pessoas e grupos organizam-se nos movimentos sociais, sendo reconhecidas e se posicionando diante das forças sociais. Os movimentos sociais processam-se mediante ações coletivas que, por sua vez, têm um caráter educativo. A educação que ocorre nos movimentos sociais contribui para a conscientização e politização dos sujeitos (MASCARENHAS, 2004).

O processo educativo dos movimentos sociais tem como fundamento a participação política, visto que a participação do sujeito se dá pelo seu posicionamento diante dos problemas sociais e pela luta pelos seus direitos. Aliás, segundo Brandão (2004), o movimento social é resultado de uma escolha pessoal, sendo este o seu fato fundador. Em contextos culturais, há escolhas pessoais livres ou por obrigação. Mas, a adesão a movimentos sociais se faz como resultado de um gesto de desejo e com base em uma ação coletiva:

A partir do coletivo da “nossa opção”, pois em um movimento nunca se está só e nunca se fala para o vento, ainda que de vez em quando se berre para as pedras do deserto. Visto que estar em um *movimento* é um aprender a falar para, a falar em nome de, ou a falar entre pessoas: de “minha gente”, “de minha classe”, de “meu povo”, de “meu gênero”, dos outros-como-eu, diferentes-de-mim, ou até mesmo de uma outra natureza, como as plantas e os bichos, “em nome de quem eu estou aqui” (BRANDÃO, 2004, p. 51).

No âmbito do globalismo, os novos movimentos sociais têm se caracterizado como um grande veículo educativo. Na perspectiva de Pessoa (2004) os novos movimentos sociais surgem explicitando os impasses e horizontes que o próprio globalismo abre, são característicos dessa nova sociedade mundial, se constituindo de questões como o ambientalismo, o feminismo, o pacifismo etc. Para Brandão (2004), os novos movimentos sociais

afastam-se dos eixos políticos dominantes e ampliam um novo critério de valor político atribuído a militância.

Diferentemente dos chamados novos movimentos, o movimento sindical enquadra-se no processo educacional que é desencadeado no seio dos movimentos sociais, todavia busca contribuir para a formação de atores sociais completos, conscientes e politizados. Mascarenhas (2004) salienta:

Os movimentos sociais lidam com um processo educativo que se fundamenta na participação política. Dentre eles, o movimento sindical caracteriza-se por estabelecer a relação com o mundo do trabalho integrando educação, trabalho e formação política (p. 26).

A autora destaca ainda a importância do movimento sindical quanto à capacidade de contribuir para a transformação da vida social com base na organização da classe trabalhadora:

O movimento sindical articula as esferas da economia e da política. Estabelece o elo entre a esfera produtiva e as relações de poder. A luta por melhores condições de trabalho e vida contra os interesses de outros grupos politiza a economia, desnudando as relações de poder. É fundamental para a classe trabalhadora esta capacidade do movimento sindical de articular a esfera produtiva com as relações de poder (p. 25).

A luta por melhores condições de trabalho deve ser articulada com a luta por melhores condições de vida. Dessa forma, a luta travada pelos trabalhadores abrange o trabalho e as condições sociais de sua existência, revelando assim um elo entre o movimento dos trabalhadores e outros movimentos sociais. “É fundamental interagir com os diversos atores sociais somando forças e extraindo da diversidade a potencialidade da união e solidariedade”, afirma Mascarenhas (2004, p. 26).

O movimento sindical deve ter como elemento essencial a formação política da classe trabalhadora. A politização e a conscientização dos trabalhadores em grande parte têm origem no processo de educação política que é articulada pelo sindicato.

De acordo com Mascarenhas (2004),

O caráter educativo do movimento sindical consiste na constituição de um processo educacional em que os trabalhadores como integrantes de uma determinada classe social aprendem a se reconhecer, lutam

por seus direitos, posicionam-se diante das relações de conflitos e de poder, conscientizam-se e se tornam mais politizados, aprendem a ser sujeitos (2004, p. 27).

3.1 O contexto do sindicalismo rural

Uma análise feita pelo Cedac (1980) indica que até 1930 as principais atividades econômicas eram a cultura do café e a pecuária, sendo a indústria uma atividade menor. O Brasil era dominado pela oligarquia rural de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Politicamente, a realidade do país correspondia a um capitalismo retardatário, e os agentes no interior e no meio rural eram fazendeiros, senhores de engenho e coronéis que se beneficiavam de uma política clientelista em troca de fidelidade ao governo.

Por outro lado, os empresários das indústrias, apesar de ainda serem sócios menores no sistema de poder, eram intransigentes com o operariado “considerando a questão social como caso de polícia, reprimindo sempre todas as reivindicações trabalhistas”(CEDAC, 1980, p.12). O movimento operário sempre se mostrou dinâmico, porém a situação de atraso econômico do país o reduziu a um grupo minoritário, e o sindicato de indústria começou a expandir apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O relatório de Cedac (1980) aponta a importância do sindicalismo nesse momento:

Mas, apesar do atraso da indústria e da fraqueza numérica do operariado, o sindicalismo desse período é um movimento militante em contraste com o sindicalismo burocrático que o substituiu em 1930 e permanece até hoje (p. 12).

A revolução de 1930 inaugurou um novo período na história do país, acentuando a presença do Estado na atividade econômica e aprofundando a contradição entre setores agrário-exportadores e grupos industriais em expansão. Em termos gerais, as forças políticas reais do país dividiram-se, de um lado, em torno das oligarquias rurais e, de outro, em torno da burguesia industrial. Ocorreu então nessa época a implantação de uma série de medidas governamentais paternalistas – oito horas diárias de trabalho, previdência social, medidas de proteção ao trabalho, férias – que, verdade, procura atender

todas as reivindicações do antigo movimento sindical, esvaziando de vez a agitação operária que vinha do período anterior (CEDAC, 1980, p. 13). O êxito da política populista, que durou até 1964, deveu-se ao fato de apresentar realizações concretas, em contrapartida ao discurso ideológico dos grupos de vanguarda. Além de uma crescente intervenção do Estado na economia, o programa populista exigia a criação de uma estrutura sindical burocrática que se destinava a domesticar os assalariados. Sendo assim, uma série de medidas legais foram implantadas:

O primeiro passo no rumo da implantação do sindicato vertical foi dado com a criação do Ministério do Trabalho, pelo Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930. Logo a seguir, através do Decreto nº 19.495, de 17 de dezembro do mesmo ano, o governo organiza essa instituição. Esse trabalho vai prosseguir em 1931, com o Decreto nº 19.667, de 4 de fevereiro. Em 1932, são criadas ainda nos Estados e Territórios as Inspetorias Regionais, segundo os termos de dois decretos, o de nº 21.580, de 29 de junho e o de nº 22.244, de 22 de dezembro (CEDAC, 1980, p. 13).

Com a criação do Ministério do Trabalho, o governo suprimiu a liberdade e a autonomia política dos sindicatos, abolindo também a pluralidade sindical, liquidando o velho sindicalismo. A seguir, proibiu-se a greve, considerada uma atividade anti-social, completando o quadro de um “sindicalismo atrelado, reconhecido pelo governo, destinado a exercer funções delegadas de poder público” (CEDAC, 1980, p. 14).

Para manter o controle sobre os trabalhadores, os órgãos oficiais elaboraram dispositivos legais, permitindo ao governo implantar uma rígida hierarquia, dividida em quatro partes. Na base situava-se o sindicato, cuja jurisdição era o território de um município, sendo o único dessa cadeia burocrática que possuía contato direto com o trabalhador. A seguir, vinham as federações, tendo como base territorial um Estado ou uma região, bastando a associação de cinco sindicatos para formá-las, desde que sua constituição fosse aprovada pelo Ministério do Trabalho. A sede das federações fica na capital de cada Estado. A junção de no mínimo três federações forma as confederações que agrupam sindicatos de uma mesma categoria profissional, tendo jurisdição nacional e sede no Distrito Federal. Por último, a cúpula desse sistema era ocupada pelo Ministério do Trabalho “que de fato está presente dentro do sindicato e o dirige, controlando-o e intervindo em todas as suas

atividades” (CEDAC, 1980, p. 16). Esse órgão de cúpula do sistema trabalhista vigente no Brasil tinha o poder legal de:

- I – expedir ou cassar carta de registro de entidade sindical;
- II – promover o enquadramento sindical, segundo o modelo corporativo;
- III – controlar a gestão das diretorias de sindicatos, federações e confederações;
- IV – supervisionar e dirigir o processo eleitoral;
- V – intervir nos sindicatos, destituindo suas direções ou cassando a carta de reconhecimento da entidade (CEDAC, 1980, p. 19).

Para o reconhecimento de um sindicato fazia-se necessário a apresentação dos estatutos ao Ministério do Trabalho. Para a obtenção de um registro era preciso, primeiramente, constituir-se em associação profissional, devendo ser registrada para poder representar os interesses de seus associados. Somente as associações reconhecidas podiam transformar-se em sindicatos, e, para isso, deviam depositar a ata de instalação, relação de associados, cópia dos estatutos, cuja finalidade única era a de incorporar as organizações profissionais no aparelho de Estado. A seguir, era realizado o enquadramento, pela Comissão de Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho, que seguia critérios corporativos, dividindo os trabalhadores em categorias profissionais estanques. Após sua criação, o sindicato deveria ser gerido por uma diretoria de sete membros no máximo e três no mínimo, com a participação de um conselho fiscal que se limitava a assinar os balanços com a diretoria.

Analisando a evolução do movimento sindical, verifica-se que, no primeiro governo de Getúlio Vargas, não houve uma séria oposição trabalhista, pois a vinculação do sindicato ao Ministério do Trabalho desarticulou a mobilização operária que ocorrera antes de 1930. O Estado conseguiu implantar-se de maneira burocrática e paternalista na classe operária, ignorando os trabalhadores agrícolas para não despertar a resistência dos proprietários rurais. Após a Segunda Guerra Mundial, o movimento operário, que não dispunha de uma estrutura sindical independente, foi posto diante da redemocratização do país, e a estrutura sindical é mantida de forma corporativista com a Constituição de 1946, (CEDAC, 1980).

O movimento sindical era, necessariamente, controlado pelo Estado para que se pudesse encaminhar a política de frente nacional que transformava os trabalhadores em uma fração de apoio à burguesia nacional. O sindicato oficial foi revigorado, pois tornava-se naturalmente o instrumento de uma política de união nacional. O fato é que, mesmo assim, apareciam no movimento operário tendências à ruptura com a estrutura vertical do sindicato vigente, mas que não conseguiam avançar, pois eram fracos, e as propostas alternativas esbarravam no mesmo plano burocrático que o sindicato oficial. Diante da crise do sindicato, organizações paralelas foram criadas para que o sistema pudesse funcionar. Até 1964, o sindicato oficial só funcionava acoplado a essas organizações paralelas, que funcionavam como uma intersindical de cúpula, criadas pelas lideranças populistas, permitindo a manipulação dos trabalhadores em seus projetos políticos (CEDAC, 1980).

O auge do populismo desenvolvimentista ocorreu no governo de Juscelino Kubitschek, mas entre 1959 e 1960, começou a dar sinais de cansaço multiplicando a criação de sindicatos paralelos que tentavam acalmar a insatisfação dos operários com sua condição de vida cada vez mais deteriorada. Houve no país 223 greves, de 1955 a 1960, das quais três foram gerais, no estado de São Paulo. Em 1958, foi criada no Rio de Janeiro, a Comissão Permanente das Organizações Sindicais e, em 1960, uma organização paralela de cúpula, o Pacto de Unidade e Ação, resultado de uma greve nacional dos trabalhadores dos transportes. Entre 1961 e 1962 as condições de vida dos trabalhadores tornaram-se mais precárias. O espetáculo era comandado pelas direções paralelas e, em 1962, a Comissão Permanente das Organizações Sindicais e o Pacto de Unidade e Ação fundiram-se, surgindo o Comando Geral dos Trabalhadores que passa a dirigir o sindicato nesse curto período até 1964 (CEDAC, 1980).

A questão do sindicalismo na área rural possui outras peculiaridades. Segundo Guimarães (1988), o trabalho político realizado pelo Partido Comunista (PC) em relação à questão agrária impulsionou as tentativas de organização dos camponeses em Goiás nos anos de 1945/1964, os quais começaram a sua atuação com as ligas camponesas, e que se justificava com o propósito de organizar os trabalhadores rurais a fazerem uma aliança com os operários visando a *revolução brasileira*.

As ligas tinham vários objetivos, dentre eles, as lutas pela baixa do arrendo e melhoria das condições de trabalho para o trabalhador rural, pela reforma agrária, pela aplicação da legislação trabalhista no campo e pela obtenção de benefícios governamentais no campo. Em 1947, o PC entrou na ilegalidade, e as ligas passaram por outras denominações como irmandades ou associações rurais. Durante o período repressivo do governo Gaspar Dutra (1946/1951), houve intervenções nos sindicatos sob influência do Partido Comunista que passou a usar a estratégia de enfrentamento de classes, criando sindicatos paralelos na forma de associações civis. Com o retorno de Getúlio Vargas (1951/1954) foi retomada a ênfase na política sindical, e os comunistas voltaram aos sindicatos. A organização dos trabalhadores rurais em sindicatos esbarrou na problemática do *amparo legal*. Dessa forma, a partir de 1954, os assalariados agrícolas e camponeses foram organizados em associações rurais regidas pelo código civil até que tivessem condições de serem transformados em sindicatos (GUIMARÃES, 1988).

Com a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás (Utag) procurou-se dar às associações um caráter legal baseado em estatutos e registros. Duas associações criadas a partir de 1954 destacaram-se em Goiás: a de Trombas e Formoso e a de Itauçu, esta mais orientada pela defesa da baixa do arrendo de acordo com as diretrizes assumidas pelo PC-Goiás (GUIMARÃES, 1988).

A Associação Rural de Itauçu, organizada em 1956, teve uma forte presença, articulando os trabalhadores rurais daquela região e foi criada

em meio a uma crise provocada pela expulsão do trabalhador-arrendatário para novas frentes de expansão. A região era formada basicamente de pequenas fazendas e composta por muitos arrendatários, especialmente em lavouras de café. A luta pela baixa do arrendo foi, portanto, a principal reivindicação da associação (PESSOA, 1999, p. 62).

Sebastião Gabriel Bailão foi presidente e fundador da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu. Nasceu em Martins Campos, Minas Gerais, no dia 2 de novembro de 1927. Foi criado por uma família de coronéis e aprendeu desde cedo a trabalhar com a lavoura. Mudou-se para Goiás em 1941, por intermédio de seu cunhado, Geraldo Marques:

A gente de tanto trabalhar pra um só e com aquele negócio de falá em Goiás, o Geraldo Marques veio pra Goiás e a gente trabalhando lá, ele voltou pra buscar nós. Eu fiquei sabendo daí vinte dias, porque os coronéis escondia, né, não queria que a gente viesse embora (BAILÃO, entrevista realizada em 2004, p. 2).

Sebastião Bailão acabou por constituir-se em uma das figuras principais do PC em Goiás e no principal articulador do sindicalismo no município de Itauçu. Pelos contatos com o Partido Comunista, acabou mudando-se para a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang) e de lá, por orientação do PC vendeu seu lote de terra e doou o dinheiro para a compra de armas para Trombas e Formoso, e dirigiu-se a Itauçu para fundar uma associação de lavradores.

O sindicalista relata:

O partido resolveu tirar a resolução, aqui em Goiânia, de nós partir pra organizar os sindicatos rurais, as associação dos trabalhadores, era associação. E numa reunião dessa aqui eu passei e deixei de trabalhar pra mim. (...) E o Partido tirou a resolução disso, de eu vender minha posse e dá o dinheiro pra lá, porque eu não tinha filho, né? E dá o dinheiro da minha posse pra eles comprar arma lá em Formoso. Aí eu vendi e saí sem dinheiro nenhum, passei a ser quadro do Partido, ganhava um salariozinho (...) E retiraram a resolução de eu ser o criador da primeira associação dos lavradores de Itauçu (BAILÃO, entrevista realizada em 2004, p. 5).

Segundo Borges (2005), o trabalho realizado por Bailão no município de Itauçu iniciou-se lentamente e, aos poucos, ele foi ganhando a confiança da população:

O trabalho inicial de organização dos trabalhadores rurais de Itauçu foi feito lentamente por Bailão mediante discussões nas lavouras e nas casas dos trabalhadores rurais a respeito das condições de vida do arrendatário na vigência da lei estadual que estipulava o limite máximo do arrendo em 20%. Para conseguir um maior contato com os trabalhadores rurais, Bailão, assim que chegou à cidade, começou a trabalhar nas lavouras (p. 44).

Bailão conseguiu articular um grande trabalho junto aos trabalhadores rurais daquela região. Enfrentou preconceitos, por ser ligado ao PC, mas conseguiu, com seu carisma, transformar-se em uma das figuras mais respeitadas no município.

No ano de 1963, a alternativa prioritária das forças sociais que buscavam a organização dos trabalhadores rurais, era o sindicalismo rural. A extensão dos projetos trabalhistas ao campo, se deu em razão dos antagonismos acerca da questão da posse da terra. Até então,

os trabalhadores rurais, em geral, haviam sido excluídos dos direitos de organização e proteção trabalhista concedidos, parcialmente, aos operários urbanos. Na medida em que as condições reais, geradas por tensões e conflitos no campo, impuseram aos trabalhadores rurais no cenário político, o Estado formulou a proposta de sindicalismo rural, numa tentativa de direcionar a mobilização no campo. O Estado, então, passou a estimular a organização sindical como recurso para instituir os limites legais da participação dos trabalhadores rurais (GUIMARÃES, 1988, p. 110).

O Estatuto do Trabalhador Rural foi sancionado pela Lei nº 4214, em 2 de março de 1963, estabelecendo normas que se referiam à organização dos sindicatos, federações e confederações. Como a lei não foi imediatamente regulamentada, foi assinada a Portaria nº 364/17.06.63, que estabelecia que as entidades sindicais usassem as prerrogativas de representação de seus associados, enquanto tramitassem os registros delas (GUIMARÃES, 1988)

Durante o ano de 1963, os sindicatos expandiram-se em vários municípios goianos. Uma das entidades que se empenhou pela sindicalização dos trabalhadores rurais em Goiás foi o PC, que já se organizava, por meio das associações, que foram transformadas em sindicatos. A criação de sindicatos era uma forma que as lideranças do PC encontraram para forçar o Estado a realizar as reformas de base.

A Associação Rural de Itauçu, presidida por Bailão, teve sua carta de reconhecimento sindical expedida em 1º de maio de 1963, sendo entregue aos trabalhadores rurais no dia 23 de junho do mesmo ano. Várias autoridades estiveram presentes na solenidade, que foi noticiada no jornal 4º Poder.

Hoje em Itauçu às 14 horas, presentes diversas autoridades especialmente convidadas será feita a entrega ao Sindicato dos Produtores Autônomos Rurais, daquele município de sua carta de reconhecimento sindical, expedida a 1º de maio passado, pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social. O Sr. Sebastião Bailão, presidente da entidade de lavradores e trabalhadores rurais de Itauçu informou ao QP que, entre outros convidados para a solenidade o Sr. Ary Demosthenes, Secretário do Governo; o Sr. Otacílio Alves de Castro Júnior, Delegado Regional de Trabalho; o Sr. Érides Guimarães, Secretário do Trabalho; o deputado José Porfírio; vários

líderes de sindicatos rurais e urbanos e líderes estudantis. Os camponeses de Itauçu ofereceram um almoço às autoridades convidadas (*apud* BORGES, 2005, p. 51).

Segundo Guimarães (1988), intensificaram-se as atividades para que federações fossem criadas e reconhecidas. A Federação de Associação de Lavradores de Goiás empenhou-se na fundação e reconhecimento de sindicatos rurais para criação da Federação dos Sindicatos de Produtores Autônomos Rurais do Estado de Goiás, que foi presidida por Sebastião Bailão, ex-presidente da Associação Rural de Itauçu. A denominação *Federação dos Sindicatos Autônomos Rurais do Estado de Goiás* deu-se em razão de uma leitura que o PC fazia do que era estabelecido pelo estatuto do trabalhador rural e da forma que prevaleciam as relações de trabalho no campo. Dessa forma, foram criados os sindicatos que, segundo a orientação do PC, se encaixavam com a quarta categoria do estatuto, relativo aos trabalhadores autônomos (arrendatários e posseiros que exploravam atividades rurais, sem empregados ou em regime de economia familiar).

A prática constante dos militantes do sindicato *do Bailão* em Itauçu era o assistencialismo, visto que as reivindicações dos trabalhadores rurais eram quase sempre de cunho individual, buscando assistência médica, odontológica, educacional e jurídica. A assistência jurídica concentrava-se em acordos, verbais ou judiciais, com os proprietários de terra, e o acordo judicial só ocorria se o diálogo fosse totalmente inviabilizado (BORGES, 2005).

Com a realização do I Congresso Estadual de Monitores das Escolas Radiofônicas, ocorrido em Goiânia em dezembro de 1963, ficou fortemente evidenciada a disputa entre o Setor de Sindicalismo Rural do MEB e o PC na fundação de sindicatos. Uma das justificativas do congresso era o aprimoramento da formação política dos monitores, porque os lavradores sob a condução do PC estavam sujeitos à manipulação e a serem usados em jogadas políticas (PESSOA, 1999b). Havia uma constatação e uma preocupação por parte da Equipe Central e da Equipe de Sindicalismo do MEB de que os alunos e até mesmo os monitores não estavam preparados para a ação exigida deles no momento, ou seja, eram ingênuos e pouco críticos sobre a realidade brasileira, faltando-lhes ainda certa *manha* política. Havia também a preocupação de que a teoria dissociada da prática tinha pouco valor e, por

isso, a necessidade de levar uma fundamentação mais sólida aos monitores e alunos, como mostra uma das justificativas do congresso no Relatório do MEB-GO (1967):

Veio-nos então a idéia de um congresso de monitores, para o qual convidaríamos também membros dos diversos sindicatos rurais já existentes. Seria realmente um congresso, com presença de autoridades, apresentação de teses, comissões, discussão de assuntos ligados à realidade brasileira: problema agrário, analfabetismo, conscientização, etc. Valeria como uma tentativa de integrar o nosso pessoal numa linha mais política de atuação (p. 7).

O congresso de monitores seria uma oportunidade para o exame dos problemas da realidade à luz de uma fundamentação, uma vez que só seria possível uma atuação segura por parte dos monitores e dos alunos se houvesse uma conscientização e uma clareza sobre as razões e os objetivos do trabalho, havendo a necessidade de levar uma fundamentação mais sólida.

Ainda, segundo Pessoa (1999b), os proprietários rurais desencadearam uma campanha de sindicalização da classe patronal alegando intranqüilidade no campo, e passaram a fazer exigências ao governo de Mauro Borges para que fossem desativados processos de desapropriação de terras e de sindicalização dos camponeses, iniciando assim um movimento de reação contra os camponeses. O golpe militar, porém, estava em marcha e acabou culminando com a cassação política e com a prisão de vários líderes, dentre eles, Sebastião Bailão, como relata um ex-monitor do MEB:

Em 64 veio o Golpe Militar nós estávamos lá, com o MEB arrojado lá dentro do município, lá naquela região, né. Veio a destituição do sindicato dos trabalhadores, o exército chegou, caçou a carta, pegou Sebastião Bailão levou pra cadeia. E a nossa prisão veio mais tarde, em 66 (PARCIVAL, entrevista realizada em 2005, p. 11).

Sem deter-se nos acontecimentos que ocorreram após o golpe de 1964, pode-se ressaltar o empreendimento político realizado pelo PC no que se refere à sindicalização rural.

Amado (1996) afirma:

Os trabalhadores do campo, que até então eram marginalizados da vida política, tornaram-se, quer através dos sindicatos rurais, quer

através das Ligas Camponesas, o centro das discussões políticas, em âmbito nacional. Todavia, sob o pretexto de uma possível “agitação camponesa”, tal sofisma sustentou ideologicamente os golpistas do regime militar. Assim, em nome do princípio da propriedade, buscou-se apoio social para uma nova estratégia política que se instaurava no país (p. 116).

Em todo esse processo, havia o envolvimento da Igreja Católica (Arquidiocese de Goiânia) com o sindicalismo, sendo ela, referência obrigatória para os movimentos camponeses, como assinala Paiva (1985):

Embora nos últimos 20 anos as mudanças ocorridas no campo tenham afrouxado a conexão Igreja/sindicatos rurais e permitido ver com mais clareza a especificidade do trabalho da Igreja e dos movimentos sindicais, não é possível pensar a história do movimento dos trabalhadores rurais sem uma referência obrigatória à Igreja (p.18-19).

A Igreja Católica procurou atuar no campo por intermédio da Frente Agrária Goiana (Fago) que apresentava um posicionamento anticomunista, e por meio do Setor de Sindicalismo Rural que era ligado ao MEB, composto por elementos que eram ligados a Ação Popular (AP), visando proteger o trabalhador de influências políticas.

A Fago foi fundada em 30 de março de 1962 e tinha como finalidade, segundo o seu estatuto, orientar os camponeses “a participarem do debate de tudo quanto diga respeito aos interesses básicos do homem do campo” (Revista da Arquidiocese, 1962a, p. 74-81) Um desses interesses era a vida sindical rural, havendo também uma grande preocupação em propagar a doutrina social da Igreja. Dom Fernando Gomes dos Santos foi o articulador desse projeto e divulgava os estatutos da Frente Agrária Goiana, sobretudo aos vigários do interior, por meio dos programas radiofônicos, fornecendo condições para a sua consolidação no campo (AMADO,1996). Segundo Amado (1996), D.Fernando criou a Fago como resposta

(a) aos muitos apelos que lhe haviam sido feitos; (b) depois de ter estudado o assunto; (c) depois de ter consultado juristas; (d) após ter escutado os vigários e (e) depois de ter procurado ajuda de outras experiências. Consideradas estas razões, então, o Arcebispo de Goiânia confiou a uma “equipe de homens esclarecidos e dedicados”, a criação da Frente Agrária Goiana. Entregando ao “laicato católico” tal tarefa, dizia que este saberia “coordenar os homens do campo”. E pedia aos agricultores para que se dispusessem “com ardor e

confiança”, colaborando na organização do que a FAGO teria a tarefa de coordenar. Enfim conclamava: (...) que os camponeses de Goiás se arregimentem e se unam, sob a bandeira da Frente Agrícola Goiana, para elevação da classe rural. Sem negar as nossas tradições, sem trair os ensinamentos de nossa Fé, com os olhos voltados para o futuro cristão da Pátria, congreguem-se os Trabalhadores Rurais de Goiás na Frente Agrária Goiana (p. 117).

A Fago foi instalada oficialmente, depois de grande divulgação em uma cadeia de oito estações de rádio, e uma criteriosa articulação das frentes de trabalho. Dessa forma, a Igreja Católica, em Goiânia, mostrava sua posição na tarefa de sindicalização no campo.

Outra forma de atuação junto aos trabalhadores rurais que a Igreja Católica adotou foi o Setor de Sindicalismo Rural, criado no ano 1963, com base no trabalho que estava sendo desenvolvido no MEB. O Setor de Sindicalismo Rural tinha a “finalidade de estimular a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, servindo-se das escolas radiofônicas” (AMADO, 1996, p.121). Um dos monitores, como mostra o Relatório do MEB-GO (1967), assim se pronunciava em uma carta enviada à Equipe Central:

Hoje depois de ouvir o programa da comunidade, a turma com nós concordamos com sugestão da monitora sobre reforma agrária, e além desta, sobre o sindicalismo rural, achamos que é de grande proveito umas explicações sobre o assunto, o sindicato e seus objetivos, e quanto a reforma agrária grande parte de camponeses compreendem que é tomar a terra dos fazendeiros, ou abrigá-los a dar terras sem arrendos, acham também que o sindicato só serve para questionar com os patrões e atacá-los (p. 6).

Por meio das escolas radiofônicas, a questão da sindicalização era passada aos trabalhadores rurais que, até então, não tinham uma posição definida sobre o assunto. O próprio monitor, em sua aula, explicita a divergência de opiniões. A partir de então, houve esclarecimentos sobre a atuação do sindicato, como relata Castro (1992):

O Setor de Sindicalização Rural do MEB utilizou a estrutura do Movimento para o trabalho de sindicalização: os programas, encontros, cursos, etc. Foram produzidas cartilhas onde eram transcritas em linguagem popular as exigências do Ministério do Trabalho para o reconhecimento dos sindicatos (p. 157).

No texto Fundamentação do programa para 1965 do MEB, sobre promoção humana (MEB NACIONAL, 1963), havia um debate sobre a questão sindical e uma preocupação com a fundamentação legal, reconhecendo o sindicalismo como um direito:

Todo homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses. (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM, art. 23 parágrafo 4).

É livre a associação profissional ou sindical, sendo reguladas por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas pelo poder público. (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, art. 159). (p. 22)

No documento, citado, também era travado um debate sobre a importância de associar-se ao sindicalismo e havia referências sobre o surgimento do sindicato rural e seu avanço desde a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (MEB NACIONAL, 1963):

Uma forma de associação considerada importante é o sindicalismo, surgido após a Revolução Industrial. Vários movimentos significativos de trabalhadores, em muitos países, nasceram ou se desenvolveram a partir do sindicalismo (p. 23).

Há disposições legais mais ou menos antigas, a respeito da sindicalização rural no Brasil. Entretanto, foi principalmente à partir de 1962, que o assunto tomou vulto e começaram a surgir várias disposições simplificando a formação dos sindicatos rurais, processamento e expedição de cartas sindicais (p. 24).

Sindicato: O Estatuto do Trabalhador Rural, art. 114, estatui: “É lícita a associação em sindicatos, para fins de estudo, defesa e coordenação de seus interesses econômicos ou profissionais, de todos os que, como empregados ou empregadores, exerçam atividades ou profissão rural” (p. 24-25).

O texto continua com a análise sobre as finalidades do sindicato rural com base no estatuto:

Vemos então, que de acordo com a própria lei, as finalidades do sindicato são amplas, não se reduzindo ele a mero instrumento de reivindicações de assistência social e algumas melhorias econômicas. Para que ele cumpra todas as suas finalidades, tem que ir muito além. Basta ver que cumpre-lhe também a defesa de interesses profissionais: defender interesses profissionais não é só conseguir empréstimos para plantio, melhor maquinário para produção, enfim, melhores condições de trabalho, mas é sobretudo, fazer com que o trabalho não seja reduzido a um mero fator de produção, mas seja considerado como a forma por excelência, de expressão humana. Para conseguir isso, o sindicato tem que se ocupar, por definição, com a tarefa de destruir toda forma de exploração do trabalho humano (p. 25).

A coordenação geral do MEB preocupava-se em esclarecer os objetivos do movimento, que não se relacionava apenas com a criação de sindicatos, mas com a conscientização do trabalhador rural que deveria se organizar, em sindicatos, para fortalecer a obtenção de seus direitos. Nos Documentos de Roma (MEB NACIONAL, 1963), D. José Vicente Távora, então presidente do MEB, escrevia um documento, durante o Concílio Vaticano II, em que ressaltava:

MEB – Sindicalismo: A experiência tem demonstrado que, em várias dioceses, dentro da perspectiva nova dos problemas que o mundo rural está representando, hoje, no Brasil, o MEB enfrenta problemas próprios – já por demais densos de responsabilidade – e outros, de igual vulto, que escapam aos seus objetivos. Refiro-me aqui, por exemplo, ao Sindicalismo Rural (p. 2).

O mesmo documento analisa a questão sindical e o MEB:

A educação de base não poderia prescindir de propiciar condições para a concretização de um direito fundamental da pessoa – direito de associação. Nesse sentido, enquanto o Movimento desenvolvia o espírito comunitário e estimulava meios de organização, percebeu-se que o sindicato se mostrava como um dos instrumentos de maior dinamismo. Daí a preocupação com o incentivo da sindicalização rural, constituída num complemento necessário à educação básica transmitida. Em alguns Estados pode-se notar que o trabalho de sindicalização teve como responsável originário o MEB (p. 2).

Em Itauçu, apesar de a Fago ter sido fundada em 1962, o primeiro sindicato que atuou naquele município foi o sindicato do PC. Só a partir de então que começou uma movimentação por parte da Igreja, e conseqüentemente, do Setor de Sindicalismo do MEB em articular um trabalho sindical, uma vez que o próprio D. Fernando, que articulara o projeto da Fago, instruía para a sua consolidação no campo e alertava os trabalhadores rurais para que não se envolvessem em qualquer movimento de inspiração materialista (Revista da Arquidiocese, 1962b, p. 124). No caso específico da escola radiofônica que funcionava na Comunidade Serrinha, até os próprios monitores tiveram certa dificuldade, no início, em articular um trabalho com o sindicato, pois este era relacionado com o sindicato do *Bailão* que, por sua vez,

era considerado um comunista perigoso e repudiado pelos fazendeiros locais, como relata um dos ex-monitores:

e a coisa [o MEB] foi crescendo, crescendo. E nisso aparece a idéia de organizar os trabalhadores rurais em sindicatos. Como lá em no Itauçu já tinha o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (...), os fazendeiros lá, pra macular é...o movimento dos trabalhadores falava, “é o sindicato do Bailão, isso aí é tudo comunista, todo mundo que tiver dentro desse sindicato aí é comunista, o Bailão ta fazendo eles fica comunista”. Só que o MEB muito embora tivesse o sindicato do Sebastião Bailão dentro do município de Itauçu... nós não tínhamos entrosamento de militância com o sindicato.(...) Mas em termos de movimentos MEB e Sindicato, muito embora o MEB pregasse a importância da fundação do sindicato, da organização dos trabalhadores do sindicato era até mais fácil porque o sindicato já existia, só que o sindicato na concepção comum, era comunista, e o nosso movimento era da Igreja (PARCIVAL, entrevista realizada em 2005, p. 08-09).

Havia uma grande preocupação da Igreja Católica que os camponeses não participassem do sindicato que era dirigido pelo PC. Na Comunidade Serrinha não foi diferente. Houve a orientação da Igreja para que os trabalhadores se organizassem sindicalmente, desde que não fosse nos sindicatos comunistas:

nessa época era o sindicato lá em Itauçu, há pouco tempo era Sindicato do Trabalhador Rural, mas era assim mais ligado ao Partido Comunista, PC. E aí é que a gente não podia pertencer de jeito nenhum (OSCAVÚ, entrevista realizada em 2004, p. 5).

Dessa forma, naquela comunidade, não houve a inserção do sindicato dirigido pelo PC, e a Igreja pôde ampliar o seu espaço de atuação. Entretanto, vários conflitos surgiram no MEB com a criação do Setor de Sindicalismo Rural, que se tornou mais politizado, pois não havia uma unanimidade em relação ao envolvimento do MEB com o trabalho do sindicato (CASTRO, 1992). No período de 1962/1964, houve uma separação entre educar para formar a *mentalidade sindicalista* e a efetiva atuação dos trabalhadores em sindicatos, ou seja, uma divisão entre o trabalho estritamente *educativo* e o trabalho da equipe de sindicalismo que orientou a criação de sindicatos rurais. Nesses termos,

essa separação entre o que se considerava trabalho educativo e trabalho político exprimia as limitações próprias da instituição Igreja Católica – a quem o MEB se ligava. O MEB constituiu-se em movimento cuja viabilidade estava sendo conferida pela Igreja e cujo

limite de ação possível era 'educação para fazer a promoção humana'. A criação e a organização de sindicatos extrapolava os objetivos e os limites do MEB (GUIMARÃES, 1988, p. 117).

Ocorreu então uma tentativa de dissociação entre a ação pedagógica e a ação política. Houve uma divisão no interior do MEB que abarcou diferentes concepções da prática política e da prática pedagógica. Todavia, as ações pedagógicas não se restringem a um *locus*, elas são extremamente mais amplas do que os espaços institucionalizados, e as ações políticas também não se encontram somente em determinados espaços. Apesar das concepções limitadas das duas práticas, comumente existe essa tentativa de dissociação que estava presente no MEB. Ela está presente nos espaços políticos, e até mesmos processos educacionais que se dão nas instituições levando as duas esferas a práticas estéreis. De que adianta discutir textos críticos sobre educação e não cultivar uma prática de ação política? Essa dissociação, trabalho estritamente educativo ou a prática sindical, está presente o tempo inteiro nas relações atuais. Ora, não existe um trabalho estritamente educativo, ele sempre terá um cunho político, e essa dissociação levará somente a uma prática reducionista tanto em uma esfera quanto na outra.

Ainda, segundo Guimarães (1988), em Goiás, diferentemente da experiência do Rio Grande do Norte, onde houve um amplo envolvimento da Igreja na organização do sindicato rural, o projeto de organização dos trabalhadores em sindicatos rurais foi incorporado pelo MEB e, de forma específica, foi adquirindo dinâmica própria, com a atuação de agentes do setor de sindicalização ligados à JUC e, posteriormente, à AP. O Setor de Sindicalismo Rural aproximou-se dos trabalhadores rurais por intermédio do movimento estudantil desenvolvendo um trabalho de criação de sindicatos, como consta a pesquisa de Guimarães (1988), porém a Comunidade Serrinha, contraditoriamente, viveu esse processo. Havia ali uma especificidade, e o MEB e a Igreja ocuparam o espaço que não fora ocupado pelo PC naquela localidade, fazendo um trabalho que, posteriormente, fez minar o que os fazendeiros não permitiram que o partido fizesse, conseguindo abrir uma *brecha* para atuar naquela comunidade.

A criação de um número cada vez maior de sindicatos passou a ser a prioridade do PCB² e do Setor de Sindicalismo Rural do MEB, durante o ano de 1963, com a intenção de garantir a “hegemonia sobre os trabalhadores e controle do processo político no campo” (GUIMARÃES, 1988, p. 118). A Superintendência da Reforma Agrária (Supra) órgão criado em outubro de 1962 e a Secretaria do Trabalho e Ação Social (Setas) tentaram articular uma frente de entidades para promover a sindicalização rural, como foi publicado no Diário Oficial de abril de 1963:

Tanto a Secretaria do Trabalho como a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás, a Delegacia Regional do Trabalho e, agora, a Supra, não vêm medindo esforços para uma maior dinamização da campanha de sindicalização rural, lançada recentemente nesta capital em um ato público (*apud* GUIMARÃES, 1988, p. 119).

Dessa maneira, segundo Guimarães (1988), não houve muita diferença na criação dos sindicatos rurais e o seu funcionamento, no que se refere às táticas utilizadas pelas duas principais tendências – o PCB e o Setor de Sindicalismo Rural do MEB. Os sindicatos eram fundados nos moldes dos sindicatos urbanos, e a mobilização dos trabalhadores rurais deu-se de acordo com técnicas populistas dos centros urbanos, ou seja, “o campo era invadido pela legislação estadonovista, que passava a permear e burocratizar as relações sociais existentes” (GUIMARÃES, 1988, p 125)

Os agentes do setor de sindicalização rural formularam as propostas de organização dos sindicatos e as encaminharam aos trabalhadores. Esses agentes definiam as técnicas a serem utilizadas de acordo com as estruturas de organização do MEB, como encontros de monitores, cursos de formação sindical, reuniões, festas populares, contatos diretos e programas radiofônicos sobretudo o *Zé Goiano*³ (GUIMARÃES, 1988).

A vigésima primeira lição da cartilha *Viver é Lutar*, segundo livro de leitura para adultos, p. 42, (Wanderley, 1984) dizia o seguinte:

² Em 1961, uma Conferência Nacional decidiu mudar o nome do partido para Partido Comunista Brasileiro, com o objetivo de facilitar o seu registro eleitoral. Poucos meses depois, um grupo de dissidentes reivindicou o antigo nome para a nova organização que surgia, o Partido Comunista do Brasil, que se aproximava da linha chinesa (CASTRO, 1992).

³ Anexo II.

Os camponeses sentem falta de união.
Sentem que unidos podem agir.
Seu direito de união é lei.
Pedro e os companheiros querem fundar um sindicato.
Eles sentem os problemas de sua classe.
Querem organizar sua classe.
Sindicato é união.
Sindicato é força.
A união faz a força do sindicato.

A UNIÃO FAZ A FORÇA DO SINDICATO (p.496).

Apesar de os sindicatos terem uma forte influência da legislação, tanto o Setor de Sindicalismo Rural do MEB quanto o PC sentiam-se comprometidos em esclarecer o povo e era um espaço em que se tentava organizar os trabalhadores rurais para a conquista de seus direitos.

3.2 Comunidade Serrinha: onde tudo começou

A região do município de Itauçu, onde foi instalada a escola radiofônica na Comunidade Serrinha na década de 1960, foi marcada por uma grande mobilização social, por intermédio do MEB, ou do sindicato. É importante analisar o processo da existência do MEB na Comunidade Serrinha, para melhor compreender o desenvolvimento das ações sociais que levaram a implantação das raízes do sindicato naquele município, que são frutos do MEB.

A atuação do MEB na Comunidade da Serrinha iniciou dois anos depois de o movimento organizar-se no estado de Goiás. Em 1962, o MEB ali se estabeleceu com as Escolas Radiofônicas, radicadas na sede do município.

Vários critérios deveriam ser obedecidos para a escolha da área para a instalação das escolas. Deveriam ser escolhidos os municípios que fossem mais próximos de Goiânia, pois ali era a sede do movimento. A região deveria ter uma boa audição da Rádio Difusora, que era a rádio utilizada para a transmissão das aulas, e ter fácil acesso com estradas que estivessem em boas condições de tráfego. Atendendo a essas condições, o município de Itauçu permaneceu na área de atuação. Dessa forma a rede de escolas se estendeu-se para o interior, alcançando várias fazendas, dentre elas Serrinha,

como relata Brandão, a respeito das escolas radiofônicas: “Eram infinitas pequeninas escolas, alguns lugares, comunidades mais organizadas, por exemplo, lá na Fazenda Serrinha, onde o MEB começou uma experiência muito rica também”⁴.

A Comunidade Serrinha era formada por várias fazendas: Grama, Cabeceira do Inhumas, Barreiro e Serrinha. A Fazenda Serrinha tornou-se o ponto natural de convergência da região, daí o nome referir-se à comunidade que ali se desenvolveu. A extensão dessa área pertencia a cinco proprietários, e a população aproximada era de 150 famílias que viviam naquelas fazendas. O sistema de trabalho era o arrendo e a meação, o assalariado ou de peão. A produção da região se concentrava nas lavouras de arroz, milho e feijão, e também na pecuária. A Comunidade da Serrinha localizava-se a seis quilômetros da sede do município, a cidade de Itauçu, e a sessenta quilômetros da capital Goiânia.

Uma vez que essa comunidade atendia a todos os critérios exigidos para a instalação de uma escola radiofônica, o passo seguinte foi o de procurar na comunidade pessoas engajadas que tivessem a possibilidade de colaborar como monitor. Um dos monitores fala a respeito:

É foi o seguinte, a Igreja foi convidada para mandar alguém pra fazer o curso, mandaram um candidato a monitor pra levar a escola pra lá, pra Itauçu. Então, apontaram Josias, aquele tirador de folia e ele não aceitando, me apontou, me convidou “você podia ir fazer parte lá”. Ele era da Igreja também. “Você podia fazer parte da... ir lá até... fazer esse curso e trazer essa escola, eu não tenho capacidade pra isso, eu não tenho vocação pra isso”. Aí eu fui. Foi aí que eu entrei dentro da história (JOSÉ MOREIRA, entrevista realizada em 2005, p. 3).

Após serem feitos os contatos, essas pessoas eram encaminhadas para a sede do movimento em Goiânia, local em que a Equipe Central ministrava os treinamentos:

aí a gente fazia o treinamento e já trazia o material... já vinha pra funcionar a escola mesmo. Aí chegamo lá na fazenda, meu irmão que fez o treinamento também morava em outra fazenda. Mas era pertinho. Aí arrumou lá com o fazendeiro em uma varanda, lá do jeito da fazenda, a gente arrumou lá e montamo a escolinha. A escola era

⁴ Carlos Rodrigues Brandão, 4º Fim de Tarde Rural. Tema: viola, poesia e educação rural: com a participação dos irmãos Parcival, Oseau e José Moreira. Realizado no dia 26 de setembro de 2002, no Mini-auditório – FE/UFG.

o seguinte: a gente cortava um toco, punha uma tábua mais arta pra pôr os caderno, né, e outra mais baixa pros aluno sentá (OSCAVÚ, entrevista realizada em 2004, p. 4).

quando o MEB chegou ali pra aquela região...eu sei que o MEB chegou pra lá e pegou a gente e trouxe pra cá pra Goiânia “e vamos dar uns cursos pra esse pessoal, uns curso de monitor e aqui é um Movimento de Educação de Base” (PARCIVAL, entrevista realizada em 2005, p. 8).

Dessa forma iniciaram-se os trabalhos do Movimento naquela comunidade, com todas as dificuldades inerentes ao contexto do período.

Os fazendeiros viam nas emissões da Rádio Difusora um perigo, temendo que os trabalhadores se organizassem e, dessa forma, colocassem em risco o seu trabalho de dominação, uma vez que fica evidenciado o interesse econômico desse grupo em manter-se como força única na região de expansão da fronteira.

A fundação de sindicatos também foi um dos grandes fatores que levou os proprietários de terras a se oporem às escolas radiofônicas, intensificando os atritos e as divergências políticas. Os proprietários rurais ficaram alarmados por causa das reivindicações de liberdade, organização sindical e reforma agrária estendidas pelo campo, como mostram matérias publicadas pelos jornais Cinco de Março e O Popular citados por Guimarães (1988, p. 130):

A criação do sindicato dos Produtores Autônomos ou Sindicato de Trabalhadores Rurais como e mais conhecido vem causando uma série de descontentamento entre fazendeiros de diversas cidades do Estado. Há poucos dias tivemos na cidade de Piracanjuba um início de levante por parte dos proprietários de terras daquela localidade que pretendiam a todo custo impedir a entrega da carta sindical... O caso de Piracanjuba veio agora repetir-se em Nazário... Em Nazário, dois dos secretários de estado foram encontrar reunidos mais de 100 fazendeiros, exaltadíssimos, protestando contra a criação de sindicatos. Estavam presentes os prefeitos de Nazário, Palmeiras, Firminópolis, Anicuns e representantes de Trindade e Turvânia. (CINCO DE MARÇO, junho de 1963)

Em formosa, os representantes da Supra foram recebidos à bala pelos fazendeiros com o objetivo de impedir a realização da Conferência sobre a reforma agrária e sindicalização rural. (O POPULAR, maio de 1963)

Segundo Guimarães (1988), embora o sindicalismo rural fosse admitido ou até mesmo concebido pelo governo de Mauro Borges, as tentativas de organização dos trabalhadores rurais eram vistas como uma ameaça concreta que deveria ser exterminada. O governador Mauro Borges fez tentativas

inéditas, articulando e mantendo o apoio das classes populares, composta predominantemente de trabalhadores rurais, por ser Goiás um Estado eminentemente agrícola. A autora enfatiza ainda que o governo Mauro Borges teve, como proposta prioritária, a elaboração de uma política direcionada, para o encaminhamento questão da posse da terra presente nas décadas de 1950 e 1960. Dessa forma, durante esse governo, as principais formas alternativas indicadas pelo Estado para solucionar a questão agrária, em Goiás, foi uma política de colonização e a sindicalização rural, estendendo a legislação trabalhista estadonovista ao campo.

Guimarães (1988) esclarece:

Em 1963, o governo Mauro Borges, através da Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS), dirigida por Érides Guimarães, iniciou a campanha de sindicalização rural de acordo com o plano nacional definido pelo governo federal. Nesse mesmo ano, instalou-se, em Goiás, o Conselho Regional da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), sob a presidência de Cristovam do Espírito Santo (p. 100).

A Supra colocava como proposta política a sindicalização em massa. Dessa forma, a atuação do Estado convergia para duas vertentes:

Uma incrementava uma política de colonização em lugares em que as tensões sociais poderiam ser aliviadas, pregando a possibilidade de uma reforma agrária em áreas localizadas e restritas; outra indicava o processo de sindicalização social em massa como alternativa para disciplinamento e controle das expectativas dos trabalhadores rurais em relação à posse da terra (GUIMARÃES, 1988, p. 101).

Guimarães (1988) salienta que, por intermédio da Sociedade Goiana de Agricultura e Pecuária, os proprietários de terra reagem à tentativa de criação e organização de sindicatos rurais, dirigindo-se aos órgãos estatais – Setas e Supra. Com a atuação desses órgãos, o governo Mauro Borges incorporava as reivindicações dos trabalhadores rurais, encontrando dessa forma, forte resistência dos proprietários. Em razão da sindicalização rural, houve uma ameaça de ruptura de compromisso das frações que compunham a sustentação do governo Mauro Borges. O jornal O Popular, de junho de 1963, noticiava que as autoridades e fazendeiros reagem ao descaso dos promotores do movimento, afirmando que o Sr. Érides Guimarães “quando vai

a uma cidade instalar um sindicato, procura entrar em contato apenas com os camponeses” (*apud* GUIMARÃES, 1988, p. 133). Sebastião Bailão ressalta a simpatia das autoridades do Estado em relação ao movimento sindical em Itauçu:

A Secretaria do Trabalho nos dava tudo, tudo. (...) Rumava tudo pra nós, nós tinha uma frente única aqui, uma união. (...) E eu tinha a senha para entrar pela porta do fundo do palácio. Muitas vezes os povão lá teimou comigo. O Mauro Borges era muito chegado à gente, ao nosso movimento. E eu tinha João Goulart, era da casa do presidente da república, né, muito amigo da gente. (...) Me mandou uma perua. Mandou trazer aqui, essa perua. Eu entreguei ela pro Meira Matos na época do Golpe Militar. Usava em Itauçu e usava pra toda banda aí no movimento sindical, né? A gente andava nela aí. Ele mandou os documentos limpo, que eu podia passar em meu nome. Esse Benin Pereira Maia nos ajudou demais (...). Queria me dá uma casa boa lá em troca da perua. Eu falei “não, isso daqui é do povo, não é meu”. Quando veio o Golpe Militar eu entreguei ela (BAILÃO, entrevista realizada em 2004, p. 7).

Esses atritos contribuíram para o rompimento de acordos que sustentaram a eleição de Mauro Borges a governador do estado. O jornal O Popular ainda noticiava que afastar o Sr. Érides Guimarães da pasta do trabalho, era um recuo que iria anular as divergências entre o Sr. Mauro Borges e a massa de fazendeiros.

Guimarães (1988) mostra as conseqüências dessa manobra política:

Em meio a esses atritos e jogo político, verificou-se, no segundo semestre de 63, de um lado, a crescente sensibilidade dos trabalhadores em torno da criação de sindicatos rurais e a questão da reforma agrária e, de outro, um certo recuo do Estado na pretensão de “agenciador” da organização dos trabalhadores rurais (p. 134).

Na Comunidade Serrinha, os atritos entre fazendeiros e representantes de sindicatos tinham certa peculiaridade que os diferenciava da situação do resto do estado de Goiás. O sindicato presidido por Bailão não chegou a ter atuação naquelas fazendas, em virtude do cerco criado pelos fazendeiros, que temiam o fortalecimento dos trabalhadores rurais.

Os depoimentos de ex-monitores são esclarecedores:

Dentro daquela localidade, dentro daquele pedaço de chão, que o município de Itauçu tinha essas duas frentes de luta, né, a do MEB e a do Sebastião Bailão, e ele era, era uma militância do PCB, que foi designado pelo próprio PCB para fazer aquele trabalho de

sindicalização daqueles trabalhador em função da realidade dura e amarga dos trabalhadores do café, do trabalhador rural no seu todo. Mas esse era um trabalho que a gente do MEB não fazia parte, (...) era um outro trabalho dele lá. Para a igreja era considerado comunista, e gente da igreja não participava de movimentos comunistas (PARCIVAL, entrevista realizada em 2005, p. 7).

Até mesmo os fazendeiros tinham ódio dos comunistas (JOSÉ MOREIRA, entrevista realizada em 2005, p. 7).

Exatamente. A Serrinha, lá onde a gente trabalhava, era bem próximo de Itauçu, e Sebastião Bailão não conseguia penetrar, naquela área, dado ao acirramento dos fazendeiros em proteger o seu... o seu pedaço de elemento, dos elementos sair daqui e ir se filiar no sindicato. Logicamente o sindicato vai lá depois, vai levar orientação. E para que as idéias dele... o projeto de que era explorar os trabalhadores não sofresse alteração. Então, o Sebastião Bailão teve muita dificuldade em penetrar naquela área (...). Porque ali era uma área que se o sindicato chegasse ali ia dá trabalho demais pra eles, porque tinha gente demais, era muita gente que tinha na fazenda Serrinha naquela época, então tem que vigiar isso aí. Então o nosso amigo Sebastião Bailão teve dificuldade de entrar ali (PARCIVAL, entrevista realizada em 2005, p. 7-35).

O trabalho desenvolvido pelo MEB na Comunidade Serrinha, a princípio, não incomodou o fazendeiro que até deu certo apoio, por tratar-se de um movimento de alfabetização. Em seu relato, o trabalhador expressa a preocupação em receber o consentimento do patrão para que pudesse levar adiante o convite de se tornar monitor, e abrir uma escola na fazenda:

Primeiro eu fui conversar com meu patrão. Eu falei: “Dr.Roberto, eu preciso... fui convidado pra participar de um movimento, mas como eu tenho um cargo muito pesado aqui na fazenda, eu quero saber do senhor se o senhor não se opõe d’eu aceitar esse convite”. Ele foi e disse: “O quê que é?”. Eu falei: “Me convidaram pra abrir uma aula aqui na fazenda, é uma escola, é dada pelo rádio, chama escola radiofônica ...”, ninguém conhecia ainda, aquela hora não conhecia, eu falei “...é uma escola transmitida pelo rádio, tem a equipe lá em Goiânia que cuida disso, e a gente fica aqui só pra transmitir pr’os alunos. Eu tenho que fazer um curso, tenho que sair uns dias...”. Aí era a hora que ia prejudicar a fazenda, né. “...Eu tenho que sair uns dias, não sei quantos, pra fazer esse curso e eu vou ficar fora daqui uns dias. Então eu quero saber se o senhor não vai fazer questão?” Ele falou: “Olha, quando se trata de alfabetização você pode fazer o que você quiser aqui dentro. Se for preciso fazer alguma construção, você tem trator na mão, você tem carro-de-boi, você tem as mata pra tirar madeira, você tem tudo aqui. Pode fazer e o que precisar da gente nós tamo a seu dispor.” Aí eu fui com toda a animação (JOSÉ MOREIRA, entrevista realizada em 2005, p. 15).

Com o passar dos anos, o MEB tornou-se mais politizado e com uma orientação mais firme, no que se referia à organização dos trabalhadores na luta por seus direitos, e essa nova perspectiva não agradou aos fazendeiros.

O fazendeiro me autorizou a trabalhar, passou uns dois ou três ano que já tinha a escola, ele um dia veio me perguntar... e ele assistia o programa todo dia, todo dia, aí um dia ele veio me perguntar: "Ô Seu Eugênio, por quê que aquelas meninas são contra o pagamento de arrendo de terra?". Aí, eu falei: "É porque elas acha que o trabalhador tem que ter a terra dele. Não é que é contra, quem não tem, tem que pagar, mas elas quer... o movimento quer que o trabalhador tenha a sua terra, trabalha por conta própria, não ficar pagando arrendo pra quem tem terra. É essa a razão. Não é porque são contra, querem tomar a terra de ninguém, fazer nada das terra dos outro. Quer que o trabalhador tenha condição de ter a sua terra (JOSÉ MOREIRA, entrevista realizada em 2005, p. 32).

Havia uma grande atividade educativa no trabalho desenvolvido pela Equipe Central. A expressão *aquelas meninas são contra o pagamento de arrendo da terra* mostra que o próprio fazendeiro entendera o acontecer da prática educativa e se incomodava com essa prática, sobretudo quando as *meninas* conversavam com os trabalhadores rurais sobre seus direitos e sobre uma nova perspectiva de luta com base no sindicalismo.

Os fazendeiros então começaram a desconfiar dos trabalhadores e dos membros da equipe estadual do MEB que realizavam a programação transmitida pelo rádio, e impediram o funcionamento da escola em suas propriedades. Em relato feito pelo monitor de uma das escolas da Comunidade Serrinha, o fazendeiro, que a princípio se mostrara compreensivo com a abertura da escola, começou a dar mostras de descontentamento com os rumos que o movimento ia tomando, levando em consideração o esclarecimento que os trabalhadores estavam adquirindo em relação aos seus direitos:

[O fazendeiro] começou a fazer perguntas, né, e começou a dar o outro lado, começou a ficar assim velhaco, já precisando arranjar um buraco, uma garagem pro trator, precisava lá pra outras coisa, pediu que desse um jeito. A gente viu que ele tava querendo era cair fora daquele compromisso. E a gente foi teimando ali, nós funcionamo um tempo, até que veio o fim, acabou mesmo (JOSÉ MOREIRA, entrevista realizada em 2005, p. 33).

Cumpramos observar que as dificuldades eram ditadas sobretudo pelo clima de censura exagerada e pelos problemas políticos que surgiam em torno do MEB. Começou a ocorrer um acirramento de posições, mas todas as

dificuldades eram analisadas em conjunto. O Relatório do MEB-GO (1967, p. 23), mostra as dificuldades enfrentadas pelo movimento:

- as barreiras colocadas pelo golpe de abril determinaram uma mudança nas perspectivas das comunidades, que trocaram uma luta por organização sindical pelas atividades tipo: Farmacinha – Clube de Pais – Barbearia – Campanha de Verminose;
- mesmo estas últimas atividades provocaram uma reação imediata e forte por parte dos proprietários;
- as barreiras colocadas pela situação global do MEB, (problema financeiro, hierarquia-laicato, repressão), se refletiam diretamente nas comunidades, através do que lhes chegava pelo rádio ou outros meios;
- os bloqueios às ações comunitárias (reuniões, encontros, escolas, etc) já vividas em Serrinha foram surgindo também em outras comunidades.

A Equipe Central insistia em analisar profundamente todos estes problemas, mas apesar dos esforços e do reconhecimento da validade do trabalho desenvolvido até então, as lideranças e a Equipe Central concordaram na impossibilidade de continuar essa tarefa. O documento do MEB-GO (1967), apresenta um trecho de uma carta enviada por Parcival, monitor do MEB, à Equipe central, no qual fica evidenciado o quanto o trabalho que era desenvolvido na Comunidade Serrinha se tornava cada vez mais difícil, mas mostra também a força de uma luta que insistia em ser travada:

Com os cotovelos em cima da mesa o rosto por entre as mãos, ouvi o penúltimo programa desse ano.
Durante ele, vivi todas as horas, felizes e amargas, que encontramos na existência espinhosa do MEB. Agora pelo que vejo, parece-me bastante escuro, mas não estranho, pois diante de tanto e tantas opressões e perseguições, já prevíamos tal acontecimento.
Mas isso não nos esmorece, pois, o amor é fonte inesgotável e nos fará forte e invencíveis. E além disso, temos ao nosso lado as forças infomáveis da verdade, e com ela combateremos as prepotências da mentira, e mostraremos aos nossos irmãos quais são os nossos inimigos. E a eles daremos um belo dia e um mundo melhor, como recompensa de tanta fome e miséria. Inda ontem cheguei de Itauçu muito esperançoso e animado, pois o MEB não morreu naquela comunidade (...).
As sementes da verdade que foram semeadas naquele solo sagrado estão produzindo frutos preciosísimos e em grande quantidade (p. 24).

O último parágrafo da carta representa os sujeitos que ainda vão atuar naquela comunidade. As sementes produziram frutos em preciosidade e em

grande quantidade. O trabalho dos que atuaram na Comunidade Serrinha no município de Itauçu, não terminou com o MEB. Os sujeitos continuaram ativos e persistiram em seus ideais. A experiência adquirida com o movimento preparou o terreno para novas conquistas.

Segundo Borges (2005), o trabalho desenvolvido pelo MEB, após o golpe militar, encontrou grandes dificuldades em virtude das tensões geradas nas relações entre a Igreja e o Estado. Apesar de não haver um rompimento das relações entre ambos, os militares acusavam os bispos, padres e leigos de serem comunistas e, por isso, foram feitos cortes e retenção de verbas que antes eram concedidas pelo governo federal.

No plano nacional, tentou-se priorizar apenas a prática pedagógica, mas na Comunidade Serrinha o grupo já estava de tal forma constituído que não teve como frear a ação política.

A repressão gerou a prisão de vários integrantes do MEB na Serrinha. “As conseqüências das prisões foram diversas: medo, vergonha, expulsão das fazendas”, informa Borges (2005, p. 90). Um dos monitores do MEB relata que, quando voltou dos noventa dias em que ficara preso, os fazendeiros tinham mandado todos os seus companheiros embora. Permaneceu a resistência e a persistência de continuar o trabalho por outras vias: “Resta eu. E esse eu vai ser duro de acabar! Aí foi quando a gente começou. (...) e aí a coisa foi crescendo” (OSCAVÚ, entrevista realizada em 2004, p. 14).

Oscavú, em seu depoimento, ao falar que *aí foi quando a gente começou*, ele revela que o trabalho realizado com o MEB não chegara ao fim, mas ao começo de uma nova etapa. A experiência que eles haviam adquirido com o movimento preparou o terreno para novas atividades nas proximidades daquela comunidade, inicialmente com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e, a seguir, com o sindicato.

3.3 CEBs: fé a serviço da comunidade

Borges (2005) analisa que, na década de 1970, foi introduzida uma nova compreensão entre fé e política com o trabalho das CEBs. Adaptando-se às condições históricas brasileiras, a esquerda católica utilizou as idéias do pensamento social europeu, desenvolvendo uma nova concepção de missa, de

rituais religiosos, de encontros, formulando também uma das primeiras teologias latino-americanas. Esse processo teve um papel singular na Igreja brasileira, e parte dela passou a ter uma visão mais progressista. Esses movimentos deixaram um legado e muitos de seus membros participaram ativamente do trabalho das CEBs.

A relação entre fé e política observada, no período após 1970, assim como o conflito vivido pelo MEB, no início da ditadura militar, expressam-se de forma complexa e contraditória. Um dos aspectos que revelam a complexidade e o contraditório dessa relação é a posição dos sujeitos que atuaram como lideranças no interior da Igreja diante dos preceitos religiosos e da visão de mundo que eles passaram a ter.

A análise do posicionamento e da atuação de sujeitos históricos já foi exaustivamente feita por alguns autores, dentre eles, Gramsci (1991), que destaca a importância do movimento dos trabalhadores como espaço fundamental de elevação cultural e moral da categoria. O trabalhador, ao lidar com essa elevação intelectual e moral, deve passar pela ruptura de certas concepções do senso comum da visão religiosa de mundo. O próprio José Moreira, monitor do MEB, passou por essa experiência, pois, a princípio possuía uma visão religiosa reducionista, e, aos poucos, foi se abrindo a novos horizontes. O seu primeiro poema relatava:

Eu fui nascido e criado
por meus pais fui educado
no recanto do sertão.
Nesse sertão de Goiás
a terra que eu gosto mais
é meu berço de criação.
Pouco a pouco fui crescendo
até hoje estou vivendo
alegre sempre cantando
pra disfarçar a tristeza
e realçar a beleza
deste meu sertão goiano.
Eu nasci no mês de julho
sou caboclo sem orgulho
só penso na salvação.
Sou católico romano
uma porção de vezes por ano
faço a minha confissão.
Se eu pudesse, eu não pecava
as leis de Deus eu guardava
conforme Cristo ordenava.
Mas a fraqueza da matéria
é que nos traz a miséria

para o pobre pecador.
Mesmo sendo pecador
eu peço a nosso Senhor
que tenhas pena de mim.
Esse mundo é passageiro
mas eu quero ser herdeiro
Daquele que não tem fim.
Deste mundo nada quero
a não ser o cemitério
depois que eu perecer.
Da morte não me defendo
mas do inferno temendo
peço a Deus me defender.

Aquele grupo de trabalhadores que vivia na Comunidade Serrinha e vizinhanças, não ficou preso a certos reducionismos de uma visão religiosa de mundo e nem do senso comum. Não se com isso afirmar que a visão científica e filosófica seja a mais verdadeira, mas que se deve verificar como certas questões religiosas, preconceituosas e reducionistas, estavam presentes. Os trabalhadores que tinham contato com uma visão mais ampliada da realidade, aos poucos foram percebendo esses reducionismos. Ocorreu desde então seguir é uma elevação intelectual e moral da classe trabalhadora que foi se constituindo gradativamente, como revela um ex-monitor do MEB:

A minha visão é que a Igreja era só pra rezar, né. Não via a Igreja com outro sentido a não ser pra mim prestar...cumprir o meu dever, assistir missa, confessar, era a visão que a gente tinha da Igreja era essa: não tinha...não via a igreja como um órgão capaz de mais nada a não ser pra rezar! A gente não sabia que Igreja era...era isso que a gente sabe que é hoje, era totalmente diferente. (José Moreira, p.18)
Até então eu era um...um servo da Igreja, fazia tudo era pra Igreja, tudo eu pensava era só de acordo com a Igreja. Na fazenda eu era só...eu...meu trabalho ali era pra trabalhar pra família, tocar as minha roça e cumprir o meu dever com a fazenda. Aí, quando a gente fez o primeiro curso, como eu tava falando, foi...falou sobre a realidade brasileira, aí a gente viu que a realidade era bem diferente, né, daquilo que a gente via. Mostrou bem a situação que o povo vive e a gente tinha que mudar aquela situação e era...não era lá em cima não, tinha que mudar era de cá para lá, né. Então esse primeiro curso que a gente fez que falava sobre a realidade brasileira, foi mostrando pra gente a necessidade que tinha da gente cair na luta pra buscar essa solução desse problemas, essa mudança, né. (...) Foi assim que começou essa nossa consciência, essa mudança de consciência. (...) aí a gente foi entusiasmando, tomando gosto do trabalho e conscientizando, vendo a necessidade que a gente tinha de mudança. (JOSÉ MOREIRA, entrevista realizada em 2005, p.19).

No depoimento do trabalhador aparece claramente a presença de uma Igreja voltada para os interesses dos oprimidos e marginalizados, visto que a

própria Igreja estabelece a ponte entre o senso comum e uma visão mais ampliada da realidade.

O entrevistado continua:

Nos curso o Dom Fernando ia pra fazer o encerramento. E ele sempre fazia o encerramento com o culto. Quando era a fase final do curso, ele sentava na porta da saída e falava “Eu quero falar com todo mundo.” A gente falava, e ele ia falando com um por um “O quê que você vai levando nessa cabeça? O medo do patrão ficou ou você vai levando ele?”. Ele agitava a gente. “Você tá indo embora com o medo do patrão aí?” (JOSÉ MOREIRA, entrevista realizada em 2005, p.19).

Na Comunidade Serrinha, o movimento realizado pelos trabalhadores rurais não ficou enredado no mundo do folclore, do senso comum e de uma visão mágica da realidade. Houve ali uma atitude crítica e a percepção de que a solução para os seus problemas deveria partir de baixo para cima. Pode-se perceber a capacidade que aquele grupo tinha de refletir sobre a realidade que os cercava, realçando a afirmação de Gramsci (1991) segundo o qual o filósofo não é uma categoria específica, pois todo homem é filósofo:

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (p.7-8; grifo do autor).

Segundo Borges (2005), não se deve entender as CEBs de forma isolada, mas como representante de uma expressão religiosa de mobilização popular: “Com o advento dos regimes militares de Segurança Nacional e a conseqüente repressão dos canais populares (partidos, sindicatos, associações), as CEBs assumiram uma importância social considerável” (p. 93). O Concílio Vaticano II buscou renovar a Igreja, valorizando a participação do leigo e abrindo a Igreja para os problemas sociais. Em 1968, foi realizado na cidade de Medellín, na Colômbia a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, na qual foi reforçada a participação dos leigos na Igreja e a importância das pequenas comunidades de cristãos. Após esse encontro, as

CEBs multiplicaram-se na América Latina, e a Igreja assumiu seu papel pela libertação dos pobres, em nome das comunidades. A autora ressalta:

As CEBs são eclesiais porque são da Igreja, são pequenos grupos de cristãos que, em sua paróquia, vivem a fé, dando seguimento à missão de Jesus de construção de uma sociedade mais justa. As Comunidades Eclesiais são de base porque são formadas de pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares). A novidade das CEBs é que elas começam de baixo, a partir dos pequenos. Surgem nas periferias das cidades e na zona rural (p. 94).

Borges (2005) salienta que geralmente os membros das CEBs são pessoas pobres e semi-alfabetizadas. Nas zonas rurais, é preservada a cultura popular, e nas celebrações de novenas, missas e festas dos santos, os roteiros são preparados pelos membros das comunidades e orientados pelos agentes pastorais que estimulam o povo a falar e a fazer. “O povo descobre a Igreja não apenas como espaço, expressão e nutrição de fé, mas, também, como espaço de organização e mobilização”, assinala a autora (p. 96).

Na década de 1950, surgiu o povoado de Roselândia, no município de Itauçu. O terreno foi doado pela família Rosa Lino e fazia divisa com a fazenda Serrinha. Informa Borges (2005):

A família Rosa Lino doou um terreno para a construção de uma capela, sendo o nome Roselândia uma homenagem a essa família. A capela foi construída por mutirão feito pelos próprios moradores com recursos adquiridos de doações de fazendeiros locais, rifas e leilões. Para a capela, escolheram como padroeiro o Divino Pai Eterno, cuja imagem foi trazida de São Paulo pelo Sr. Assis Rosa Lino, doador do terreno. A imagem foi levada em procissão de sua casa até a capela (p. 98).

Em 1968, chegou à Paróquia de Itauçu o padre italiano Elígio Silvestri, iniciando ali o trabalho das CEBs. O trabalho realizado era de comunicação da Igreja com a zona rural, que era muito habitada naquele período. Padre Elígio propôs-se a realizar um contato com os trabalhadores rurais, não só do ponto de vista religioso, mas também tentando realizar um trabalho de promoção social. O padre relatou em entrevista que a sua intenção era promover, *mas promoção não era fácil*, então era realizada assistência moral, aos doentes e com as crianças nas escolas, e então podia-se atingir as famílias.

Nas famílias, eram desenvolvidos trabalhos de saúde básica, como campanha de filtros, fossas, valorização de quintais com a plantação de hortas

e palestras de orientação às parteiras. A cada período, eram realizados no Grêmio Recreativo Itauçuense (Grei), grandes encontros com representantes de todas as comunidades para programação das atividades a serem realizadas em cada comunidade.

O pároco relata:

Se fazia uma avaliação, se programava, saiam depois com um roteiro que desenvolvia naqueles dois ou três meses lá nas comunidades. Agora não se chamavam para dizer a verdade Comunidades de Base, eram comunidades, ou seja, grupos, centros. Agora em seguida se pegou esse nome de Comunidade de Base, mas eram comunidades. Mas a preocupação era...grupos que vinham e ficavam, aprendiam, etc e depois voltavam, era uma coisa...(...) E quem ajudava era sobretudo, quem dirigia, assessorava eram os leigos. Um grupo de leigos que antes se preparavam, talvez o padre fazia a parte principal na preparação, mas depois quem desenvolvia o trabalho, assessorava era sobretudo o leigo (PADRE ELÍGIO, entrevista realizada em 2006, p. 4).

Em sua fala o padre reafirma a participação concreta dos leigos, que tinham autonomia na organização e realização das ações. Roselândia, além de também ter sediado uma escola radiofônica, passou a ser o novo espaço no qual os atores que atuaram no MEB da Serrinha deram continuidade ao trabalho, uma vez que após as lideranças terem sido presas, a grande maioria daqueles trabalhadores rurais foi expulsa das terras, alguns com quase trinta anos de trabalho. Segundo Padre Elígio, Roselândia revelava certa peculiaridade pela forma que os sujeitos ali atuavam:

Na região de Roselândia é que se mexia mais, seja porque as pessoas eram mais qualificadas, mais capacitadas (...) tinha uma prioridade. (...) Aquele pessoal ali, o Oscavu, Bragas, etc, eram significativos e queriam lá no lugar fazer e fizeram. Fazia sempre referência Anadir, Waldir, aquelas pessoas ali. Oscavu trabalhava sobretudo nas famílias, Parcival trabalhava um pouco música etc, trabalhava um pouco na animação social e na revolta contra a ditadura [risos], mas não podia fazer, porque já tinha sofrido... (PADRE ELÍGIO, entrevista realizada em 2006, p. 5).

Quando Padre Elígio se refere ao ex-monitor Parcival e à sua revolta, manifesta também sua incapacidade de agir abertamente, pois já havia sofrido os limites da repressão ao ser preso. Além disso, as autoridades locais temiam a ação de trabalhadores que eram considerados *comunistas*, como conta o entrevistado:

Essa promotora de justiça, penso que era como um juiz (...) mandou me chamar dizendo que eu não devia levar nas comunidades (a gente ia) todas as noites, aos domingos até três comunidades (...) “não devia porque eles eram subversivos, eram comunistas”, segundo eles, “por isso era perigoso”, etc, eram vigiados e eu respondi “eu não renuncio a eles para ir lá, porque eu me responsabilizo por eles, eu sei o que estamos fazendo”, da minha parte era evangelizar, de dar assistência religiosa, “por isso se você não acredita venha comigo” (PADRE ELÍGIO, entrevista realizada em 2006, p. 6).

Ao falar *da minha parte era evangelizar, dar assistência religiosa*, o padre coloca-se em uma posição em que deixa aberto o espaço para outros trabalharem sem se exporem totalmente. Ele continua:

Na realidade o Parcival aproveitava dos encontros, se fazia os encontros, se conversava se rezava e ao mesmo tempo saiam sempre assuntos de atualidade. (...) O Oscavu estava mais calado, mas trabalhava igualmente, estava mais calado, certamente mais prudente. O Parcival um pouco mais aberto, né? Duas colunas, duas pessoas excepcionais, naquela época (PADRE ELÍGIO, entrevista realizada em 2006, p. 6).

Apesar de todos os problemas enfrentados, a comunidade continuava se movimentando. Em outubro de 1975, Padre Elígio voltou para a Itália⁵ e “os trabalhadores rurais de Roselândia tiveram que caminhar sozinhos, tanto nos trabalhos de pastoral, como na ação social” (BORGES, 2005, p. 99), uma vez que os padres que vieram a seguir não agilizaram o trabalho com as CEBs. As lideranças persistiram nas reuniões, encontros, debates, buscando alternativas que viabilizassem a luta pela aquisição de seus direitos. A partir de então descobriram a ferramenta que lhes daria respaldo para suas ações: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Os depoimentos de ex-monitores permitem perceber a importância de sua atuação para a criação do sindicato:

Nós não fizemo nada, mas agora hoje a gente percebe que fez muita coisa, que fez muito trabalho, porque nós não conseguimos nada, por exemplo, não conseguimos assim uma reforma agrária, uma coisa assim. Mas a criação do sindicato, por exemplo, é um trabalho que foi fruto da gente, né, que hoje ta lá, até hoje (OSCAVÚ, entrevista realizada em 2004, p. 9).

A gente sentiu que no sindicato eu tinha toda a oportunidade de passar pra frente tudo aquilo que a gente aprendeu, que era a consciência que a gente teve...que a gente conseguiu no MEB. Isso

⁵ No entanto, em 1997, Padre Elígio retornou para Goiás e reside em Itaberaí-GO.

foi muito importante, influenciou muito (JOSÉ MOREIRA, entrevista realizada em 2005, p. 29-30).

3.4 STR de Itauçu: educação para além da escola

No final da década de 1970 e início da década de 1980 apareceu um novo sindicato, que cuja criação recebeu grande influência dos sujeitos que atuaram no MEB e de uma nova geração de lideranças rurais, como informa um ex-monitor:

A reedição desse sindicato foi desse grupo. Desse grupo que mais tarde inclusive veio acontecer, o Waldir, o Anadir que também são oriundos do MEB, são peixinhos do MEB, ta? E aí que até certo ponto eu vim embora, mudei do município, mas ficou gente lá que conduzia, né. Que conduziram, que foi o Anadir, que foi o Waldir, o Oscavu que ainda permaneceu lá e eles tocaram esse barco. Então, esse sindicato que tem lá hoje, sim, é a segunda edição do sindicato dos trabalhadores rurais (PARCIVAL, entrevista realizada em 2005, p. 11).

Quando Parcival fala sobre a segunda edição do sindicato, ele se refere a uma tentativa de reaver a carta sindical do antigo *sindicato do Bailão*. Alguns trabalhadores reuniram-se e criaram uma comissão que foi até Brasília, no Ministério do Trabalho, na tentativa de verificar se o antigo sindicato havia sido destituído e onde estaria essa carta sindical. A comissão verificou que realmente a carta de registro daquela entidade sindical havia sido caçada: “Aí eles foram em Brasília e localizaram, ele tinha sido cassado. Aí conseguiram uma outra carta, então é uma história muito longa, muito rica” (PARCIVAL, entrevista realizada em 2005, p. 12).

Nessa fase de planejamento, para a fundação do sindicato dos trabalhadores, percebe-se na fala de um trabalhador rural, residente nas proximidades de Roselândia, a tentativa de um trabalho de conscientização nas reuniões da Igreja, mostrando o sindicato como um instrumento para a libertação das opressões vividas no campo, impostas pelos patrões:

A celebração da missa era em Roselândia... o padre Eligio, ele tinha uma equipe de trabalho assim: antes da missa tinha uma palestra com os jovens, com os adultos, tudo separado, com os homens, com as mulher, criança, então as palestra de conscientização, de formação era separado ... pra estudar questões referentes à Igreja, à sociedade, à vida, à liberdade do homem. Então eu acho que talvez foi aí o ponto principal do despertar do povo de Roselândia, porque foi aí

que eles começou a ver o tanto que tava sendo injustiçado, as dificuldade, as injustiça. E com essa consciência é que nasce a necessidade de ter um instrumento, precisa de uma ferramenta, precisa de um instrumento para a libertação. O que fazer então? Né, e aí já surgiu a necessidade do sindicato (ANADIR, entrevista realizada em 2006, p. 4).

O trabalho realizado naquela comunidade pelas lideranças não se resumia apenas a conscientização do trabalhador rural sobre a importância do sindicato, mas também em mostrar que o sindicato não era um trabalho apenas de *comunistas*, pois havia naquela região um grande medo em virtude das repressões anteriores, e o sindicato era sempre relacionado com o *sindicato do Bailão*. É o que relata o trabalhador rural:

Só que Itauçu já havia tido um sindicato na época...antes, na época do Bailão que sofreu uma repressão muito grande. Então você vê a dificuldade que foi pra nós na fundação desse sindicato, principalmente pro Waldir, pro Oscavu, pro Mozart, pro seu Zé Endelesto, Genosin que participou muito...é que o pessoal via o sindicato como comunista “o sindicato é o ...é comunista”, então é, o povo de medo de comunista... (...) Principalmente por causa do partido comunista que havia...já havia sido desfeito na época, né, com o governo em cima, represália, prendeu e fechou e ficou muita gente preso. Aí ficou...aí essa foi a maior dificuldade: enfrentar esse pessoal e mostrar pra eles que o sindicato é um instrumento de libertação, não era do Partido Comunista (ANADIR, entrevista realizada em 2006, p. 4).

As dificuldades não paravam por aí, pois os fazendeiros temiam que suas terras fossem tomadas pelo sindicato e colocavam isso na cabeça dos trabalhadores, que, de certa forma, se sentiam comprometidos com o patrão pelos laços de compadrio:

E a maior parte dos trabalhador era compadre do patrão, pra você ver como é que ficava, aí já não ia querer participar do sindicato porque “O compadre falou que o sindicato é pra tomar a terra, então eu não quero que faz tomar a terra do meu compadre”. Isso é que endurecia e fazia uma resistência do trabalhador até aderir ao sindicato (ANADIR, entrevista realizada em 2006, p. 04-05).

Uma ferramenta que as lideranças daquela comunidade utilizaram para a maior conscientização foi um boletim informativo que era distribuído entre os trabalhadores rurais. Por intermédio desse boletim, várias informações eram repassadas, desde o andamento da fundação do sindicato até o

esclarecimento sobre questões como arrendo e atravessador dos produtos agrícolas, como informa o entrevistado:

Isso aqui é um instrumento de divulgação do trabalho e conscientização do trabalhador, né, fazia esse boletim e fazia uma reunião igual aqui no Serradinho, “O quê que vamos debater?”, aí lá na reunião debatia as questões, as dificuldade, falava do andamento, do preparativo para a fundação do sindicato, né, você pode notar que tinha várias pessoas presentes, e marcava já a outra reunião. E inclusive, levantava assim, o quê que ta tendo de dificuldade no Serradinho (?), quais são as dificuldades (?), aqui é o arrendo caro, aqui é a lei que não é cumprida e...então o sindicato é pra isso, né, sindicato é pra ajudar o trabalhador a resolver os seus problema. E deixava esse boletim com eles, pra eles ir olhando (ANADIR, entrevista realizada em 2006, p.15).

Segundo consta no primeiro *Boletim dos Trabalhadores de Itauçu-GO* (1979a) as lideranças começaram a movimentar-se, realizando encontros com toda a comunidade rural daquela região, com a finalidade de entrosamento e troca de experiência. Um desses encontros foi realizado em Roselândia, no dia 19 de novembro de 1978, e nele ficou decidido que as comunidades deveriam permanecer unidas nos vários tipos de trabalho. O mesmo boletim já se referia à fundação do sindicato:

Agora o esforço será para o mutirão da fundação do Sindicato, que é a ferramenta principal, para eliminar muitos problemas que estão prejudicando nossos trabalhadores e até nosso país (p. 2).

O terceiro boletim (1979b) fazia referência a uma assembléia geral dos trabalhadores que se realizaria no dia 25 de julho, Dia do Lavrador, em que seriam tratados assuntos sindicais para a concretização da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Itauçu. Contavam com o apoio do Sindicato de Anápolis, Nova Veneza e Itaberai. O boletim comunicava ainda que uma comissão se reuniria uma vez por mês, para estudar as portarias que regulamentavam as leis sindicais, uma vez que se pretendia fundar o sindicato de acordo com as formas legais vigentes no país.

Os líderes daquela comunidade realizaram um Encontro de Trabalhadores, no dia 18 de março de 1979, com a finalidade de tratar da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Nesse encontro, foi feita a apresentação de cada um dos participantes, e eles tiveram a oportunidade de

contar um pouco sua história e discutir os problemas que enfrentavam, tal como a dificuldade de permanecer nas fazendas nas quais eram explorados e o avanço, cada vez mais freqüente, dos pastos para a criação de gado. Segundo consta no terceiro Boletim dos Trabalhadores (1979), algumas metas foram traçadas neste encontro e ficaram decididos alguns passos a serem dados:

- 1 – Fundar o Sindicato onde ainda não tem.
- 2 – Colocar todos os Sindicatos em defesa dos problemas da classe.
- 3 – Fazer com que o projeto acima citado entre em funcionamento.
- 4 – Exigir o cumprimento da lei de arrendamento.
- 5 – Que os trabalhadores voltem para a roça para aumentar a produção.
- 6 – Controlar o preço de safra e entre-safra (p. 2).

No mesmo boletim, faz-se uma reflexão sobre a caminhada dos trabalhadores rurais do município de Itauçu, traçando a luta pela sindicalização rural. Concluiu-se que passaram por quatro caminhos diferentes. Na primeira etapa, foram feitas reuniões dirigidas pela Federação, e acharam por bem tomar outro caminho, uma vez que afirmavam na época, na frente dos trabalhadores, que quem estivesse ligado ao trabalho de Igreja não podia promover trabalho sindical. Na segunda, as reuniões passaram a ser feitas por conta dos próprios trabalhadores rurais, mas eles perceberam que não estava dando certo, pois não havia ainda, uma conscientização dos trabalhadores para assumirem esse compromisso. Na terceira etapa, começou a ser feito um trabalho de conscientização sindical, aproveitando as reuniões da comunidade e grupos de evangelho, nos quais o povo já se reunia. A quarta etapa teve por objetivo atingir todos os trabalhadores, de todas as crenças religiosas, e destaca-se ainda o grande rendimento do trabalho, depois que conseguiram a participação das mulheres. Sobre essas quatro etapas pela qual a caminhada da luta sindical passou, foi escrito um poema por uma das grandes lideranças da comunidade de Roselândia, Waldir Coelho Braga, que se tornou o primeiro presidente do STR de Itauçu:

Caminhada

Para fundar nosso sindicato
Já tivemos quatro jornada
Lutamos com muito sacrifício
Pois, sindicato é uma coisa sagrada.

Para dar o primeiro passo
Falamos com o Sr. Antonio Bueno
Que demonstrou muito boa vontade
Mais dureza ele não está querendo.

O cara chegou aqui em nossa cidade
Com jeito de ser bonzinho
Jogou os piões contra os fazendeiros
E sumio em seu caminho.

Dezenludido com a Federação
Tentamos reunir outras vezes
Fazendo reunião em Itauçu
Aos quarto domingo de cada mês.

Isto não deu muito certo
Pois não surtiu grande resultado
Tivemos que partir para outra
Pois não podíamos ficar parado.

Iniciamos um trabalho nas comunidades de base
Porque lá ia muita gente
Porém isto não era muito correto
Pois na comunidade ia católico somente.

Então partimos para outra etapa
E com muito animo para decisão
Estamos fazendo reuniões em vários locais
E contamos com trabalhadores de varias religião.

Nesta etapa de Fundação Sindical
Acreditamos que seja a derradeira
Nas reuniões estão indo adultos, rapazes e (?)
E também nossas companheira.

Esse poema mostra o processo de construção do STR de Itauçu, revelando a sensibilidade de um trabalhador rural, que não está preocupado apenas com a questão sindical em si, mas também com o engajamento de toda uma comunidade em uma única luta. Revela a preocupação com o ecumenismo, valoriza a participação da mulher trabalhadora rural, aponta uma grande imbricação entre ação política, ação religiosa, ação sindical e, por fim, a ação pedagógica. Gohn (2001) afirma que, nos movimentos sociais, a educação é autoconstruída durante todo o seu processo de formação e desenvolvimento, e que o educativo surge de diferentes formas. Nesse poema, o acontecer da prática educativa mereja em toda a sua construção, revelando o verdadeiro papel do sindicato em sua dimensão educativa.

É interessante destacar que as lideranças sindicais daquela comunidade articulavam-se de todas as formas para conseguir o engajamento dos

trabalhadores na luta sindical, uma vez que nas reuniões formais era muito difícil conseguir a participação de todos. Desta forma, foram promovidos mutirões e *traições*⁶, em que se aproveitava o encontro de um grande número de trabalhadores e se discutia sobre os problemas de todos, facilitando a conscientização sindical.

Um entrevistado relata:

Aí fazia mutirões conscientizando os trabalhador...nesse mutirão a gente aproveitava pra falar do trabalho sindical. (...) O companheiro João Paulino foi uma *traição*. (...) 45 trabalhador lá no mutirão do João Paulino. No quilo do almoço...é...nesses mutirões o quilo do almoço, ta escrito aí olha... povo nas rodinha do enrola dia, porque o pessoal vai empurrar o dia é que a gente discute os problema de todo mundo e faz com mais facilidade a conscientização sindical. Então, aquilo que você faz a conjuntura política, a conjuntura sindical, uma análise de conjuntura com os trabalhador. E é aí que...porque você levar ele numa reunião é difícil, mas você levar ele num mutirão era fácil.(...) na reunião “Eu não vou porque o compadre não gosta”, que era o patrão, né, mas no mutirão o compadre não proibiu ele de ir dar mutirão, né, tinha toda a liberdade pra dá os mutirão (ANADIR, entrevista realizada em 2006, p. 16-17).

Outro poema de Waldir Braga faz uma reflexão sobre os problemas que o trabalhador rural enfrentava e mostra a busca de soluções, por intermédio do sindicato:

Nosso Sindicato

Sindicato é uma ferramenta
Que temos para lutar
E pedir aos grandalhões
Que não vem nos pisar.

O produto industrializado sobe
E nunca mais vai parar
Enquanto os produtos agrícolas
Sobe e desce sem parar.

Dizem que subindo o preço dos cereais
Os pobres passa fome
Pobre não veste roupa, nem toma remédio
Pobre, só come.

Não sei onde vamos parar com esta situação
Enquanto escraviza o pobre
Dizem que está lhe dando a mão
Marginalizando assim o pobre do meu irmão

⁶ Costume entre os trabalhadores rurais de chegar de surpresa na casa de um companheiro que estiver precisando de uma ajuda, seja na limpa de um pasto, de alguma roça ou de um rego d'água.

O lavrador não tem terra para trabalhar
Neste mundo de que Deus é o dono
Até parece que os ricos acham
Que os pobre são filho do demônio.

Sendo filho de Deus com igual dignidade
Podemos usar suas coisas que são dele de verdade
Plantava nossa roça no mesmo lugar
Não precisava ir pra cidade vegetar.

Fundado nosso Sindicato
Vamos ter mais proteção
E exigir do rico mais respeito
E dizer a eles que somos irmãos.

Também outro trabalhador rural manifestou, de forma poética, os anseios dos lavradores, mostrando que a única forma de conquistar seus direitos e se libertar da opressão é a união de todos para a fundação do sindicato. Fica também evidenciado o caráter educativo dos movimentos sociais, pois à medida que os trabalhadores rurais desenvolvem suas práticas organizativas e políticas, eles realizando suas práticas educativas:

Trovas de um Lavrador

Companheiro observe bem:
O quanto que o pobre sofre.
Seu suor é derramado
Pro rico encher o cobre.

Muito pobre que trabalha
Vive a vida em desespero.
O que colhe em sua roça,
Vai pra tulha do fazendeiro.

Companheiro observe bem:
Como isto é desaforo,
Você trabalha como escravo
É tratado como cachorro.

Companheiro fique sabendo:
Que você tem capacidade
De gozar de seus direitos
E também da liberdade.

Mas isto não está certo,
Vamos mudar de jeito,
Vamos erguer a cabeça
Conhecer nosso direito.

Todo homem tem direito
De ser cidadão respeitado
E não de ser um escravo,
Pelo patrão dominado.

O Sindicato mostra pra você
O direito que todos têm.
Vamos viver mais tranquilos
E não ser escravo de ninguém.

Companheiro, ergue a cabeça,
Vamos ser todos iguais,
Pra isto estamos fundando
Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Todos são iguais perante a lei,
A ter direito sem distinção.
Vamos unir os companheiros
Pra procurar proteção.

Todo homem tem direito
De receber do tribunal
Remédio e alimento
Pra nossa saúde corporal.

Todo tem direito
De ter a sua proteção.
Por isto vamos unir,
Vamos todos dar as mãos.

A união faz a força,
A força que faz a união.
Nós estamos todos juntos
Venceremos um trabalho (**Boletim dos Trabalhadores**, nº 3, p. 4-5,
1979).

Após o esforço das lideranças, no dia 23 de março de 1980, cerca de 350 trabalhadores rurais, todos residentes no município de Itauçu, reuniram-se em assembléia, no Salão São Vicente, localizado na periferia da cidade e que era cedido pela Igreja, a fim de deliberarem a respeito da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu. O sindicato foi fundado tendo como presidente Waldir Coelho Braga, secretário, José Honorato de Oliveira e para tesoureiro, Ovídio Júlio Lima Filho. Também foram designados três trabalhadores para fazerem parte do Conselho Fiscal.

Mais uma vez, a história do STR de Itauçu foi retratada em forma de poesia, demonstrando a sensibilidade de um trabalhador rural que, em sua simplicidade, foi capaz de reproduzir todos os anseios daquele povo, em um momento decisivo de sua história. Nesse poema, de Waldir Braga, percebe-se a elevação intelectual e moral da classe trabalhadora:

Dia 23 de Março
Depois de muitos anos de luta
De conscientização sindical

Chegou dia 23 de março de 1980
Marcado em nosso edital
A fundação de nosso sindicato
Sonhado por todos os trabalhadores rural.

Ainda era manhazinha
Quando os caminhões saíram pra roça
O sol saía fazendo muito calor
O primeiro caminhão chegou vazio
Nos causando um grande pavor
Pensamos que tinha perdido a batalha.

Ficamos esperando outros carros
Com medo de ter outra decepção
Afiml chega um Mercedes Bens
Cheio de companheiros com muita animação
Aí sentimos de perto o sabor da vitória
E vimos que de fato o povo tinha razão.

Os companheiros da cidade chegaram
Um bom número em proporção
Veio velho adultos moças e rapazes
E também pessoas de várias Igrejas
Porque lá não iria se tratar de religião
Sindicato é uma entidade de mulhares.

Um bom número de pessoas foram somados
Veio gente de todos cantos do município
Pessoas de todos partidos políticos chegaram
Pois fazia naquele momento a união de uma classe
Sem que ninguém se politicasse
Fizemos um trabalho sem corrupção.

De várias cidades vieram companheiros
Com muito anseio de colaboração
Veio dirigentes sindicais e associados
Também chegaram algumas autoridades
Todos estavam a convite de nossa associação.

Afinal termina a assembléia
E saiu logo o resultado
Para a alegria do itauçuense
Trezentos e cinqüenta e uma presença de companheiros foi registrada
Ficou esse dia marcado em nossa história
O marco decisivo de nossa caminhada.

Na assembléia, estavam presentes os presidentes dos indicatos de trabalhadores das cidades de Anápolis, Bela Vista, Nova Veneza, representantes dos sindicatos de Itaberaí e Uruana, um representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na cerimônia de fundação, foi feita a leitura e a discussão do Estatuto do Sindicato⁷, elaborado de acordo com o modelo

⁷ Anexo III

recomendado pelo Ministério do Trabalho, aprovado na íntegra. Foi estipulado a mensalidade de vinte e cinco cruzeiros.

Na segunda Assembléia Geral do STR de Itauçu, realizada no dia 6 de abril de 1980, o presidente apresentou aos companheiros o plano de trabalho que havia sido elaborado pela diretoria. A proposta visava implantar o cooperativismo, com a tentativa de implantar uma feira livre com produtos vindos da roça, uma farmácia, um armazém e uma máquina de limpar arroz. Esse plano de trabalho mostra a direção que o sindicato apontava – o cooperativismo. O envolvimento e uma favorável atitude de todos os trabalhadores se tornavam necessários para que os objetivos fossem alcançados, diferentemente do sindicato assistencialista em que os trabalhadores são sujeitos passivos.

Um trabalhador esclarece:

Esse sindicato aqui nasceu...nasceu da oposição sindical, são duas coisas: o sindicato da federação, da Fetaeg [Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de Goiás], eles trabalhava com assistencialismo, assistência médica e odontológica, né, e já o sindicato nosso que nasceu na oposição, nunca pegou convênio de dentista e médico.(...) E mais...trabalha mesmo a conscientização do trabalhador e não a assistência, o assistencialismo (ANADIR, entrevista realizada em 2006, p. 8).

Dessa forma, o STR de Itauçu caminhava com objetivos bem específicos direcionados ao cooperativismo, o que remete à reflexão sobre as formas coletivas de trabalho que envolvem muitas contradições. MARTINS (1984), no prefácio do livro *Cooperativismo e coletivização no campo*, ressalta que, no plano teórico, para alguns, as origens do trabalho coletivo no campo devem ser buscadas nas antigas tradições culturais que formaram a sociedade brasileira e que, essas tradições estariam condenadas ao desaparecimento em razão do avanço do capitalismo. Para outros, ocorre justamente o contrário, ou seja, o cooperativismo deve ser buscado no futuro, “no próprio movimento histórico do capital que criaria no campo a alternativa do trabalho comunitário” (p. 7). De acordo com a segunda alternativa, majoritariamente, as experiências de cooperativismos estão funcionando como *válvula de escape* para o sistema capitalista, que, de certa forma, não consegue resolver o problema do desemprego estrutural. Assim, o capitalismo, no contexto atual, reproduz-se,

não apenas pelo cooperativismo, mas por diferenciadas experiências ligadas a economia solidária e às práticas de organizações não-governamentais.

Ainda no contexto de 1980, em Itauçu, os obstáculos dificultavam a realização das frentes de trabalho propostas pelo sindicato. Esse foi o caso da feira livre, proposta pela primeira diretoria do STR de Itauçu, que tinha a finalidade de facilitar a comercialização dos produtos agrícolas, evitando, dessa forma, o atravessador. Na realidade, a feira chegou a ser instalada na cidade de Itauçu, só que a prefeitura local *boicotou* todo o trabalho do sindicato e inaugurou a feira como se fosse da prefeitura, como relata um trabalhador:

A idéia da fundação da feira ali de Itauçu nasceu de Roselândia e foi articulada pelo sindicato do trabalhador, trabalhado, feito, só que na hora da fundação o prefeito colocou como a prefeitura fundou. Boicotou essa feira, ali (ANADIR, entrevista realizada em 2006, p. 17).

Outra dificuldade encontrada foi em relação à manutenção da máquina de beneficiar arroz. O STR de Itauçu chegou a comprar e instalar a máquina na periferia da cidade. O principal objetivo de o sindicato possuir uma máquina de beneficiar arroz era para o trabalhador sindicalizado levar para casa o arroz que fora beneficiado e o que dele se extraía, como a palha e a quirela. Seria bem diferente do que era estipulado pelos donos de máquinas da cidade, em que o trabalhador levava sessenta quilos de arroz para *limpar* e voltava com quarenta quilos. Esse trabalho foi porém desarticulado por um fazendeiro e dono de máquina na cidade, que conseguiu interceptar o arroz que vinha da *roça*, como se pode perceber no depoimento que se segue:

O Mozart era um funcionário do sindicato e maquinista, ele fazia as duas coisa, porque o movimento aqui era pequeno, a máquina...o movimento era pequeno, o sindicato comprou a máquina de beneficiar arroz, com dinheiro dos sócios, foi uma sociedade, né, o sócio dava um saco de arroz, o valor de um saco de arroz e funcionou assim por muitos anos. Até que o maquinista de Itauçu conseguiu desfazer. Eles...porque o pessoal da roça mandava o arroz no leiteiro, e o quê que ele fez com o leiteiro(?), ele chamou o leiteiro, falou "Olha, você leva pra mim na máquina que eu te dou tantos quilos de arroz por mês". Aí ele levava com a máquina dele, e não levava na outra, na máquina do trabalhador, a nossa máquina ficava na periferia e com isso, conseguiu desarticular a máquina, né, aí o quê que aconteceu (?), nós vendemos a máquina e inclusive foi...o sindicato endividou com a compra dessa máquina porque ficou com...além do dinheiro do sócio, ficou pagando um juro d'um resto que não deu

conta de pagar e aí foi ficando difícil até que tivemos que vender a máquina (ANADIR, entrevista realizada em 2006, p.12).

Em 1982, foi fundada uma delegacia sindical, em Roselândia, que era coordenada pelos membros das CEBs. A finalidade dessa delegacia era facilitar para os trabalhadores a sua participação em reuniões, que eram realizadas mensalmente na sede do STR de Itauçu. O trabalhador ficava comprometido em participar na sede, apenas das assembleias ordinárias, para previsão de contas para o exercício do próximo ano e da prestação de contas do exercício anterior. Nas delegacias ocorriam as reuniões em que se discutiam os problemas próprios daquela localidade. Havia um coordenador, um presidente, um secretário e um tesoureiro independente da sede, com poder próprio para receber as pessoas, articular e presidir reuniões.

O STR de Itauçu, aos poucos, foi conseguindo desempenhar o seu papel naquele município, mas as repressões foram muitas. O primeiro presidente Waldir C. Braga foi enquadrado pela polícia local como comunista, sofrendo ameaças de fazendeiros e tentativa de assassinato. O presidente do STR de Itauçu, muitas vezes, ao sair de sua casa na zona rural para dirigir-se a Itauçu, buscava a companhia de um amigo trabalhador que lhe servia como guarda-costas:

O João Paulino foi, assim, um grande companheiro, principalmente na luta com o Waldir, porque na época da repressão tava muito grave. (...). Quando tinha ameaça o Waldir parava o carrinho velho na porta dele e falava "Vam'bora pra Itauçu?", "Vamos!", e entrava no carro e vinha os dois, né, como se diz "Veio jagunço seu mesmo". (...) Não tinha medo, ele não tinha medo (MARIA JOSÉ, entrevista realizada em 2006, p. 15).

Paulino...ele não é brigão, mas não tem medo. É desasismado (ANADIR, entrevista realizada em 2006, p. 15).

As represálias foram muitas, e elas ocorriam de forma concreta e também psicológica, pois os sindicalistas eram chamados de *comunistas*, *turma de vagabundos* e ameaçados de assassinato.

Várias mudanças ocorreram no tocante ao preconceito em relação ao STR de Itauçu, e aos poucos, o trabalho do sindicato passou a ser respeitado pelos fazendeiros da região, que passaram a adotar um comportamento totalmente diferenciado daquele que havia nos primeiros anos de sindicato,

demonstrando uma maior conscientização em relação aos direitos adquiridos pelos trabalhadores rurais, como revela o entrevistado:

Então hoje já tá tendo uma outra...já tá com a consciência ali tranquilamente diferente, sem comparação, que de primeiro ele vinha aqui quando era intimado, vinha cá, o presidente fazia uma carta “Olha, você ta intimado a comparecer, tal dia, no sindicato, tantas horas...”, ele vinha? Não. Hoje ele vem aqui pra fazer rescisão, o presidente olha, vê se ta tudo certo o acordo, a rescisão do contrato que ta pagando, se pagou tudo direitinho o trabalhador. E muitos também liga, vem aqui pra saber o quê que tem que fazer com os trabalhadores, empregado, registrar, como fazer. Então a consciência hoje mudou mesmo. (...) a visão que se tem do sindicato mudou. Hoje o pessoal já vê o sindicato também como parceiro, o próprio fazendeiro aqui de Itauçu, o pessoal do sindicato patronal já...já vê mais no sentido de parceiro porque ta na mesma...apesar de ser interesse diferente, né, cada um tem os seus interesse, mas ta no mesmo trabalho que é de organização do povo, do trabalhador (ANADIR, entrevista realizada em 2006, p. 9).

Para o STR de Itauçu o reconhecimento da comunidade foi fruto de uma preocupação constante com a formação política, a livre discussão e a organização dos trabalhadores rurais. Os líderes sindicais de Itauçu souberam cumprir o seu papel, fazendo que os trabalhadores rurais assumissem de vez o sindicato, e essa unidade foi a condição imprescindível para a conquista de seus objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar uma pesquisa, antes de tudo, requer certa afinidade com o objeto que se propõe analisar. No decorrer da pesquisa, essa afinidade transformou-se em um desejo constante de conhecer cada vez mais o objeto, porém esse processo necessita de tempo e amadurecimento.

Como toda pesquisa, o trabalho iniciou-se com alguns objetivos e hipóteses que foram se transformando com o decorrer das leituras e entrevistas. A princípio, a proposta era trabalhar o MEB e seu desenvolvimento na Comunidade Serrinha, no município de Itauçu, na década de 1960 (por ter sido uma comunidade que se destacou pela forte atuação de seus sujeitos). Pretendia-se estudar a relação da educação com o mundo do trabalho na zona rural, bem como a sua interação com outros movimentos sociais, buscando a dimensão educativa democratizadora do MEB como movimento social. O objetivo geral da pesquisa era analisar a política educacional do MEB em Itauçu-GO, trabalhando com a hipótese de que essa política, implantada em uma sociedade não-igualitária, foi educacional e democratizadora.

Com o decorrer da pesquisa, identificou-se a relação do MEB com o Setor de Sindicalismo Rural, que ocorreu desde a sua reestruturação no contexto de abertura ao sindicalismo no Brasil. A Igreja, bem como outras entidades, passaram a disputar a criação e o controle dos sindicatos, uma vez que, por seu intermédio, havia uma maior possibilidade de contato com as massas. O MEB, então, transformou-se em uma ponte que ligava a participação política da Igreja com as classes populares, e passou a atuar decididamente no sindicalismo rural, saindo da tradicional alfabetização radiofônica.

As entrevistas com os sujeitos que atuaram como monitores e como lideranças na Comunidade Serrinha mostraram a importância que o sindicalismo desempenhou no interior do MEB, levando a comunidade a organizar-se e a elevar seu nível de conscientização. Ao resgatar a influência que o MEB desempenhou junto aos trabalhadores rurais, especificamente no município de Itauçu, tornou-se evidente que essa influência não se dissipou no período em que houve um redirecionamento da atuação da Igreja em relação ao movimento no contexto da ditadura militar, ou seja, as lideranças continuaram a ser fermento na massa, e, com a atuação de novos sujeitos deram continuidade aos trabalhos de conscientização e luta daquela comunidade. Havia, portanto, uma correlação entre os trabalhos desenvolvidos desde os tempos em que o MEB se encontrava no auge de sua atuação, com o que foi desenvolvido, posteriormente, até a fundação do sindicato atual naquele município. Com essas constatações a pesquisa ampliou-se e deixou de ser

apenas um estudo de caso sobre um dos lugares em que o MEB atuou e passou a corroborar a hipótese de que o MEB influenciou a fundação do STR de Itauçu.

Foi analisada a ação dos sujeitos que atuaram no MEB naquele município durante o seu auge e depois de sua dissolução. As pesquisas realizadas sobre o MEB, apesar de tratá-lo como um de um movimento educacional, permitiram perceber os problemas inerentes à questão da terra, ao sindicalismo e à exploração dos trabalhadores no campo. A proposta inovadora e de conscientização do camponês que o MEB desenvolveu foi de fundamental importância para a organização daqueles trabalhadores, que passaram a perceber-se como seres humanos dotados de direitos.

É interessante não perder de vista a ação complexa e mediadora do MEB em relação aos trabalhadores rurais. A luta social dos trabalhadores constituem uma prática político-pedagógica e são eminentemente educativas, pois nelas há aquisição de conhecimento (Loureiro, 1988). O papel educativo do MEB não se resumiu a uma escola, mas a um aprendizado social gerado pela luta. O MEB foi um movimento que extrapolou o âmbito institucional do sistema formal de educação, fazendo uma junção entre prática pedagógica e ação política. Entretanto, isso não significou a inexistência, no interior do movimento, da dissociação entre processo pedagógico e prática política. Apesar dessas duas práticas não se restringirem a um *locus* determinado, sempre houve uma tendência em fazer essa dissociação, levando a práticas estéreis. Não se pode reduzir essas duas práticas a espaços determinados, pois um trabalho educativo sempre terá um cunho político. No interior do movimento, apesar de ter existido essa dissociação a maior expressão do MEB na Comunidade Serrinha foi uma forte correlação entre essas duas práticas, mostrando claramente o cunho educativo de um trabalho realizado durante e após a atuação do MEB em Itauçu, mas que nunca perdeu de vista sua prática política.

Ao estudar o MEB, buscou-se uma maior compreensão dos problemas que envolveram a educação em um contexto de desigualdade social, especificamente no município de Itauçu. A maioria dos depoimentos dos entrevistados e as avaliações de pesquisadores e pessoas que participaram daquela experiência educativa, contribuíram para a percepção de que o MEB

implantou um processo pedagógico democrático que possibilitou aos alunos e monitores desempenharem um papel central nesse processo. Esse movimento ainda foi capaz de representar uma mudança na Igreja Católica, no que se refere ao trabalho realizado junto às classes populares, levando o povo a enxergar seus problemas como parte de um todo.

O MEB foi ainda capaz de colocar em prática uma educação baseada na troca entre monitores e alunos, visto que naquela comunidade foram implantadas várias organizações, como grupo de mulheres, grupos de teatros e times de futebol, que visavam uma maior integração não somente entre monitores e alunos, mas também entre toda a comunidade. O trabalho de formação humana, educacional e política, desenvolvido pelo MEB, teve uma grande aceitação no grupo de trabalhadores rurais analisado, uma vez que, ao se organizarem politicamente, continuaram na luta para a defesa de seus direitos durante e após a extinção do MEB no município.

Ao analisar a ação dos sujeitos após o fechamento do MEB no município de Itauçu, percebeu-se que essas ações conduziram a fundação do sindicato em 1980. O estudo concentrou-se na Comunidade Serrinha e Roselândia, em razão da forte atuação dos trabalhadores rurais que eram envolvidos no movimento. Alguns monitores que atuaram em movimentos de ação paralelos ao MEB, como a AP, durante o período militar acabaram sendo presos. Não se deram, porém por vencidos, e regressaram ao lugar de origem, e retomaram suas atividades como lavradores e como lideranças.

No final da década de 1960, surgiu no cenário analisado, a figura de Padre Elígio que chegou da Itália em 1968 e começou a desenvolver um trabalho de CEBs naquele município. A ação de Padre Elígio contribuiu para o engajamento de antigos monitores atuantes naquela comunidade, dando seqüência aos trabalhos de conscientização e de luta pelos direitos dos trabalhadores.

O MEB teve um papel importantíssimo na formação dos monitores, que, por sua vez representavam o elo entre os programas educativos do rádio e as escolas radiofônicas, constituindo o elemento ativo e articulador dos alunos e a escola. Eram formados não somente para a capacitação, mas também e, sobretudo, para o trabalho de conscientização em um nível mais crítico, sendo abastecidos para impulsionar a ação e adquirir segurança ao

desenvolverem o seu trabalho. Dessa forma, todo esse trabalho de treinamento que o movimento oferecia aos monitores, representava a *semente na terra*, que impulsionou, no caso do município de Itauçu, uma forte atuação que permaneceu e continua a dar frutos até os dias atuais.

Com a posterior fundação da STR de Itauçu, por influência da ação dos sujeitos oriundos do MEB, identifica-se a expressão política de toda uma classe de trabalhadores rurais, que é oriunda de uma prática pedagógica. Percebe-se de forma explícita, como a luta travada por estes trabalhadores rurais para a conquista de seus ideais decorre de uma educação processada em outros espaços sociais, e não somente nos espaços convencionais de uma escola. Evidencia-se as ações coletivas desempenhadas por aquele grupo de trabalhadores têm um caráter educativo.

Fávero (2006), ao analisar a prática educativa do MEB, toma como ponto de partida que a sua “ideologia não se explicita somente no discurso; explicita-se, sobretudo na prática” (p.8). E é justamente a prática que sobrepõe ao discurso que levou os sujeitos que atuaram no MEB a continuarem a sua ação política no sindicato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Wolmir Therezio. **A Igreja e a questão agrária no Centro - Oeste do Brasil, 1950-1968**. Goiânia: Editora da UFG, 1996.

_____. **A Igreja Católica e a questão agrária em Goiás, na década de 50 e meados de 60**, 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 1991.

AÇÃO POPULAR. **Documento-base**, 1963. Mimeografado.

BECKER, Berta K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geográfica a partir da Amazônia brasileira. *In*: AUBERTIN, Catherine (org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora da UNB/Orston, 1988, p. 60-87.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e Sociedade no Brasil após 1930. *In*: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III – O Brasil republicano. Economia e Cultura (1930-1964)**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986, p. 383-416.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. *In*: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III – O Brasil republicano. Economia e cultura (1930-1964)**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986, p. 275-341.

BOLETIM, dos Trabalhadores – Itauçu-GO. Itauçu, ano 2, nº 1, jan. 1979a.

_____. Itauçu, ano 2, nº 3, maio, 1979b.

BORGES, Barsanufio Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional**. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

_____. **O despertar dos dormentes**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.

_____. **Expansão da Fronteira Agrícola em Goiás**. Revista História, Goiânia, v.1, p. 159-170, jul./dez. 1995.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. **Itauçu: sonhos, utopias e frustrações no movimento camponês**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. A vida reinventada: movimentos sociais e movimentos ambientalistas. *In*: PESSOA, Jadir de M. (org.). **Saberes do nós**. Goiânia: Editora da UFG, 2004, p. 43-120.

CALDART, Roseli Salete. **Sem-terra com poesia: a arte de re-criar a história**. Petrópolis: Vozes, 1987.

CARNEIRO, Maria Esperança F. **Revolta camponesa de Formoso e Trombas**. Goiânia: Editora da UFG, 1981.

CASTRO, Derval de. **Annaes da Comarca do Rio das Pedras**. São Paulo: Duprat, 1933.

CASTRO, Ruth Cavalcante G. de. **MEB – uma estratégia de comunicação com o homem do campo**. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 1992.

CENTRO de Ação Comunitária (Cedac). **Perspectivas do novo sindicalismo**. São Paulo: Loyola, 1980.

COELHO, José Braga. **De “Catingueiro Grande” a Itauçu. A formação do espaço urbano**. 2002. Monografia (Pós-Graduação) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2002.

COMPÊNDIO do Vaticano II: constituições, decretos, declarações. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

DUARTE, Elio Garcia. **Do mutirão à ocupação de terras: manifestações contemporâneas em Goiás**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1998.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

FRENTE, Agrária Goiana (Fago). **Estatuto da Frente Agrária Goiana**. Revista da Arquidiocese. Set/dez., 1962a, p. 74-81.

_____. Revista da Arquidiocese, a, VI, nº 3-4, março/abril, 1962b, p. 124.

FÁVERO, Osmar. Referências sobre materiais didáticos para educação popular. *In: Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 283-304.

_____. **Uma Pedagogia da Participação Popular – Análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base – 1961/1966**. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. O conjunto didático “Viver é Lutar”. *In: Movimento de Educação de Base – MEB 40 anos: crônicas*. Brasília: MEB, 2001, p. 76-94.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Ceres e Rio Verde: dois momentos no processo de expansão da fronteira agrícola. *In: AUBERTIN, Catherine (Org.). Fronteiras*. Brasília: Editora da UNB/Orston, 1988, p. 38-59.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época).

GOIÁS. Lei nº 175, de 11 de outubro de 1948. **Diário Oficial**. Goiânia, 20 out. 1948.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a formação da cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. **Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64)**. Goiânia: Cegraf, 1998. (Coleção Teses Universitárias)

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação – perspectivas**. Trad. Yvone Maria de C. T. da Silva e Marcos Marcionilo. São Paulo: Loyola, 2000.

KADT, Emanuel de. **Católicos radicais no Brasil**. Tradução Maria V. Resende. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

LAZAROTTI, Ari. O processo educativo da luta pela terra no estado de Santa Catarina. *In*: PESSOA, Jadir de M. (org.). **Saberes do nós**. Goiânia: Editora da UCG, 2004, p. 121-146.

LÉNA, Philippe. Diversidade da fronteira agrícola na Amazônia. *In*: AUBERTIN, Catherine (org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora da UNB/Orston, 1988, p. 90-129.

LENHARO, Alcir. **Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

_____. **Sacralização da Política**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

LOUREIRO, Walderês N. **O aspecto educativo da luta política**. Goiânia: Cegraf, 1988.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Política: educação popular**. São Paulo: Símbolo, 1978.

_____. A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antônio Gramsci. *In*: BEZERRA, Aída; BRANDÃO, Carlos R. (org.). **A questão política da educação popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

MARTINS, José de S. Prefácio. *In*: **Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da “Igreja Popular” no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984.

MASCARENHAS, Ângela Cristina B. A educação para além da escola: o caráter educativo dos movimentos sociais. *In*: PESSOA, Jadir de M. (org.). **Saberes do nós**. Goiânia: Editora da UCG, 2004, p. 15-28.

MOVIMENTO de Educação de Base (MEB). MEB Goiás. **Relatório documento, uma experiência de educação de base**. Goiânia, 1967. Datilografado.

_____. MEB Nacional. **Documentos de Roma**. Rio de Janeiro, nov. 1963. Datilografado.

_____. _____. **Fundamentação do programa para 1965**. 2. parte: Promoção humana. Rio de Janeiro, 1965. Datilografado.

_____. _____. **Relatório anual – 1963**. Rio de Janeiro, 1965.

_____. MEB PERNAMBUCO. **Aulas radiofônicas – educação política, (oito aulas)**. Recife: Equipe do Sistema de Recife, 1963.

MOURA, Sérgio Lobo. ALMEIDA, José Maria Gouveia. A Igreja na primeira República. *In*: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III – O Brasil republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930)**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1985.

MULLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1985.

PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'ana. **História de Goiás: 1722-1972**. 5. ed. Goiânia: Editora da UCG, 1989.

PEIXOTO, José Pereira. **A travessia do popular na contradança da educação**. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel**. Campinas: Alínea, 1999a.

_____. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999b.

_____. Movimentos sociais e novos movimentos sociais: da crise conceitual à teoria dos campos. *In*: PESSOA, Jadir de M. (org.). **Saberes do nós**. Goiânia: Editora da UCG, 2004, p. 9-14.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil, de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para transformar – educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base**. Petrópolis: Vozes, 1984.

WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ANEXO I

**LISTA E ROTEIRO DAS ENTREVISTAS
SEQÜÊNCIA DE REALIZAÇÃO**

ANEXO I

LISTA E ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEQÜÊNCIA DE REALIZAÇÃO

ENTREVISTADOS

1 – Sebastião Gabriel **Bailão**, fundador da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu (1956) e, em 1963, presidente da Federação dos Sindicatos de Produtores Autônomos Rurais do Estado de Goiás (6 de março de 2004).

2 – **Oscavu** José Coelho, monitor do MEB na comunidade Serrinha (7 de julho de 2004).

3 - **Chafi** José, morador e colecionador de fotos antigas da cidade de Itauçu (26 de julho de 2005).

4 - **Iracema** Neto José, moradora e professora aposentada da cidade de Itauçu (26 de julho de 2005).

5 – **Parcival** Moreira Coelho, monitor do MEB na comunidade Serrinha (14 de julho de 2005).

6 – **José Moreira** Coelho (José Eugênio), primeiro monitor do MEB na comunidade Serrinha (14 de julho de 2005).

7 – **Padre Elígio** Silvestri, vigário da Paróquia de Itauçu no período de 1968 a 1975 (9 de janeiro de 2006).

8 – **Anadir** Coelho Braga, um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu do qual foi também presidente (24 de janeiro de 2006).

9 – **Maria José** Souza Braga, uma das fundadoras do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Itauçu, do qual é a atual presidente (24 de janeiro de 2006).

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SINDICALISTAS

Entrevistado: _____ Data __/__/__

Dados pessoais:

Data de nascimento: ____/____/____ Local: _____

- 1 – Você nasceu e viveu aqui mesmo no município de Itauçu?
- 2 – Como era sua participação na igreja e sua visão sobre ela, no período de 1960, em Goiás e em Itauçu?
- 3 – Como e quando começou o seu trabalho como líder rural? A experiência de militância começou na Igreja ou em outro espaço de trabalho?
- 4 – Você sabe me dizer como surgiu o povoado de Roselândia?
- 5 – Como surgiu a idéia de fundação de um sindicato? Foi a partir do trabalho que já se desenvolvia no povoado de Roselandia e em Itauçu?
- 6 – Quando foi fundado e onde funcionava esse sindicato? Quem foi o primeiro presidente?
- 7 – Quais os principais problemas que o sindicato buscava solucionar?
- 8 – Havia represálias por parte dos fazendeiros e/ou de outras autoridades?
- 9 – Hoje o sindicato continua atuando da mesma maneira?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM LÍDER RELIGIOSO

Entrevistado: _____ Data: ___/___/___

Dados pessoais:

Data de nascimento: ___/___/___ Local: _____

1 – Descreva sua saída da Itália e sua fixação no estado de Goiás.

2 – Como começou a atuar nas CEBs?

3 – O senhor chegou à Paróquia de Itauçu mais ou menos em 1968. Como começou a desenvolver aquele trabalho de ação social com a comunidade?

4 – Como se deu o trabalho desenvolvido em Roselândia?

5 – Foi nesse período que o senhor ficou conhecendo o Oscavu, o Parcival e Genosin?

6 – A Igreja nesse período orientava para a criação de sindicatos?

7 – O senhor acha que o sindicato criado no início da década de 1980 tem alguma influência do trabalho que vocês desenvolveram naquela comunidade?

8 – Qual a visão que o senhor tem hoje do trabalho desenvolvido em Roselândia naquele período?

9 – Qual a mensagem que o senhor deixaria para aquelas pessoas que ainda atuam naquela comunidade?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MONITORES DO MEB

Entrevistado: _____ Data: __/__/__

Dados pessoais

Data de nascimento: _____ Local: _____

(Descrever a saída deles e da família de MG para GO, sua fixação no estado, em vários municípios desde a infância até a vida adulta, a constituição de sua família – esposa e filhos, netos....; as várias experiências de trabalho...)

Dados da atividade no MEB

1 – Como era sua participação na Igreja, e sua visão sobre ela, no período de 1960, em Goiás e em Itauçu?

2 – Como e quando começou seu trabalho como líder no meio rural? A experiência de militância começou na igreja ou em outro espaço de trabalho?

3 – O que era o MEB na década de 1960. Como e quando iniciou o trabalho do MEB em Itauçu?

4 – O que significou a experiência do MEB na sua vida de trabalhador rural?

5– Como o trabalho do MEB levou à atuação no sindicato?

6 – Quais as principais dificuldades que você identificava no trabalho do MEB?

7 – O que mudou no MEB com o golpe militar de 1964?

8 – Olhando para o passado qual foi a contribuição do MEB para aqueles que viviam no meio rural naquele contexto?

9 – Qual a visão que você tem hoje do trabalho realizado por vocês naquele período?

10 – Há diferença entre o sindicalismo daquele tempo e o de hoje? Qual?

11 – Que mensagem você deixaria para aqueles que estão hoje atuando em sindicato no meio rural?

ANEXO II

PROGRAMA NOSSO MUTIRÃO

ANEXO II

PROGRAMA NOSSO MUTIRÃO

LOC – Atenção ouvintes, o Movimento de Educação de Base de Goiás, através da R. Difusora de Goiânia, passa a apresentar...

TEC – Música prefixo: Mutirão

LOC – Nosso Mutirão

TEC – continua Mutirão

LOC – Mais um programa dedicado às comunidades de goiás

TEC – Mutirão

PROF – Boa noite, gente amiga que nos ouve. Hoje é dia de festa pra nós todos, porque aparece mais uma oportunidade da gente estar junto, trocando idéias, trabalhando, aumentando a nossa união.

LOC – Isto mesmo, pessoal. O programa ‘Nosso Mutirão’, que apresentamos hoje pela primeira vez, deve ser mais um ponto de encontro em nossas vidas, nas vidas de todos aqueles que querem fazer alguma coisa de bom pelo seu próximo e pela comunidade.

TEC – Mutirão

PROF – E pra começar, ‘Nosso Mutirão’ pede a atenção de todos vocês, porque nós vamos ouvir um caso, uma história muito importante. Muita atenção, minha gente, porque depois nós todos vamos conversar sobre esta história, a história do **Zé Goiano** e seus vizinhos.

TEC - _____

LOC – (em tom de narração) Zé Goiano mora logo ali naquele rancho. Olhando assim, a gente pensa que não cabe ninguém lá dentro... Mas Zé Goiano, Balbina e mais 6 filhos do casal, vivem ali, do pouco que conseguem tirar do trabalho na roça. Quem passa por ali de noitinha, escuta o som gostoso da viola, e sente logo o cheiro de café! Uai! Mas hoje a viola está quieta e parece que não vai sair café. Vamos chegar mais perto, gente, pra ver o que que anda acontecendo?

TEC - _____

Zé Goiano – Como é que ta o menino, Balbina?

Balbina – Piorando, Zé. To quase desesperançada...

Z.G – Pode não, Balbina. Há de havê um jeito. Num vai sê pro mode uma febre dessa que o Nico vai ficar sem vida.

Balbina – Sei não, home. Se nois ao menos pudesse variá de remédio. Mais só essa folha fervida, fico com medo de não arresolvê.

Z.G – Também mais vivi infurnado aqui pros mato, desconhecendo até o nome de algum medicamento que pudesse cortá essa febre. Nem sei se tem alguém das redondeza que informa nesse assunto.

Zidoro – Epa, Zé! Falô em gente das redondeza nois aparece.

Z.G – Bás noite, Zidoro. Bás noite, D. Merença. Vamo entrando, sem arrepará na sujeira, gente.

D. Merença – Bás noite, seu Zé. Pode aproveitá Zidoro ai pr uma prosa, que eu vô mais a Balbina oiá o menino.

TEC - _____

Merença – Xi, Balbina! Daonde que veio tanta lama pras mão desse menino?

Balbina – Quá, sô. Eu já nem to veno!

Merença – Mais num pode deixá de vê, Balbina. Essa sujeira pode até piorá o mal do Nico, muié!

TEC - _____

Zidoro – Mas é como eu ia dizeno, Zé Goiano. Esse negácio qui ocê fala da gente num ta informado nem pra oiá a saúde dos fio me põe pra matutá.

Juca – Eu também to matutando nesse seu caso, seu Zé. E mais em muitos outros que acontece aqui perto de nois. Eu mesmo, sou vizinho d'oceis, num tenho filho, mas fico arreparando em tantas coisa que nós tudo passa por aqui...

Zé G. – É mesmo, sô! A vida inteira nesse ramirão, sem conhecer direito as coisa, os assunto...

Zidoro – Se nois aproveitá o pensamento todo, e oiá junto pros problema aqui do lugar, é capaz de nois descobri muita coisa...

Zé G. – Essa prosa já ta me deixano mais animado. Acho ruim mesmo é o home ficá pensando sozinho, sofrendo sozinho...

Juca – Oia, vamo começá por nós? Já tamo aqui mesmo, uai! É só chamá a D. Merença e D. Balbina, porque as muié deve ter muita coisa pra falá também.

Zé G. – Ô D. Merença! Ô Balbina! Chega pra cá. Oceis já tava mesmo escutando a conversa lá dentro, então vem ajudá nois aqui nesse mutirão!

TEC – Mutirão

PROF – A história não acabou, minha gente. Ela continua aí, com vocês, com cada comunidade que nos ouve. Vamos aproveitar a idéia do Zé Goiano e seus vizinhos? Vocês todos que estão reunidos e que ouviram a história, vamos conservar juntos?

TEC - _____

PROF – Bem minha gente, vamos ver então quais os problemas mais citados na conversa na casa do Zé Goiano.

LOC – Como nós ouvimos, o que deu motivo a conversas foi a doença do Nico.

PROF – Sim; a partir daí quanta coisa saiu...

LOC – A falta de higiene que contribuiu para que a doença se agravasse mais...

PROF – E como se não bastasse só isso, a falta de esclarecimento. Não sabiam o que fazer para que a febre cedesse um pouco.

LOC – É de fato, não estavam esclarecidos sobre o que deviam, o que podiam fazer.

PROF – pois é, minha gente, e o que faz com que não haja esclarecimento, troca de idéias, é o isolamento em que muitos de nós vivemos...

LOC – Mas no caso de Zé Goiano, a coisa parece que vai melhorar – O pessoal já está pensando em conversar sobre esta situação que eles estão vivendo. E isto é um bom sinal.

PROF – É assim que todos reunidos podem dar suas idéias, trocar idéias, se organizarem.

LOC – Certo! E assim terão muito mais força, serão muito mais fortes. Porque os problemas só se resolvem se todos derem a parcela de sua contribuição, de seu esforço, de seu pensamento.

PROF – Muita gente pensando junta, pensa mais, tem mais possibilidade de acertar, de agir.

LOC – Vocês pensam assim, gente? Como é que resolveriam o problema do Zé Goiano?

TEC - _____

PROF – Na casa do Zé Goiano foram levantados os problemas que dissemos agora.

LOC – É. Mas muitos problemas que existem por lá não foram faladas ainda.

PROF – Certo. Mas em outras conversas Zé Goiano e seus vizinhos descobrirão outros problemas e tentarão achar uma maneira, um jeito de resolvê-los.

TEC - _____

PROF – Assim, minha gente, vimos uma parte de nosso programa. Mais tarde apagaremos o rádio e continuamos a conversar sobre os problemas do Zé Goiano. Agora vamos conversar um pouco, sobre...

LOC – ‘Nosso Mutirão’. Um convite para as comunidades rurais. Um convite a todas as pessoas que se sentem responsáveis e procuram um meio de trabalhar por sua comunidade.

PROF – Um homem não vive sozinho. Um homem não cresce sozinho. A cada instante, em cada pedaço de nossa vida, necessitamos de outro ao nosso lado, seja de que forma for.

LOC – De um trabalho que o outro fez, de uma palavra, de uma opinião, de uma palavra, de uma ajuda, de uma presença!

PROF – Nós somos homens. Nós somos pessoas. Está dizendo a nossa inteligência, está afirmando a nossa vontade. Isso sentimos.

LOC – Mas é preciso mais do que sentir, é preciso ser homem, é preciso viver como homem.

TEC - _____

LOC – Vamos fazer o nosso mutirão?

PROF – ‘Nosso Mutirão’ será mais um instrumento para levarmos à frente a tarefa que abraçou a Equipe Central.

LOC – A tarefa que é de nós todos. Chegou a hora desse trabalho, meus amigos, porque nós sentimos mais do que nunca de que a nossa afirmação como homens depende de nós, de cada um e de todos.

PROF – E se essa afirmação depende de nós, e se somos responsáveis uns pelos outros, vamos lutar, agora, sem vacilação.

LOC – O Movimento de Educação de Base de Goiás convoca a todos, de todas as comunidades de Goiás, para um encontro de meia hora, todas as terças e quintas-feiras, às 6 e meia da tarde.

TEC - _____

PROF – Nos nossos encontros meus amigos, cada comunidade estará recebendo através do grupo organizado um impulso.

LOC – É um grupo da comunidade que se organiza. É a comunidade de pessoas.

PROF – Esse instrumento que dissemos, nós da equipe central, iremos usar, pode ser também, para você meu amigo, o meio de começar o seu trabalho.

LOC – E você perguntará: como?

TEC - _____

PROF – Vocês, pessoas que vivem em um mesmo lugar, que têm uma vida mais ou menos igual estão reunidos.

LOC – Vocês ouvem juntos um fato. Um fato que tem semelhança com muitos outros acontecidos em nossas próprias vidas ou com pessoas nossas conhecidas.

PROF – E passamos a comentar aquele fato, mas não comentar simplesmente. Mas pensar seriamente em cada coisa acontecida e pensar no porquê de cada coisa dessa.

LOC – E discutir, discutir claramente, cada um dizendo o que pensa, seriamente, sempre séria e honestamente.

PROF – Do fato que ouvimos, passamos a ver a nossa vida, a vida que vivemos nós, hoje, pessoas que trabalhamos na roça, pessoas que vivemos no campo.

LOC – Passamos a pensar e a discutir em nossas vidas, nós que vivemos nesta fazenda, neste povoado.

TEC - _____

PROF – E vamos ficar só nisso?

TEC - _____

LOC – Nós descobrimos que temos muitos problemas, muitos problemas que podemos resolver.

PROF – Nós descobrimos que temos muitos problemas que outras pessoas, pelos cargos que estão ocupando, devem resolver.

LOC – Nós descobrimos que precisamos de esclarecimento, de ajuda, de união e de muito trabalho.

PROF – E diante de tudo isso, o que vamos fazer?

TEC - _____

LOC – Vamos tomar uma atitude.

PROF – Vamos fazer um mutirão.

LOC – Somos um grupo de 3, de 4, de 5, de 10 pessoas?

PROF – Não importa o número; vamos pensar, vamos discutir, e trazer mais pessoas para a nossa roda.

LOC – Assim como uma pessoa não vive sozinha, uma comunidade precisa de outra, um estado precisa do outro, um país precisa do outro.

PROF – Ninguém é desnecessário, todos são importantes.

LOC – Esse será o início minha gente. – O começo de uma luta para integrar a nossa comunidade a participar com a sua contribuição, hoje, agora, pela humanidade inteira.

PROF – É a nossa comunidade que desperta e começa a escrever linhas para compor uma história. A história de um mundo que se quer construir.

LOC – Um mundo que sirva, que seja construído pelos homens para os homens.

PROF – Ele nos foi entregue pelo Criador. E falharemos se não dissermos presentes nessa construção.

LOC – Meus amigos, de todas as comunidades, entregamos a vocês mais um instrumento para a nossa tarefa.

PROF – Nosso mutirão é um convite e é um aviso. É nossa hora, gente.

TEC – Mutirão

PROF – Por que ‘nosso mutirão’?

TEC - _____

LOC – Meus amigos, o nome do nosso programa tem uma razão de ser. Vamos juntos descobrir essa razão.

PROF – O que é um mutirão? O que significado tem pra gente essa palavra? Dizendo mutirão, o que é que nós pensamos?

TEC - _____

PROF – Pensamos em esforço conjunto na solução de um problema.

Pensamos em colaboração.

Pensamos em encontro.

Pensamos em união.

Pensamos na ajuda mútua que deve existir entre os homens.

Pensamos na responsabilidade que cada um tem com as outras pessoas: da sua família, da sua comunidade, do seu país e do mundo inteiro : responsabilidade de ajuda, de estar sempre pronto para uma luta pelo bem de todas as pessoas.

LOC – Essa luta pelo bem, nós só conseguimos através de um grande mutirão.

PROF – Um mutirão que conte com o esforço e o valor de cada pessoa.

LOC – Meus amigos, essa é a razão do nome deste programa: ‘Nosso mutirão’; que significa pra nós, como já foi visto, união, esforço conjunto na procura do bem, na solução de todos os problemas que nos cercam.

TEC - _____

PROF – Meus amigos, esse é então, o início do ‘Nosso mutirão’. A sua continuação depende de todos nós. Contamos com vocês – Terça-feira estaremos aqui novamente nesse mesmo horário. Até lá e boa noite.

LOC – Boa noite, gente, e até o próximo programa.

TEC - _____ (*apud*, PEIXOTO, 2003, p. 93-99).

ANEXO III

ESTATUTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAUÇU

ANEXO IV

FOTOGRAFIAS

MEB



Fonte: Arquivo de Elisabeth Borges

Figura 1 – Escola que sediava a Escola Radiofônica do MEB na Comunidade Serrinha.



Fonte: Arquivo de Elisabeth Borges

Figura 2 – Ex-monitores da Escola Radiofônica da Comunidade Serrinha e integrantes da Equipe Central do MEB-GO.

SINDICATO



Fonte: Arquivo de Elisabeth Borges

Figura 3 – Assembléia de fundação do STR de Itauçu.



Fonte: Arquivo da autora

Figura 4 – Atual sede do STR de Itauçu.

CEBs



Fonte: Arquivo de Elisabeth Borges

Figura 5 – Padre Elígio, em celebração, na comunidade de Roselândia.



Fonte: Arquivo de Elisabeth Borges

Figura 6 – Comunidade de base em Roselândia.

Religiosidade e Cultura



Fonte: Arquivo de Elisabeth Borges

Figura 7 – Folia de Reis, da Comunidade de Roselândia.



Fonte: Arquivo de Elisabeth Borges

Figura 8 – Reunião de trabalhadores rurais em Roselândia.

Experiências de trabalho comunitário



Fonte: Arquivo de Elisabeth Borges

Figura 9 – Engenho comunitário, Comunidade de Roselândia.



Fonte: Arquivo de Elisabeth Borges

Figura 10 – Trabalhadores rurais na roça comunitária, comunidade de Roselândia.